Idéias em Destaque

Nº 28 - set./dez. 2008



Edição *Vice-Direção*

Editor Responsável

Manuel Cambeses Júnior

Projeto Gráfico

Mauro Bomfim Espíndola

Wânia Branco Viana

Jailson Carlos Fernandes Alvim

Abdias Barreto da Silva Neto

Revisão de Textos Dirce Silva Brízida

Nossa Capa

Monumento em homenagem a Alberto Santos-Dumont, inaugurado em 23 de outubro de 1942 pelo Presidente da República Dr. Getúlio Vargas, com a presença do Ministro da Aeronáutica Dr. Salgado Filho e do Prefeito do Distrito Federal Dr. Henrique Dodsworth. O mesmo encontra-se situado na Praça Salgado Filho, em frente ao Aeroporto Santos-Dumont, na cidade do Rio de Janeiro.

Crédito da fotografia: Mara Lolobrígida de Oliveira

Impressão Ingrafoto

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica

Idéias em Destaque / Instituto Histórico-Cultural da
 Aeronáutica. – n.1, 1989 –
 v. – Quadrimestral.

Editada novamente pela Vice-Direção do INCAER a partir de 2007.

Irregular: 1991-2004.

1. Aeronáutica – Periódico (Brasil). I. Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica. II. INCAER.

CDU 354.73 (05) (81)

Apresentação

Apraz-me apresentar aos nossos leitores o exemplar de número 28 da revista "Idéias em Destaque", uma publicação quadrimestral elaborada pela Vice-Direção de nosso Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica.

Desta feita, apresentamos 22 excelentes artigos da lavra de prestigiosos autores nacionais, contumazes colaboradores deste já consagrado periódico.

Os artigos publicados nesta edição contemplam uma ampla gama de assuntos que julgamos relevantes e importantes de enfatizar, quer pela importância de resgatar acontecimentos marcantes da História quer como forma de transmitir conhecimentos de fatos vivenciados por nossa Força Aérea, além de inocular instigantes idéias sobre temas de natureza estratégica, pautados sempre na utilização de uma linguagem escorreita, atraente e agradável.

Focados nesses objetivos, cremos estar contribuindo, sobremaneira, para a divulgação de nossos feitos históricos, para o registro de acontecimentos marcantes da Aeronáutica brasileira e, acima de tudo, para a difusão de cultura geral.

Faz-se mister destacar a grande quantidade de manifestações que temos recebido com relação à excelente qualidade dos artigos apresentados em nossas últimas edições. Certamente esses gentis encômios muito nos sensibilizam e estimulam a prosseguir na caminhada, no sentido de disseminar cultura no seio da Família Aeronáutica.

Informamos que estamos receptivos àqueles que desejarem colaborar com a nossa revista, nos remetendo artigos que sejam de real interesse de nosso público-alvo e, sempre que possível, dentro da linha editorial de "Idéias em Destaque".

Aproveito a oportunidade para formular aos nossos prezados leitores os melhores votos de um Feliz Natal e um Ano Novo repleto de alegrias, saúde, felicidades e continuadas realizações, extensivos aos entes queridos.

Ten Brig Ar Refm Octávio Júlio Moreira Lima Diretor do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica

Idéias em Destaque

Nº 28 set./dez. 2008

Sumário

1.	Reaprendendo com a Geopolítica	7
2.	Beechcraft Queen Air 65-B80 na FAB	9
3.	Ianomâmi! Quem?	14
4.	Lealdade e Disciplina Luiz Eduardo Rocha Paiva	19
5.	O Extremo Nordeste de Roraima	22
6.	Ordem do Dia alusiva à comemoração do Jubileu de Ouro da Quinta Força Aérea	. 27
7.	Exército Popular de Libertação (EPL) - Considerações Políticas e Doutrinárias	. 30
8.	O Futuro do Poder dos Estados Unidos	. 41
9.	Ícaro Redimido: A Falsa Vida de Santos-Dumont no Plano Espiritual	. 44
10.	Aspectos da Logística de Saúde na Mobilização e Defesa Nacionais	. 51

11. Pilotos em Comando ou Gerentes de Sistemas?	69
12. Traição ao Brasil	79
13. Guerra do Yom Kippur: Princípio de Guerra da Surpresa "versus" Capacidade Operacional e Doutrina de Emprego Precisa	82
14. A FAB no Brasil Central	127
15. Brasil - Registros de uma Caminhada	129
16. Força Aérea: Interdisciplinaridade e Formação para uma Liderança Pós-Moderna	139
17. O Artista e a Cultura	153
18. Estados e Conflitos Étnicos	155
19. Disciplina Militar: O Piloto de Caça - Um Caso à Parte	158
20. Questões Desafiantes no Rumo da História do Ocidente	171
21. A Logística de Transportes da Zona Franca de Manaus	175
22. Nossa Maior Vulnerabilidade: O Ensino Fundamental Oficial	185

Reaprendendo com a Geopolítica

Manuel Cambeses Júnior

As grandes transformações que ocorreram no mundo nas duas últimas décadas, dentre as quais tem um grande peso a expansão universal do espaço cibernético, carrearam, como conseqüência natural, notáveis transformações na Geografia Humana no planeta. Essas mudanças se traduzem em uma reinterpretação histórica da Geopolítica e no questionamento de muitos de seus pressupostos, os quais eram conceituados de forma determinística pelo discurso clássico das Ciências Políticas.

Denominamos de Geopolítica a ciência que pretende interpretar os fenômenos que permeiam a Política nacional ou internacional no estudo sistemático dos fatores geográficos, econômicos, raciais, culturais e religiosos. Desde a criação do termo pelo renomado geógrafo sueco Rudolf Kjëllen, em 1916, em seu famoso livro em que consagra o Estado como organismo vivente, a Geopolítica desenvolveu seu conceito básico segundo o qual os Estados possuem muito das características dos organismos viventes. Ao mesmo tempo, se anuncia a idéia de que um Estado teria de crescer, expandir-se ou morrer dentro das "fronteiras vivas". Devido a isso é que tais fronteiras têm uma natureza dinâmica e são susceptíveis a mudanças. A Geopolítica é uma ciência que, por meio da Geografia Política, da Geografia Descritiva e da História, estuda a causalidade espacial dos acontecimentos políticos e de seus futuros efeitos.

A Geopolítica teve grande aceitação na Alemanha, no alvorecer do século XX, e atingiu grande difusão durante a primazia do regime nazista. O General alemão Karl Hausshofer modernizou a Geografia Política utilizando-a como instrumento que justificasse a expansão da Alemanha durante o Terceiro Reich e desenvolvendo as teorias do espaço vital do Geógrafo alemão Friedrich Ratzel (*Lebensraum*), apoiadas por Rudolf Kjëllen. Países como a Rússia, a China e o Japão também deram grande importância a esta ciência durante os anos 30 e 40 do século passado, como meio para atingir o poder global. A utilização propagandística da Geopolítica acarretou, após a derrota alemã na Segunda Guerra Mundial, seu descrédito e esquecimento, sobretudo no âmbito acadêmico. Não obstante, alguns segmentos, principalmente militares e diplomatas, seguiram interessados por este ramo da Geografia, na qual se podiam ler os acordos explicitados na Conferência de Yalta,

onde ditaram as premissas ordenadoras do mundo pós-guerra e que, certamente, moldaram os paradigmas mantenedores da Guerra Fria.

Entretanto, as condições que emolduravam o conflito Leste-Oeste e os ideais democráticos do mundo ocidental fizeram modificar substancialmente seus fundamentos e objetivos. Daí novas teorias se originaram, emanadas por potências como Inglaterra, França e Estados Unidos, que se orientaram basicamente a exercer o controle em determinados espaços terrestres e marítimos considerados chaves, o que se materializa por meio de uma gravitação estratégica e econômica, sem necessidade de perpetrar uma anexação territorial do tipo formal. A expressão prática desta visão está consolidada no Tratado de Defesa do Atlântico Norte (OTAN), e foi sobejamente testada com a crise dos mísseis, ocorrida em 1962. Fica bastante claro que sem os parâmetros ordenadores da Geopolítica, o mundo teria sido arrasado por uma hecatombe nuclear.

Após a queda do Muro de Berlim, que pôs fim à Guerra Fria, a Geopolítica retomou o interesse perdido e voltou a crescer ao amparo das tensões internacionais, surgidas com o desmembramento da União Soviética. É nesse cenário que emergem os Estados Unidos como a superpotência única, sem contrapesos imediatos. Esta situação os incentiva a iniciar o desenvolvimento de uma política de poder tendente ao controle do mundo, e que tentam legitimar sobre as bases de vencedores da Guerra Fria e possuidores de uma superior qualidade econômica, cultural e militar. Dissipa-se assim o tradicional conflito Leste-Oeste e começam a ser mais notórias as diferenças no que concerne aos níveis culturais e de desenvolvimento do eixo Norte-Sul.

O Estado-Nação continua sendo o elemento básico do sistema internacional que aglutina a identidade nacional, a coesão de um povo e a manutenção da sua soberania. Entretanto, já não constitui o único ator relevante, e a soberania deve muitas vezes subordinar-se à conveniência de acatar as regras impostas pela globalização. No cenário atual surgem novos e atuantes atores. Entre estes podemos enumerar os blocos econômicos regionais, as reagrupações de Estados objetivando a defesa mútua, as grandes empresas multinacionais e as organizações não-governamentais. Entretanto, a Geopolítica segue vigente, com novos atores e cenários, porém em franco desenvolvimento.

O autor é Coronel-Aviador, conferencista especial da Escola Superior de Guerra, membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e Vice-Diretor do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica (INCAER).

Beechcraft Queen Air 65-B80 na FAB

Aparecido Camazano Alamino

Histórico e Desenvolvimento da Aeronave

A Indústria Aeronáutica *Beech Aircraft Corporation* dos Estados Unidos especializou-se na fabricação de aviões monomotores e bimotores desde a Segunda Guerra Mundial, quando participou do esforço de guerra norte-americano, produzindo os famosos aparelhos bimotores *Beech* **AT-7**, **AT-11** e **C-45**, dentre outros, que faziam parte da linha de aeronaves *Beech*, que alcançaram enorme sucesso em atividades civis e militares em todo o mundo.

Com a intenção de substituir as suas versões mais antigas, a *Beech* começou a desenvolver, em meados da década de 1950, uma aeronave leve com capacidade para transportar até nove passageiros e realizar tarefas militares de ligação e transporte leve, além de suprir o mercado civil com uma aeronave eficiente e econômica que mantivesse a tradição dos aviões produzidos até então pela empresa.

Essa aeronave, que foi denominada de **modelo 65**, efetuou o seu primeiro vôo em **28 de agosto de 1958**. Era uma evolução do *Beech* E50 *Twin Bonanza*, que teve a sua fuselagem redesenhada, com o consequente aumento de sua capacidade de carga e de passageiros.

O *U. S. Army* (Exército dos Estados Unidos), visando à substituição de suas aeronaves de ligação e utilitárias, encomendou certa quantidade da versão militar do *Beech* 65, que foi designada de **U-8F** e batizada de "*Seminole*" que, em 1960, bateu o recorde de altitude em sua classe, quando atingiu 34.882 pés (11.615m) de altitude.

As evoluções do modelo 65 continuaram e, em 22 de junho de 1961, a versão designada como **65-B80** realizou o seu primeiro vôo. Esta versão é um aperfeiçoamento do modelo 65, sendo equipada com motores a pistão *Lycoming* IGSO-540-A1D, de 380 HP, que lhe proporcionavam excelente rendimento e economia. O Modelo 65-B80, na versão civil e na militar, foi fabricado até 1978 e atingiu 510 unidades produzidas.

Utilização Mundial do Beech Queen Air

O uso específico desse avião foi planejado para atividades civis, porém, pelas suas excelentes características, o *Beech Queen Air* também teve significativo uso militar em diversos países, com destaque para: África do Sul, Argentina, Bolívia, **Brasil**, Burma, Colômbia, Equador, Estados Unidos, Filipinas, Israel, Japão, Nepal, Paquistão, Peru, República Dominicana, Uruguai, Venezuela e Tailândia.

O Beech Queen Air na FAB

O Ministério da Justiça, visando dar melhor mobilidade à Polícia Federal nos seus deslocamentos por todo o País, adquiriu, em 1968, duas aeronaves *Beech Queen Air* 65-B80, que ficaram sediadas em Brasília.

Tais aeronaves foram operadas por pilotos da própria Polícia Federal até fins de 1969, quando foi firmado convênio com o então Ministério da Aeronáutica, que determinava a entrega a esta Instituição dos dois aparelhos, que seriam utilizados em missões de interesse do Ministério da Justiça e da Polícia Federal.

O Sexto Esquadrão de Transporte Aéreo (6º ETA), sediado na Base Aérea de Brasília (BABR), foi a Unidade Aérea designada para receber os *Beech Queen Air*, cuja entrega oficial ocorreu em 31 de dezembro de 1969, ocasião em que receberam as matrículas FAB-2102 (ex-PP-FOB) e FAB-2103 (ex-PP-FOC) e a designação militar de C-8.

Horas	voadas	nelos	Beech C	-8 no	6° ETA
TIOLAS	voauas	DCIOS	DUULII	-0 110	0 Lim

ANO	HORAS VOADAS	HORAS TOTAIS
1970	492:15	492:15
1971	465:15	957:30
1972	527:10	1.484:40
1973	195:35	1.680:15

Fonte: Seção de Estatística do 6º ETA

A operação dos C-8 no 6º ETA prolongou-se até ao primeiro semestre de 1973 (o 2102 foi entregue em 13 de março de 1973, e o 2103, em 2 de julho de 1973), quando foi encerrado o convênio com o Ministério da Justiça e as aeronaves foram entregues ao então Parque de Aeronáutica dos Afonsos (PAAF)¹.

Nesse Parque, os aviões foram preparados para receber o instrumental de aferição e calibragem de radioajudas e posterior distribuição como aeronave laboratório para o Grupo Especial de Inspeção em Vôo (GEIV), sediado no Aeroporto Santos-Dumont, no Rio de Janeiro.

Unidades que operaram o Beech Queen Air na FAB

UNIDADE	PERÍODO	OBSERVAÇÃO
6º ETA	1970 a 1973	Convênio com o Ministério da Justiça
GEIV	1973 a 1977	Aeronave Laboratório
PAMAAF	1970 a 1988	Parque apoiador da aeronave

Fonte: Diretoria de Material da Aeronáutica

No GEIV, os dois *Beechs Queen Air* receberam a tradicional pintura anticolisão, característica das aeronaves laboratório, e tiveram a sua designação modificada para **EU-8**, porém as suas matrículas foram mantidas.

Quadro Geral da Operação do Beech Queen Air na FAB

DESIGNAÇÃO	PERÍODO	QUANTIDADE	SERIAIS	OBSERVAÇÃO
C-8	1970 a 1973	02	FAB 2102 e 2103	ex-PP-FOB/FOC
EU-8	1973 a 1977	Mantida	Mantidos	Vendidos em leilão e matrícula PT-KYH/KYG

Fontes: BEECH, DIRMA, 6º ETA, GEIV e PAMAAF

Id. em Dest., Rio de Janeiro, (28): 9-13, set./dez.. 2008

11

¹ O Decreto nº. 73.544, de 23 de janeiro de 1974, muda a denominação de Parques de Aeronáutica para Parques de Material Aeronáutico, passando o PAAF a PAMAAF a partir dessa data.

Os EU-8 operaram eficientemente no GEIV de 1973 a 1977 quando então, em virtude da chegada dos novos aviões **EC-95 Bandeirante Laboratório** para a realização da mesma missão, os *Beech Queen Air* foram desativados de tal função e foram novamente entregues ao Parque de Material Aeronáutico dos Afonsos (**PAMAAF**), a fim de que todo o instrumental de aferição fosse removido e a aeronave voltasse às suas características normais para voltar a atuar como avião executivo.

Nessa ocasião, a Aeronáutica colocou à venda os *Beech Queen Air*, em um leilão público, organizado pelo próprio PAMAAF, sendo eles adquiridos por operadores civis brasileiros e receberam as matrículas **PT-KYH** (ex-FAB-2102) e **PT-KYG** (ex-FAB-2103), encerrando, assim, um curto, porém profícuo, período de operação e de eficiente trabalho em prol da FAB.



Beech C-8 2102 com as cores utilizadas no ETA-6, em 1970



Beech Queen Air 65-B80 FAB 2103 com as cores do GEIV, em 1975

Principais Características do Beech Queen Air 65-B80

Especificação	Monoplano, asa baixa, bimotor, utilitário para seis a nove passageiros.	
Emprego	Transporte Executivo, Utilitário, Aeronave Laboratório.	
Motor	Dois motores Lycoming IGCO-540-A1D, de 380 HP, com seis cilindros opostos, montados horizontalmente.	
Envergadura	15,32m	
Comprimento	10,74m	
Altura	4,47m	
Superfície alar	27,31m ²	
Peso	2.394kg (vazio) 3.992kg (máximo)	
Velocidade	400km/h (máxima)	
Razão de ascensão	472m/min	
Teto de serviço	8.840m	
Alcance	2.520km	
Tripulação	Três tripulantes	

O Autor é Coronel-Aviador e Historiador Aeronáutico. Os desenhos são de Rudnei Dias da Cunha.

Ianomâmi! Quem?

Roberto Gama e Silva

Nos tempos da infância e da adolescência que passei em Manaus – minha cidade natal – nunca ouvi a mais leve referência ao grupamento indígena denominado "IANOMÂMI", nem mesmo nas excursões que fiz ao território, acompanhando o meu avô materno, botânico de formação, na sua incessante busca por novas espécies de orquídeas.

Tinha eu absoluta convicção sobre a inexistência desse grupo indígena, principalmente depois que aprendi que a palavra "ianomâmi" era um nome genérico aplicado ao "ser humano".

Recentemente, caiu-me nas mãos o livro *A Farsa Ianomâmi*, escrito por um oficial do Exército Brasileiro, de família ilustre, o Coronel Carlos Alberto Lima Menna Barreto.

Credenciava o autor do livro, a experiência adquirida em duas passagens demoradas por Roraima: a primeira, entre 1969 e 1971, como Comandante da Fronteira de Roraima/2º Batalhão Especial de Fronteira; e a segunda, quatorze anos depois, como Secretário de Segurança do antigo Território Federal.

Menna Barreto procurou provar que os "ianomâmis" haviam sido criados por alienígenas, com o intuito claro de configurar a existência de uma "nação" indígena espalhada ao longo da fronteira com a Venezuela. Para tanto, citou trechos de obras publicadas por cientistas estrangeiros que pesquisaram a região na década iniciada em 1910, notadamente o alemão Theodor Koch-Grünberg, autor do livro Von Roraima zum Orinoco, reisen in Nord Brazilien und Venezuela in den jabren 1911-1913.

Embora convencido pelos argumentos apresentados no livro, ainda assim continuei minha busca por uma personalidade brasileira que tivesse cruzado a região, em missão oficial do nosso Governo, e que tivesse deixado documentos arquivados na repartição pública de origem. Aí, então, não haveria mais motivo para dúvida.

Definido o que deveria procurar, foi muito fácil selecionar o nome de um dos "Gigantes da Nacionalidade", embora pouco

conhecido pelos compatriotas de curta memória: Almirante Braz Dias de Aguiar, o "Bandeirante das Fronteiras Remotas".

Braz de Aguiar, falecido em 17 de setembro de 1947 – ainda no cargo de "Chefe da Comissão Demarcadora de Limites – Primeira Divisão" – prestou serviços relevantes ao País durante 40 anos corridos, sendo que destes, 30 anos dedicados à Amazônia, por ele demarcada por inteiro. Se nos dias correntes, o Brasil já solucionou todas as pendências que recaíam sobre os 10.948 quilômetros que separam a nossa maior região natural dos países vizinhos, tudo se deve ao trabalho incansável e competente de Braz de Aguiar, pois de suas observações astronômicas e da precisão dos seus cálculos resultaram mais de 500 pontos astronômicos que definem, juntamente com acidentes naturais, essa longa divisória.

Todas as campanhas de Braz de Aguiar foram registradas em detalhados relatórios despachados para o Ministério das Relações Exteriores, ao qual a Comissão Demarcadora era subordinada.

Além desses relatórios específicos, Braz de Aguiar ainda fez publicar trabalhos detalhados sobre determinadas áreas, os quais muito contribuíram para desvendar os segredos da Amazônia.

Um desses trabalhos, denominado *O Vale do Rio Negro*, classificado pelo Chefe da "Comissão Demarcadora de Limites – Primeira Divisão" como um subsídio para "a geografia física e humana da Amazônia", foi encaminhado ao Ministério das Relações Exteriores no mês de janeiro de 1944, trazendo no seu bojo a resposta definitiva à indagação: *Ianomâmi! Quem?*

No tocante às tribos indígenas do Vale do Rio Negro, incluindo as do tributário Rio Branco, afirma o trabalho que "são todas pertencentes às famílias ARUAQUE e CARIBE, sem aludir à existência de alguns povos cujas línguas se diferenciam profundamente das faladas pelas duas coletividades citadas". Prossegue o autor:

"Tais povos formam as chamadas tribos independentes, que devem ser consideradas como restos de antigas populações cuja liberdade foi grandemente prejudicada pela ação opressora de vizinhos poderosos".

Também os índios "Tucanos" constituem uma família à parte, complementa o trabalho.

Dito isto, a obra cita os nomes e as localizações das tribos aruaques no Vale do Rio Negro, em número de treze, sem que da relação conste a pretensa tribo "*Ianomâmi*".

Em seguida, foram listadas as tribos caribes, bem como a sua localização: ao todo são sete as tribos, também ausente da relação o nome *'Tanomâmi'*.

Dentre as chamadas tribos independentes do Rio Negro, em número de cinco, também não aparece qualquer citação aos "Ianomâmis".

Para completar o quadro, a obra elaborada por Braz de Aguiar ainda faz menção especial ao grupo "Tucano", pelo simples fato de compreender quinze famílias, divididas em três ramos: o oriental, que abrange as bacias dos rios Uaupés e Curicuriari, a ocidental, ocupando as bacias do Napo, Putumaio e alto Caquetá, e o setentrional, localizado nas nascentes do rio Mamacaua.

Os "Tanomâmis" também não apareceram entre os "Tucanos".



Completando a listagem dos povos da bacia do RIO NEGRO, a obra ainda faz menção a uma publicação de 1926, composta pelas "MISSÕES INDÍGENAS SALESIANAS DO AMAZONAS", que descreve todas as tribos da bacia do RIO NEGRO sem mencionar a existência dos "IANOMÂMIS".

Assim sendo, pode-se afirmar, sem medo de errar, que esse povo "não existiu e não existe" senão nas mentes ardilosas dos inimigos do Brasil.

Menna Barreto e outras fontes fidedignas afirmam que coube a uma jornalista romena, CLAUDIA ANDUJAR, mencionar, pela primeira vez, em 1973, a existência do grupo indígena por ela denominado "IANOMÂMI", localizado em prolongada faixa vizinha à fronteira com a VENEZUELA.

Interessante ressaltar que a jornalista que "inventou" os "IA-NOMÂMIS" não agiu por conta própria, mas inspirada pela organização denominada "CHRISTIAN CHURCH WORLD COUNCIL" sediada na SUIÇA, que, por seu turno, é dirigida por um Conselho Coordenador instruído por seis entidades internacionais: "Comitê International de la Defense de l'Amazon"; "Inter-American Indian Institute"; "The International Ethnical Survival"; "The International Cultural Survival"; "Workgroup for Indigenous Affairs" e "The Berna-Geneve Ethnical Institute".

Releva, ainda, destacar o texto integral do item I, das "Diretrizes" da organização referentes ao BRASIL: "É nosso dever garantir a preservação do território da Amazônia e de seus habitantes aborígines, para o seu desfrute pelas grandes civilizações européias, cujas áreas naturais estejam reduzidas a um limite crítico".

Ficam assim bem caracterizadas as intenções colonialistas dos membros do "CHRISTIAN CHURCH WORLD COUNCIL", ao incentivarem a "invenção" dos ianomâmis e a sua localização ao longo da faixa de fronteiras.

Trata-se de iniciativa de fé púnica, como soe ser a artificiosa invenção de um grupo étnico para permitir que estrangeiros venham a se apropriar de vasta região do Escudo das Guianas, pertencente ao Brasil e, provavelmente, rica em minérios. O ato se reveste de ilegitimidade passiva e de impossibilidade jurídica. Sendo, pois, um ato criminoso, a criação de "Reserva Ianomâmi" deve ser anulada e em seguida novo estudo da área deverá ser conduzido para o possível

estabelecimento de novas reservas, **agora descontínuas**, para abrigar os grupos indígenas instalados na mesma zona, todos eles afastados entre si, por força do tradicional estado de beligerância entre os grupos étnicos "aruaques" e "caribes".

Outras providências legais devem ser adotadas, todavia, para enquadrar os "zelosos" funcionários da FUNAI que se deixaram enganar e os "competentes" servidores do Ministério da Justiça que induziram o Ministro da Pasta e o próprio Presidente da República a aprovarem a decretação de reserva para um grupo indígena inexistente. Sobre estes últimos poderia ser aplicada a "Lei de Segurança Nacional", artigos 9º e 11, por terem eles contribuído para um futuro seccionamento do território nacional e um possível desmembramento do mesmo para entrega a outro ou outros Estados.

LIBERTAS QUAE SERA TAMEN!

O autor é Almirante da Marinha Brasileira.

Lealdade e Disciplina

Luiz Eduardo Rocha Paiva

Hierarquia e disciplina são fundamentos das Forças Armadas em qualquer país. Sem esses princípios elas se transformam em instrumentos de opressão da sociedade, desintegram-se em segmentos controlados por caudilhos ou grupos de interesses diversos, lutando entre si pela tomada do poder. Perdem o caráter de instituições nacionais e sua razão de ser como *"braço armado"* para a defesa da nação.

As nossas Forças Armadas são instituições permanentes e se subordinam ao Estado, também perene, que difere de Governo, que é temporário. A Constituição Federal atribui-lhes a defesa da Pátria e a garantia dos Poderes constitucionais, da lei e da ordem. Situações extremas, que afetem a defesa da Pátria, soberania e integridade nacionais exigem posições firmes e destemidas de qualquer brasileiro, particularmente de chefes militares, cuja profissão lhes permite conhecer e avaliar cenários de evidentes ameaças. Nesses momentos pode ocorrer o dilema de ter de optar entre disciplina e lealdade, decisão difícil para um militar, como bem sabem os profissionais da carreira das Armas.

O Presidente da República – na condição de Chefe de Estado – é o Comandante Supremo das Forças Armadas no Brasil. No regime presidencialista, o Chefe de Estado é também Chefe de Governo, que tem obrigação moral e funcional de colocar aspirações e interesses nacionais acima de Programas de Governo e de Partido, bem como de ambições eleitorais, principalmente quando uma decisão afete a defesa, soberania e integridade nacionais.

No Brasil, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o da Defesa (MD) deveriam ter o mesmo peso político ao assessorarem o Chefe de Estado em temas relacionados à defesa e à segurança nacional, mas isso não ocorre desde o início da década de 1990. Há um desequilíbrio perigoso, com a balança pendendo para o MRE, o que evidencia falta de preparo e visão estratégica da liderança nacional, incapaz de perceber vulnerabilidades daí decorrentes. Como disse Henry Kissinger, "diplomacia sem o respaldo de um forte poder militar não passa de mero exercício de retórica".

A criação do MD, necessária para a integração das Forças Armadas, não teve tal propósito, mas sim o de afastar o militar do núcleo decisório do Governo. Os ministros da Defesa são escolhidos por critérios políticos, não conhecem a cultura organizacional militar e não são estudiosos dos assuntos de defesa. Até hoje não existe o Secretário-Executivo do MD, que deveria ser um militar (pelos motivos supramencionados), o que não se concretiza por diversos motivos, inclusive por revanchismo. Como conseqüências desse quadro, os ministros não defendem com ênfase as posições propostas por seus assessores militares, ou não têm argumentação para fazer valer suas idéias.

Aí se insere a questão da Amazônia. Desde 1991, quando foi criada a Terra Indígena (TI) Ianomâmi, as Forças Armadas vêm alertando os sucessivos governos sobre o perigo de conceder imensas TIs em faixas de fronteiras; de se deixarem substituir, junto aos indígenas, por ONGs estrangeiras apoiadas por governos alienígenas e defendendo a autodeterminação daquelas terras; de retardar a ocupação e integração da Amazônia; e de relegar a segundo plano o desenvolvimento da capacidade de dissuasão militar.

Os governos não deram a menor importância aos alertas feitos através da cadeia de comando, sempre de maneira discreta. Hoje, chegamos a um momento de decisão. A ONU aprovou a *Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas* em setembro de 2007, que prevê, simplesmente, a autodeterminação para as TIs, além de outros direitos que as tornam enclaves dentro do território nacional. Considerando as dezenas de TIs nas faixas de fronteiras e no interior, o que vai ser uma "terra dividida em ilhas" é o próprio País. A *Declaração* recebeu, lamentavelmente, o voto favorável do Brasil. Desnecessário dizer que EUA, Austrália e Canadá votaram contra.

O Governo, inexplicavelmente, adotou uma posição que cria condições objetivas para a perda de soberania e integridade territorial. Qual o motivo? Incompetência para gerir o futuro do País num mundo onde se vive em permanente disputa de interesses? Barganha por algum interesse imediato de Governo?

Existem três eventos que, coincidência ou não, mostram sucessivos governos criando TIs ou unidades de conservação em faixas de fronteiras quando tinham algum interesse em negociação

internacional. Em 1991, sob ameaça de boicote da conferência ecológica Rio-92, foi criada a TI Ianomâmi. Em 2002, quando houve a Conferência Rio+10 na África do Sul, foi criado o Parque Nacional do Tumucumaque, onde existe uma TI. Em 2005, quando o Brasil pleiteava um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, foi definida a TI Raposa Serra do Sol em terras contínuas, e não em *"ilhas"*.

Eis estabelecido, portanto, o dilema entre disciplina e lealdade. Trata-se de um aparente dilema, pois a lealdade à Pátria, à Nação e ao Estado é, em síntese, manifestação de disciplina em seu grau mais elevado, considerando a missão constitucional das Forças Armadas e o juramento do militar à Bandeira Nacional. Esta lealdade se mostra, inicialmente, pela coragem de alertar a sociedade, claramente, sobre a ameaça que se está concretizando, depois de esgotados os meios de sensibilizar a liderança nacional.

Cabe à sociedade, por meio de seus representantes, exercer o poder que emana do povo numa Democracia. Que demonstre maturidade, dignidade e amor à Pátria, pois é hora de evidenciar que não precisa ser tutelada e se interessar pelo futuro soberano do País, num mundo onde o jogo do poder é uma realidade permanente.

As Forças Armadas devem continuar alertando a Nação para não serem responsabilizadas por se omitirem em momento tão delicado como o que vive o Brasil.

O autor é General-de-Brigada, foi observador militar da ONU, em El Salvador (1992-1993), e comandou a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

O Extremo Nordeste de Roraima

Roberto Gama e Silva

Inicialmente, necessário se torna declarar que o propósito desse trabalho, simples coleta de dados geográficos e históricos, é o de facilitar o julgamento dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, na questão do estabelecimento de uma reserva indígena contínua no extremo nordeste de Roraima, como desejam os maus brasileiros, sob o estímulo de estrangeiros interessados em ocupar o "paraíso dos recursos naturais", a Amazônia Brasileira.

Definido o propósito do trabalho, iniciemos a excursão pelo extremo nordeste de Roraima.

Quem imagina que nessa região do setentrião brasileiro vai deparar-se com a floresta tropical úmida, tipologia vegetal predominante na Amazônia, que se prepare para uma surpresa.



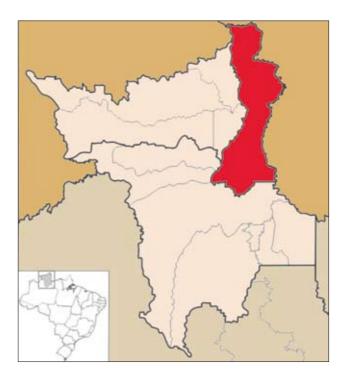
Monte Caburaí



Monte Roraima

O Monte Caburaí, com 1.456 metros de altitude, localizado no ponto de coordenadas 05°15′05′′N e 060°12′33′′O, é o ponto extremo da região e, também, o ponto extremo norte do Brasil. Faz parte de uma seqüência de serras denominada Pacaraima e tem um pouco a oeste uma elevação ainda maior, o Monte Roraima, com 2.734,06 metros de altitude e coordenadas geográficas 05°12′08′′N e 060°44′07′′O.

A sequência de serras atua como uma barreira geomorfológica em relação aos ventos dominantes que sopram durante parte do ano, exatamente enquanto a "Zona de Convergência Intertropical", no seu passeio ao norte do Equador, mantém-se distanciada desta linha imaginária. Nessa ocasião, predominam os alísios de nordeste, suplantando a força dos alísios de sudeste. Então, as chuvas se precipitam a barlavento da barreira geomorfológica, deixando os trechos a sotavento praticamente sem umidade.



Esse o motivo da existência dos campos gerais do Rio Branco, que ocupam cerca de 50 mil quilômetros quadrados do extremo nordeste de Roraima, começando nas fraldas da cadeia montanhosa e estendendo-se até ao encontro do Rio Tacutú com o Rio Branco.

Essa savana, num determinado ponto, é interrompida pela Serra do Sol, antigo Morro dos Cristãos, devidamente contornada pelos rios Cotingo e Tacutú.

Os habitantes primitivos da região pertencem aos dois mais importantes grupos dos chamados povos atlântico-setentrionais, segundo a classificação de Pericot y Garcia: *Aruaques* e *Caribes*.

No grupo dos *Aruaques*, distinguem-se os índios *Uapishanas*, os *Atoraís* e os *Mahidian*. No grupo *Carihe* se alinham, apenas, os *Caripunas*, os *Macuxís* e os *Taulipang*, mas eis que um quarto grupo, o dos *Paravilhanas*, teve o seu último remanescente falecido em 1914, nas proximidades da Serra da *Lua*.

No total, a população indígena dos campos gerais do Rio Branco deve somar uns 15 mil indivíduos, para os quais se pretende destinar uma área contínua de 1,74 milhão de hectares, como Reserva.

Acontece que os campos do Rio Branco, desprovidos de árvores de grande porte, atraíram, desde cedo, a atenção dos colonizadores, que começaram a montar fazendas de criação às margens dos igarapés.

Manoel da Gama Lobo d'Almada, segundo Governador da Província do Rio Negro (1786 a 1789), reconhecendo a vocação natural dos campos, introduziu gado e cavalos nas pastagens naturais do extremo nordeste de Roraima, promovendo a ocupação de grandes trechos da região pelos colonizadores descendentes de europeus. Na época, a Bacia do Rio Branco já contava com 26 povoações, sendo três vilas, nove "lugares" e quatro aldeias.

A população de origem européia cresceu com certa rapidez depois da iniciativa de Lobo d'Almada, e o entrosamento com os habitantes primitivos se foi estreitando devido ao fato de os fazendeiros contratarem a mão-de-obra indígena para tocarem as suas propriedades.

Hoje, os Macuxís, tribo predominante na região, estão de tal maneira integrados à comunhão nacional a ponto de uma jovem da citada etnia ter saído vitoriosa em concurso de soletração, de âmbito estadual, e, por esse motivo, escolhida para representar Roraima na disputa nacional promovida por uma rede de televisão.

Então, como montar uma Reserva Indígena de área avantajada, deslocando, à força, criadores de gado lá estabelecidos há mais de dois séculos, convivendo harmonicamente com os habitantes primitivos?

Mas, não serão somente os fazendeiros as vítimas da decisão precipitada do Poder Executivo. A partir de 1967, a Universidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, montou um "campus" avançado em Boa Vista, como parte do "Projeto Rondon". Muitos gaúchos, surpreendidos com a semelhança entre os campos gerais e os pampas, decidiram fixarse em Roraima, ocupando áreas no extremo nordeste do estado, onde o clima é mais ameno devido à altitude crescente do terreno, até atingir as serras que separam o Brasil dos seus vizinhos. Esses "novos roraimenses" dedicaram-se ao plantio do arroz e o vêm fazendo, com sucesso, há quatro décadas. Não são, portanto, arrivistas que lá chegaram para explorar os habitantes primitivos. Ao contrário, convivem com eles harmoniosamente, inclusive oferecendo-lhes trabalho.

Ainda resta falar de um terceiro grupo, menos numeroso e pouco estável: os garimpeiros.

Desde tempos imemoriais existe a garimpagem de diamantes nos arenitos basais das rochas classificadas como pertencentes ao "Grupo Roraima". Esses diamantes provêm de chaminés "kimberlíticas" recobertas pelas rochas sedimentares que formaram as serras integrantes dos limites externos de Roraima, por ocasião dos choques entre as placas tectônicas da América do Sul e da América do Norte, antes do afloramento do istmo do Panamá.

Agora, para onde foram e para onde vão os diamantes garimpados nesses arenitos, ninguém sabe, ninguém viu...

Por tudo o que foi dito, espera-se que, doravante, os dirigentes que editam e fazem cumprir as leis estudem com sabedoria as situações com as quais se defrontam, para que sejam evitados os traumas impostos aos cidadãos de bem, em pleno exercício de atividades produtivas.

Por outro lado, precisam eles prestar muita atenção aos mapas (será que sabem interpretá-los?) e às atividades de organizações não-governamentais estrangeiras, estas empenhadas em provocar uma

secessão na Amazônia, para suprir as necessidades de matérias-primas já escassas nos países que expandiram os seus ecúmenos até aos limites dos respectivos territórios.

Fiquem certos, os brasileiros, de que as organizações nãogovernamentais estrangeiras não querem o nosso bem, mas os nossos bens!

Portanto, merecem ser expulsas da Amazônia, no lugar dos fazendeiros, arrozeiros e garimpeiros que habitam a região e que atuam, também, como sentinelas avançadas da nacionalidade.

Tudo pela Pátria!

O autor é Almirante da Marinha Brasileira.

Ordem do Dia alusiva à comemoração do Jubileu de Ouro da Quinta Força Aérea

Jaime Glacir Taranto

Antes de iniciar minhas palavras propriamente ditas gostaria de deixar registrados os agradecimentos da Aviação de Transporte à Base Aérea de Campo Grande, na pessoa de seu Comandante, Coronel-Aviador Máximo Ballatore Holland, pelo irrestrito e imprescindível apoio na realização deste grande exercício de reavaliação da Doutrina de Emprego.

Obrigado, Base Aérea de Campo Grande.

Ao comemorarmos o Aniversário de uma Organização Militar, faz-se necessário que nos reportemos às suas origens, a fim de que se possa entender melhor a sua atuação no contexto em que ela se insere.

Com a experiência operacional de emprego no Teatro de Operações da Segunda Guerra Mundial, o então Ministério da Aeronáutica identificou a necessidade de criar uma Unidade que pudesse ser empregada em conjunto com as Forças Terrestres no Transporte de Tropa e Ligação e Observação, e, também, cooperar com o Comando de Transporte Aéreo (COMTA) – criado em 5 de junho de 1951 – no transporte de carga e passageiros.

Assim, o Presidente da República, por meio do Decreto nº 41.077, de 1º de março de 1957, organiza, no Ministério da Aeronáutica, o Comando Aerotático Terrestre, o CATTER.

Posteriormente, em 22 de janeiro de 1958, foi criado o 1º Grupo de Transporte de Tropa, que, subordinado ao CATTER, tinha como principal missão assegurar a mobilidade da Brigada de Infantaria Pára-Quedista do nosso Exército.

Com a ativação do Grupamento de Aeronáutica de Manaus e do Destacamento de Base Aérea de Campo Grande, foi ativado o Núcleo de Comando da Força Aérea de Transporte Militar, sendo desativado o CATTER e transferido todo o seu acervo para aquele Comando.

O Comando da Força Aérea de Transporte Militar durou apenas quatro anos, pois em 15 de maio de 1973 o Ministro da Aeronáutica resolveu desativá-lo, ativando a Quinta Força Aérea de Transporte Aéreo: a V FATA.

Em 4 de abril de 1989, a V FATA teve sua denominação alterada para Quinta Força Aérea (V FAE) e, em 11 de março de 1993, o Comando de Transporte Aéreo fora desativado, passando à Quinta Força Aérea os seus encargos.

Nesse breve histórico podemos perceber, desde a criação do CATTER, a vocação operacional da nossa Aviação de Transporte. Essa vocação, nascida da observação do Segundo Grande Conflito Mundial, trouxe uma visão diferente para o emprego dos Vetores de Transporte, agregando a eles a Missão Aeroterrestre.

Foi uma evolução operacional, constante e gradual, que nos aproximou dos irmãos de Armas da nossa Marinha, por intermédio da tropa reforço, Unidade de elite do Comando de Fuzileiros Navais, da Brigada de Infantaria Pára-Quedista e do nosso Esquadrão Aeroterrestre de Salvamento.

Mais recentemente, com a criação da Brigada de Operações Especiais, sediada em Goiânia, os laços aeroterrestres com o Exército foram ampliados. Essa aproximação está traduzida num perfeito entrosamento entre os tripulantes e a tropa pára-quedista, e é fruto de uma doutrina rígida trabalhada pelas duas Forças.

É importante, sobre esse aspecto, enaltecer o trabalho daqueles que nos antecederam, que estabeleceram uma sólida base que permitiu às gerações que se sucederam o aprimoramento e a evolução técnica indispensáveis para o cumprimento das missões, hoje, num "TO" bem diferente daquele do início das Operações Aeroterrestres.

Nesse contexto, gostaria de destacar algumas conquistas mais recentes, que foram fruto de extrema dedicação e profissionalismo dos nossos combatentes do Transporte.

O "hidropallet", concebido para uso na nossa Amazônia, já foi empregado com sucesso no ressuprimento da Estação Comandante Ferraz, na Antártida; em técnicas de navegação a baixa altura, adquiridas nos intercâmbios no exterior, e que resultaram na criação do Curso de Navegação Tática, com excelentes resultados operacionais; na nova

sistemática para o lançamento de cargas, que evoluiu do PLA para o CARP; e no lançamento de carga em altitude, com a utilização do sistema de abertura automático com regulagem da altura de abertura, ainda em teste neste Exercício.

Fruto dessa evolução, a Força Aérea, num processo difícil e trabalhoso, vem renovando os seus Vetores Aéreos e adaptando-os a essa nova realidade. Essa evolução passa, indubitavelmente, pelo aperfeiçoamento dos recursos humanos, recursos esses que representam o nosso maior patrimônio.

Homens e mulheres da nossa quinta força aérea!

É importante destacar que todas as conquistas não ocorreram por si só, mas fruto de um árduo trabalho, que hoje está sob a nossa responsabilidade.

Ao comemorarmos o nosso quinquagésimo Aniversário, destaco e enalteço o trabalho de cada um de vocês, civis e militares, do nosso quartel-general e das nossas Unidades Aéreas. Concito-os a manterem acesa a chama desse competente profissionalismo, em busca constante da perfeição.

Parabéns, Quinta Força Aérea! Transporte! Lançar! Suprir! Resgatar! Lançar! Suprir! Resgatar!

Campo Grande (MS), 16 de maio de 2008.

O autor é Brigadeiro-do-Ar e Comandante da Quinta Força Aérea, localizada no Campo dos Afonsos, Rio de Janeiro.

O discurso acima foi proferido pelo Comandante da Quinta Força Aérea, Brigadeiro-do-Ar Jaime Glacir Taranto, em 16 de maio próximo passado, por ocasião do *"Exercício Transportex"*, durante a solenidade comemorativa do Jubileu de Ouro da Quinta Força Aérea (V FAE), realizada na Base Aérea de Campo Grande.

Exército Popular de Libertação (EPL) – Considerações Políticas e Doutrinárias

Marcelo Hecksher

Introdução

A República Popular da China, decididamente, passou a frequentar os noticiários. Durante as Olimpíadas de Pequim, o mundo tomará conhecimento de aspectos culturais, geográficos e históricos, que levam a China a ser, ainda hoje, um país estranho para a maioria dos ocidentais.

Um pensamento chinês diz que:

"Para conhecer a China é necessário andar 10 mil milhas e ler dez mil livros."

A evolução econômica na China produz resultados tão rápidos e em escala tão grande, que torna real um comentário comum entre os estrangeiros que lá vivem:

"Quem visitou a China há mais de dois anos não conhece mais a China."

A evolução do poder econômico na China é visível, uma vez que os resultados são mensuráveis e o crescimento econômico é a base para a evolução dos demais campos do Poder Nacional (econômico, psicossocial, militar, político e da ciência e tecnologia). Além disso, seus efeitos estão sendo escancarados para o mundo nas Olimpíadas de Pequim, despertando uma volúpia informativa da mídia ocidental, a qual parece ter descoberto, somente hoje, o Império do Centro.

A China não descuida de desenvolver todos os campos do Poder Nacional. Neste aspecto, deve ser considerado que seus problemas são agravados por gerações de desgoverno, elevados à potência de um bilhão e trezentos milhões de habitantes. Não existe solução imediata para qualquer problema, por mais radical que seja essa solução. Mas, o que faz o progresso da China em todos os campos é a persistência nas soluções adotadas, é a continuidade dos programas.

Um assunto pouco comentado, a não ser em publicações especializadas, é o programa de desenvolvimento e reestruturação do Poder Militar chinês.

No Brasil, muito pouca importância é dada pela mídia à influência dos componentes do Poder Militar, em particular às Forças Armadas, no desenvolvimento nacional, apesar de todas as contribuições dessas para o desenvolvimento social, econômico e tecnológico do país.

Os países desenvolvidos (Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha etc.) e os países em desenvolvimento, como China e Índia (sem citar a Rússia, que passa por uma conjuntura muito específica), não se atrevem a descuidar de seu Poder Militar, como acontece no Brasil, onde persistem campanhas para tirar o crédito das Forças Armadas, campanhas essas, em geral, movidas por aqueles que não o tem.

Na República Popular da China, onde os problemas sociais a serem enfrentados são exponencialmente mais graves que no Brasil, o governo não se descuidou das Forças. Em consonância com o estrondoso desenvolvimento da economia, desde a década de 1990, está sendo executado um programa de reestruturação do Exército Popular de Libertação (EPL), que nunca foi considerado ultrapassado perante a projeção internacional e regional do país, no qual estão incluídas as Forças Armadas da China, envolvendo aspectos organizacionais, de substituição e implantação de novos equipamentos, modificações de efetivo e modificações doutrinárias, programa esse que pode ser entendido pelos estudos políticos e estratégicos apresentados no XV Congresso do PCC.

É interessante considerar que o EPL é constituído não apenas pela Marinha, pelo Exército e pela Força Aérea da China. Dele também fazem parte a Polícia Armada do Povo e a Milícia Popular. A Polícia Armada do Povo, além das suas atribuições específicas de polícia, controle de fronteiras e aduana, também é reserva das Forças Armadas em caso de conflito, junto com a Milícia Armada (como uma guarda nacional), que atua nas calamidades (tipo uma defesa civil). Contudo, as referências ao EPL, neste artigo, abrangem políticas e planos para o Exército, a Marinha, a Força Aérea e a Força Estratégica de Mísseis.

Considerações

A partir dos últimos trinta anos, a China tem buscado ultrapassar a fronteira da doutrina de guerra defensiva, pregada por Mao Tsé-Tung, a qual era baseada na luta prolongada, de defesa territorial, doutrina essa que envolvia a mobilização de toda a sociedade chinesa.

A base da nova doutrina de emprego das Forças Armadas é a possibilidade de executar a projeção do poder segundo um desdobramento avançado de Forças Armadas menores, melhor treinadas, com maior flexibilidade e equipamentos mais modernos; Forças capazes de operar em áreas distantes do território continental. A Marinha passaria a ser uma Marinha de mar azul, não mais uma Marinha costeira. Esta nova doutrina passou a ser conhecida como Defesa Ativa.

Aparentemente, esta é uma mudança pouco significativa. Seria assim se não se levar em conta o fato de que, até então, em 5.000 anos de História documentada, a China nunca se envolveu em guerra de conquista. Os dois últimos conflitos em que a China esteve envolvida, fora do território chinês, foram a Guerra da Coréia, reagindo à presença dos norte-americanos em sua fronteira no Rio Yalu (fim da primeira fase da guerra), e a chamada Terceira Guerra da Indochina, em 1979, quando a China invadiu a República Socialista do Vietnã em apoio às tropas comunistas do Khmer Rouge (Khmer Vermelho), no Camboja.

Por sinal, esse conflito, no qual a China foi fragorosamente derrotada, gerou grandes modificações organizacionais no EPL. Entre elas, destaca-se a adoção de insígnias para distinguir os oficiais, o que não ocorria no Exército vermelho desde a sua criação.

Ao final do século XX, a despeito do seu tamanho, grande parte do equipamento do EPL podia ser considerada obsoleta (para os padrões dos EUA, nota do autor). Naquela época, ainda que tivessem adquirido novos armamentos, em função da modernização em curto prazo, lastreada no tratado de cooperação sino-russo, assinado em abril de 1996, a capacidade de o EPL lutar em um conflito da era da eletrônica era duvidosa.

O Acordo assinado por Jiang Zemmin e Boris Yeltsin, em abril de 1996, tratava tanto da fabricação e venda de equipamentos quanto do treinamento de pessoal em Academias Militares da Rússia. Porém, apesar dos termos de cooperação existentes na declaração conjunta do acordo de 1996, permaneceu um grau de incerteza ainda grande quanto à possibilidade de Rússia e China tornarem-se parceiros efetivos no campo militar, passando a serem aliados militares e não inimigos, como no passado mais recente.

Talvez o fato mais significativo desse Acordo, com reflexos em toda a geopolítica da Ásia, tenha sido a sua relação com outro: o Acordo de fronteiras assinado entre Rússia, China e Cazaquistão, que possibilitou a retirada de grandes efetivos dessas fronteiras e o emprego em outras regiões. Essas medidas tornam lógico supor que Rússia e China possam tornar-se parceiros efetivos no campo político, buscando contrapor-se à hegemonia do império americano.

Mas a China tem buscado, também, entendimentos na área militar, tanto no tocante à aquisição de equipamentos, quanto no campo de treinamento de pessoal, com países do mundo ocidental. A visita do então Presidente Jiang Zemin aos EUA, realizada em 1997, teve a cooperação militar como um dos seus enfoques principais. Data dessa época a instrução de oficiais da Marinha do EPL em navio americano, em travessia de Xangai para San Diego.

Com a França, devem ser salientados os resultados da visita do Presidente francês Jacques Chirac à China, em 1997, que obteve ampla repercussão e divulgação. Essa visita foi descrita na imprensa oficial chinesa como "pacto histórico". A caminho de Pequim, ainda em Singapura, quando da reunião da cúpula Europa-Ásia em 1997, a visita de quatro dias à China foi anunciada pelo Presidente Chirac como a "nova fronteira de nossa diplomacia".

A importância da visita foi correspondente ao preparo da diplomacia francesa, que assegurou uma atmosfera de amplo entendimento para o evento, reafirmando e produzindo fatos de grande interesse para os chineses, a saber:

- O apoio ao ingresso da China na OMC;
- O tratamento dado à questão dos direitos humanos na reunião da Comissão de Direitos Humanos, em Genebra;
- A reafirmação da decisão, tomada em 1994, de não mais fornecer armas para Taiwan;

 As declarações de oposição às políticas de contenção e a defesa do multipolarismo para as relações internacionais de hoje.

Os comunicados da visita do Presidente francês à China atestam que os dois países possuem muita identidade no que tange à conjuntura das relações internacionais, tendo sido afirmado que "a aproximação sino-francesa produzirá efeitos que se estenderão ao próximo século". Especial ênfase foi dada ao tema do multipolarismo, defendido por ambos os Presidentes como o padrão de relacionamento capaz de manter a "diversidade mundial" que o atual "unipolarismo", centrado nos EUA como superpotência, ameaça abalar.

Tal tema, como já citado, foi o assunto mais importante nas conversações mantidas por Jiang Zemin e Boris Yeltsin. Por tal motivo, é lógico supor que a China trabalha para ser ligação entre Rússia e França, no tocante a decisões da política internacional, na tentativa de os três países se contraporem à hegemonia norte-americana.

Naquela mesma visita, foi assinada uma Declaração conjunta nomeada "Declaração Sino-Francesa para uma Parceria Global", vista pelos dois países como determinante para o intercâmbio futuro. Tal Declaração foi descrita por Chirac como "o mais importante documento das relações bilaterais desde 1964, quando Charles de Gaulle tornou-se o primeiro líder ocidental a estabelecer relações diplomáticas plenas com a China".

Na citada Declaração, os seguintes pontos ressaltam:

- Troca de informações sobre a política de defesa;
- O intercâmbio entre as Forças Armadas;
- A realização de encontro anual de alto nível; a reunião de chanceleres pelo menos duas vezes por ano;
- A abertura de Consulado chinês em Estrasburgo e de novos consulados franceses;
 - A construção de nova Embaixada da França;
- A posição comum favorável a uma ampliação limitada do Conselho de Segurança da ONU.

Esse Acordo diz respeito a interesses mútuos reais e não somente ao fato de que os chineses acenam aos países ávidos em fortalecer suas economias e sua influência na China, com o seu mercado cada vez maior, em virtude das reformas econômicas, argumento que manejam com destreza.

Reestruturação do EPL

A reestruturação do EPL vem sendo levada a efeito buscando uma nova estrutura organizacional, eliminando redundâncias de comando, a par de outras medidas, como a da redução do número de regiões militares de onze para sete, já implantada. Para médio e longo prazo, a tarefa eleita pela Comissão Militar Central como a mais importante do ponto de vista estratégico de desenvolvimento do Poder Militar foi a de modernização dos equipamentos de defesa do EPL, com base na pesquisa e fabricação próprias de modernos equipamentos. Para tal, o plano de desenvolvimento foi pensado até 2015, tempo necessário para formar uma nova geração capaz de assimilar a tecnologia que está sendo desenvolvida ou adquirida.

Do ponto de vista estratégico, o aspecto mais importante da nova doutrina militar chinesa é o fato de que, fugindo às restrições impostas pela doutrina pregada por Mao, que estabelecia "só atacar após sofrer um ataque", hoje, a força pode ser aplicada, em primeira instância, onde for necessário o seu emprego.

Analisando-se a nova doutrina e os imediatos reflexos do Acordo com a França verifica-se o quão efetivas foram as conversações realizadas. A França passou a ter comprovada presença no desenvolvimento do F-10 (o Adido Aeronáutico francês em Pequim, em, 1998, era um engenheiro aeronáutico), aeronave de caça derivada do israelense *Lavi*, que havia perdido a concorrência para o *Eurofighter*. Os franceses também passaram a cooperar tecnicamente para tornar os submarinos nucleares chineses mais silenciosos. Da mesma forma, foi incrementada a participação francesa no projeto espacial que visava colocar o primeiro astronauta chinês no espaço, utilizando o Foguete Lançador Longa Marcha.

Significativamente, a aplicação imediata de medidas concernentes à nova doutrina para o EPL pode ser verificada pela maior importância e pela prioridade que estão sendo dadas à modernização e à reestruturação da Marinha e da Força Aérea, a par do incremento das forças de mísseis estratégicos e da criação de Forças de Ação Rápida e Unidades Especiais, subordinadas, diretamente, ao Estado-Maior Geral – EMG (leia-se Comissão Militar Central – CMC, pois, o EMG passa a funcionar como EM da CMC em caso de conflito). A Força Terrestre propriamente dita perdeu a sua maior importância frente às demais.

As políticas implantadas na China decorrem das discussões realizadas pela cúpula do Partido Comunista Chinês previamente aos congressos do Partido. Normalmente, essas reuniões são realizadas na cidade balneária de Beidaihe. Nas reuniões que precederam o XV Congresso, muito ao gosto chinês, algumas frases ditaram o que viria a ser o tom da luta política que se avizinhava. Foram as seguintes:

- "Jiang Zemin não é Mao ou Deng."
- "Falta-nos um Deus."
- "O Partido não acatará decisões sem terem sido discutidas no plenário do Congresso."

Tais declarações indicavam a possibilidade de que, durante o Congresso, seria travada uma luta interna pelo poder no PCC, entre as correntes do Presidente Zemin e do Presidente do Congresso Nacional do Povo (CNP), Qiao Shi.

Foi então que o Presidente Zemin, perante os 2.108 delegados, representando os então 58 milhões de membros do PCC em todo o país, abriu os debates com a apresentação do *"informe político central"*, no qual afirmou que:

"É chegado o momento de abrir os caminhos do desenvolvimento econômico, da restauração política, cultural e ética do país, para aproveitar as oportunidades que se apresentarão no século XXI."

Vencida a disputa política, Jiang Zemin firmou-se no poder, fazendo, mais tarde, seus sucessores o atual Presidente Hu Jintao e o Primeiro-Ministro Wen Jiabao.

No tocante à Política Exterior, os tópicos citados ao final do Congresso são coerentes com a atitude da China em relação ao que considera interferência de outros países em seus negócios internos, particularmente nas questões de soberania. O Partido apresenta um rol de "boas intenções", ao mesmo tempo em que deixa clara a sua posição em questões de soberania e de práticas políticas consideradas nocivas à paz mundial e à estabilidade regional.

Os tópicos abordados foram os seguintes:

 Reafirmação, especialmente para os países ocidentais, que não deve haver interferência nas políticas chinesas de reunificação com "a província rebelde de Taiwan";

- Busca da reunificação com Taiwan por meios pacíficos, sem comprometer-se a renunciar ao uso da força, em caso de necessidade, pois a China não está disposta a permitir que qualquer força mude a situação de Taiwan, parte inarredável do território chinês. No entanto, se a nova liderança da ilha não se aproximar de Pequim para o diálogo, a RPC não descartará o uso da força para subjugá-la;
- Compromisso da CHINA com a paz mundial e a estabilidade regional;
- O desenvolvimento da CHINA não será uma ameaça para os outros países;
- A CHINA necessita, para o seu desenvolvimento, de um ambiente internacional pacífico, por longo prazo;
- A CHINA deve seguir uma política independente de paz, sem ceder a pressões do exterior, nem fazer alianças com grandes potências ou grupos de países;
- A CHINA não estabelecerá bloqueios militares (entende-se que para fins econômicos);
- A CHINA não participará de corrida armamentista nem buscará expansão militar de seu território;
- A CHINA não imporá seu sistema ideológico a qualquer país, nem permitirá que outros lhe forcem a seguir os seus;
- -O povo chinês está disposto a unir suas mãos aos povos de outros países, no esforço para promover a paz mundial, o desenvolvimento e o trabalho, em busca de um futuro melhor para a Humanidade.
- O XV Congresso do PCC, encerrado em 18 de setembro de 1997, também estabeleceu os tópicos para a Política de Modernização do EPL. Certos tópicos da Política Externa, mostrados acima, determinam a direção da modernização do EPL. Para que seja possível afirmar: "A RPC não descartará o uso da força para subjugá-la", referindo-se a Taiwan, é necessário estar preparado para tal. Assim, os tópicos de modernização do EPL foram definidos. São eles:
- O Exército Chinês foi reduzido em 500.000 (quinhentos mil) soldados, ao final do primeiro semestre de 1999;
- O Exército Popular de Libertação (EPL) deve preparar-se para empregar a estratégia da "Defesa Ativa" (substituição da doutrina de MAO, mobilização da nação, guerra do povo);

- Moderna tecnologia deverá ser introduzida no EPL;
- O Exército deverá ser modernizado e deverá melhorar sua capacidade operativa (o Exército tinha deixado de ter prioridade na modernização, em relação à Marinha e à Força Aérea);
- Deve ser buscado o caminho de Forças Armadas com menores efetivos que os atuais, contudo, melhor equipadas;
- O EPL deve obedecer às ordens da Comissão Militar Central do Partido (CMC do PCC), nunca esquecendo a sua condição de "exército do povo";
- O EPL deve estar subordinado e responder aos interesses globais do desenvolvimento econômico.

É da cultura chinesa, utilizar frases, "slogans" e imagens para divulgar uma idéia, dar orientações, motivar o povo. Esse costume remonta a Confúcio. A frase "Confúcio disse" é das mais conhecidas mundialmente. Na China, Confúcio disse, Mao disse, Deng disse, e o Partido disse no XV Congresso. São universais os ditados de Confúcio e de seus seguidores. Mao disse muita coisa. Pouca coisa boa. Seu pensamento sobre os pássaros ("Os pássaros são tão nocivos quanto os gafanhotos") foi uma das causas da grande fome, em face do desequilíbrio ecológico provocado. Deng disse:

- "Não importa a cor do gato. Importante é que mate o rato."
- "Agora é bom ser rico. Mas uns serão ricos antes dos outros."
- "Um só país, dois sistemas."

E o partido, no XV Congresso, criou a nova imagem do soldado chinês. Anteriormente, o exemplo dado era o de um soldado forte, corajoso e leal amigo. Sua imagem freqüentava as paredes dos quartéis. Após o XV Congresso, a imagem do novo soldado chinês passou a ser a de um oficial da Marinha, culto, bilíngüe (inglês), casado, informatizado. Tal imagem significa a radical mudança da Política Militar da China.

Razões da Mudança na Doutrina

Inicialmente, deve ser entendido que a nova doutrina para o EPL não se origina apenas de avaliações do campo militar. A nova doutrina está relacionada ao cenário político que se desenha para o mundo e, principalmente, para a região.

Entre os fatores a serem considerados, os mais notáveis são os seguintes:

- Declínio da influência militar dos EUA na Ásia, fruto das posições antagônicas da população dos países onde estão ou estavam situadas as bases americanas;
- Acordo assinado entre os EUA e o Japão, no qual este deveria assumir parte das "obrigações" americanas quanto à segurança e à estabilidade da região;
 - Acordo China/Rússia (de abril de 1996);
- O fato de a China sustentar 22% da população mundial, com apenas 7% das terras agricultáveis do planeta;
- O fato de que tais terras decrescem à razão de cerca de 725.000
 acres por ano, em virtude da erosão do solo e da desertificação;
- A previsão de que a população da China alcance 1.500 milhões em 2020;
- O crescimento de 50% na demanda energética na última década e a necessidade de manter o ritmo de crescimento para atender às expectativas da crescente população;
- A existência de grandes jazidas de gás natural no Mar do Sul da China, em áreas disputadas por diversos países da região.

Conclusão

Programas como o adotado pela China para o EPL indicam que os países que pretendem ter alguma projeção, regional ou global, não podem se descuidar de suas Forças Armadas. Países que pretendem essas projeções não pensam suas Forças Armadas como "forças policiais". Consideram suas Forças Armadas como parte integrante e fundamental do Poder Nacional.

Os Estados Unidos da América, por exemplo, não atribuem às suas Forças Armadas apenas a missão de defesa do território americano. Os Estados Unidos atribuem às suas Forças Armadas a missão de "defender os interesses dos Estados Unidos, onde estiverem".

Regionalmente, assim raciocina a Comissão Militar Central do Partido Comunista Chinês, de onde emana o poder que orienta o preparo e emprego do Exército Popular de Libertação, o EPL.

No Brasil, queremos constituir um Conselho de Defesa dos países da América do Sul, no qual ingressaremos com Forças Armadas desprestigiadas e mal equipadas.

Talvez fosse conveniente que nossos políticos fossem obrigados a fazer uma detalhada leitura do "China Defense White Paper".

O autor é Coronel-Aviador e Mestre em Ciências Aeronáuticas. Foi Adido das Forças Armadas na China.

O Futuro do Poder dos Estados Unidos

Rubens Barbosa

Os desastrados oito anos da presidência de George W. Bush, os desequilíbrios da economia dos EUA, os graves problemas políticos e sociais da sociedade americana, as conseqüências da prolongada Guerra no Iraque e a emergência da China como superpotência são alguns dos elementos que levam muitos analistas a considerar que o poderio de Washington está em declínio.

No último número da revista "Foreign Affairs", dois interessantes artigos, **O Futuro do Poderio Americano**, de Fareed Zacharia, e **A Era da não Polaridade**, de Richard Haas, merecem uma reflexão mais detida e desapaixonada pela riqueza da argumentação e pela força de suas idéias.

Pareceu-me útil resumir os principais aspectos desses artigos para um público mais amplo, não somente porque traçam um quadro realista — claro que do ponto de vista norte-americano — mas porque ajudam a entender o novo mundo onde o Brasil terá de interagir e onde a Política Externa terá de fazer as escolhas apropriadas de maneira a que não percamos mais uma vez o bonde da História.

A idéia central de Zacharia é a de que, ao contrário do Império Britânico, os EUA não são uma economia fraca nem uma sociedade decadente. O poderio econômico britânico foi desaparecendo apesar de Londres continuar a manter uma imensa influência política ao redor do mundo. No caso dos EUA, a economia e a sociedade são capazes de responder às dificuldades conjunturais e à competição econômica, pois têm uma forte capacidade de se adaptar e de se ajustar. A fraqueza do "império norte-americano" (expressão não empregada no artigo) residiria na existência de um sistema político disfuncional.

Como Washington reagirá a um mundo onde os EUA terão de conviver com a emergência de outros países poderosos? Qual será a resposta a essas mudanças econômicas e de poder político no cenário internacional?

O sistema político rígido e antiquado (agora com mais de 225 anos) foi capturado pelo dinheiro, pelos interesses especiais, por uma mídia sensacionalista e por grupos ideológicos. O resultado é um incessante e virulento debate sobre trivialidades – a política como uma forma de teatro – e muito pouca substância, entendimento ou ação. O país que tudo podia está agora dominado por um processo político que nada faz, em que as disputas partidárias prevalecem sobre a solução dos problemas. Perdeu-se a noção do longo prazo e os partidos se transformaram em grandes arrecadadores de recursos para financiar as eleições, mas são péssimos para ajudar a governar (qualquer semelhança com país muito nosso conhecido é mera coincidência).

Os EUA nas últimas duas décadas se tornaram a única superpotência global. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial o mundo, em larga medida, foi moldado conforme as percepções e os interesses americanos. Agora, no entanto, o cenário internacional passa por um dos períodos de maior transformação da História. Depois do surgimento do mundo ocidental, consolidado no final do século 18, e do aparecimento dos EUA no final do século 19, estamos vivendo a terceira grande transferência de poder da era moderna, chamada pelo autor de a "emergência do resto do mundo".

Esse novo mundo em gestação será muito diferente daqueles que o precederam. Sob diversos aspectos, industrial, financeiro, social e cultural – menos quanto ao poder militar e estratégico – a distribuição de poder está se transformando, tornando mais difícil a dominação dos EUA. Não se trata de um mundo antiamericano, mas de um mundo pós-americano, definido e orientado a partir de muitos lugares e por muitas pessoas.

Na visão de Zacharia, as grandes transformações globais não ocorrem contra os interesses dos EUA. O "resto do mundo" é que está surgindo, abraçando a economia de mercado, firmando-se como governos democráticos (de uma forma ou de outra) e assumindo uma grande abertura e transparência. Poderá ser um mundo em que os EUA tenham menos espaço, mas as idéias e os ideais norte-americanos, segundo ele, hão de prevalecer de forma poderosa.

O artigo de Richard Haas complementa essa análise sobre o futuro do poderio dos EUA, chamando a atenção para o fato de que

a principal característica das relações internacionais no século 21 será a "não polaridade": um mundo dominado não por um ou por poucos Estados, mas por dezenas de atores que possuem e que exerceriam diversos tipos de poder.

Na percepção do autor, a não polaridade terá consequências majoritariamente negativas para os EUA e para o resto do mundo.

Além de tornar mais difícil a liderança de Washington no momento de buscar respostas coletivas para desafios regionais ou globais, a não polaridade deixaria o país mais vulnerável às ameaças originadas de ações de Estados párias ("rogue States"), de grupos terroristas e produtores de energia (que podem ameaçar reduzir a sua produção) e de bancos centrais (cuja ação ou inação pode afetar o papel ou a força do dólar).

Segundo Haas, o multilateralismo deverá predominar nesse novo mundo não-polar. Daí a necessidade de as instituições serem reformuladas para incluir as nações emergentes. A composição do Conselho de Segurança da ONU e do G-8 devem ser alteradas para refletirem o mundo de hoje, e não o do final da Segunda Guerra Mundial. Atores governamentais e não-governamentais serão chamados a participar dos debates.

A não polaridade certamente tornará a atividade diplomática mais difícil e complexa. O mundo não-polar significará mais atores governamentais e não-governamentais. As alianças entre governos serão mais seletivas e de acordo com situações determinadas.

Barack Obama, o candidato a presidente que mais parece personificar a idéia de mudança, talvez já seja um começo de resposta da sociedade norte-americana a esses novos tempos e realidades.

O autor foi Embaixador do Brasil nos EUA. Atualmente, é Presidente do Conselho de Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

"Ícaro Redimido": A Falsa Vida de Santos-Dumont no Plano Espiritual

Rodrigo Moura Visoni

É de se lamentar que o Centenário do avião, comemorado em 2006, em todo o Brasil, tenha servido como pretexto para a publicação de biografias sobre Santos-Dumont de qualidade muito duvidosa, lançadas tão-somente com o objetivo de aproveitar uma época propícia para vendas e auferir lucros com o nome de um dos mais queridos personagens da História do Brasil.

O livro "Ícaro Redimido", impresso pela Editora INEDE em 2006, é uma dessas obras: procura contar a suposta "vida de Santos-Dumont no plano espiritual", apresentando a depressão e o suicídio do inventor sob um novo enfoque. Trata-se de uma obra espírita, que teria sido inspirada por uma entidade de nome Adamastor. É, pelo menos, o que conta o autor, Gilson Teixeira Freire (p. 11):

"Apresento ao leitor uma obra que não pode ser considerada simplesmente uma ficção. É fruto de uma estranha parceria com uma inteligência livre da matéria. Sei que lhe dar tão exótica origem coloca-a no rol das literaturas questionadas quanto à sua veracidade e levanta a suspeita de tratar-se apenas de um produto da imaginação aguçada de alguém capaz de se conceber dominado por forças estranhas, conduzindo o relato dos escritos aqui apresentados. Por isso ela está estritamente endereçada àquele que aceita a possibilidade da existência da vida em outro plano que não o da carne e admite a viabilidade de trocas de informações através das correntes de pensamentos que trafegam entre os dois mundos."

Freire esclarece em seguida que o livro não foi "psicografado", mas tão-somente "inspirado" (p. 11):

"Escrevi-o bastante cônscio de mim mesmo e com clara percepção das idéias que entretecia na mente. Apenas as sentia brotarem com uma profusão inusitadamente rápida e com uma clareza tão cristalina que não me deixavam a mínima dúvida quanto à sua origem."

E acrescenta, com dramaticidade (p. 12):

"A vivência dos fatos relatados era de tamanha magnitude que muitas vezes me atirava em lágrimas por senti-los com surpreendente realidade, como se estivesse presente neles, tal a nitidez com que os quadros se formavam em minha mente. Essas sensações são as únicas provas, ainda que restritas ao meu próprio testemunho, de que lidei com forças fora da normalidade e além de mim mesmo."

O autor revela, por fim, que "uma entidade que não pertence a este mundo" inspirou-lhe o livro (p. 12-13):

"Responde pelo nome de Adamastor e sentia a força de sua presença, impondo-me o seu pensamento e dirigindo ativamente o trabalho."

O quão de verdade haveria nessa história? Traria o livro contribuições à biografia de Santos-Dumont? Seria possível encontrar provas que confirmassem ou refutassem as informações contidas no livro? Foi o que se tentou buscar neste artigo.

Pergunta inicial

Em primeiro lugar, é necessário perguntar: por que escrever um livro acerca da vida de Santos-Dumont no plano espiritual sob a inspiração de uma hipotética e desconhecida entidade identificada apenas como Adamastor? Por que não invocar o próprio espírito de Santos-Dumont para isso? Um relato "de primeira mão" seria naturalmente muito mais rico e interessante. Essa possibilidade de comunicação é admitida entre os espíritas, uma vez que o mesmo livro apresenta uma mensagem supostamente enviada pelo espírito de Santos-Dumont ao médium Francisco Cândido Xavier, em 20 de julho de 1948, data em que o inventor completaria 75 anos (p. 449-450).

A metodologia utilizada

Gilson Teixeira Freire admite ter compulsado as biografias disponíveis acerca de Santos-Dumont para corrigir eventuais erros do livro (p. 13):

"Muitos nomes e termos inteiramente estranhos ao meu ambiente psíquico eram percebidos com natural insegurança, exigindo-me posterior e cuidadoso estudo, a fim de conferir-lhes a exatidão, impondo à captação mediúnica um perfeito controle

racional, evitando-se assim os enganos naturais decorrentes da minha insegurança e da rapidez com que se imprimiam em minha mente. Contudo surpreendia-me, atestando que a maioria deles correspondia exatamente à forma com a qual se me apresentaram. Entretanto, muitos não se acham registrados ou pelo menos não os pude encontrar nas biografias ao meu alcance, de modo que admito a possibilidade de erros em decorrência da exótica origem destes dados e da exigüidade de minha visão metapsíquica. Ainda que um dos objetivos deste trabalho seja a aproximação dos fatos desta e da outra vida, a precisão de seus informes, no que diz respeito à exatidão da grafia, não foi, em momento algum, o seu escopo principal. Seu enredo e seu personagem serviram apenas como um propósito secundário para a veiculação da verdadeira mensagem da obra, que objetiva engrandecer-nos para a vida real do espírito, incentivando nossa melhoria moral, ensinando-nos a valorizar a vida e a vêla como um meio indispensável para a conquista dos tesouros da Humanidade."

Portanto, como o próprio autor reconhece a exatidão das informações prestadas, esta não foi a preocupação maior na elaboração do livro, o que diminui, em muito, a credibilidade histórica do trabalho. E confessa (p. 13-14):

"Sei que o protagonista destes relatos desperta especial interesse para a História de nossa nação por retratar um de seus mais ilustres personagens, e muitos questionamentos serão suscitados perante as revelações aqui apresentadas, por parecer desmerecê-lo das glórias e feitos que lhe atribuímos. Creio que a intenção da espiritualidade superior não é diminuir o valor de quem quer que seja, mas apenas nos revelar fatos que possam nos instruir e nos tornar felizes."

Como confirmar as "revelações" feitas no livro?

Como era de se esperar, Teixeira Freire, ao lembrar os feitos de Santos-Dumont em vida, detém-se naqueles mais conhecidos e estudados pelos historiadores: a infância do inventor, o balão *Brazil*, os dirigíveis construídos, a conquista do Prêmio Deutsch, os vôos em avião... Poucas são as "revelações" contidas no livro. E para dar-se crédito a estas, seria necessário obter documentos fidedignos que as comprovassem. Por exemplo: em 1898, Santos-Dumont realizou uma experiência com um triciclo para testar o comportamento de um motor suspenso no ar. Essa experiência foi descrita por ele no artigo "The Emotions and Sensations of Aerial Navigation", publicado na edição de janeiro de 1904 do mensário inglês "The Pall Mall Magazine" (p. 16):

"(...) peguei meu triciclo, tal como estava após eu haver deixado a corrida Paris-Amsterdã e, acompanhado por um homem competente, levei-o para um local isolado do Bois de Boulogne. Lá, na floresta, escolhi uma árvore grande de galhos baixos, em dois dos quais suspendemos com três cordas o triciclo motorizado. Quando havíamos estabilizado bem a suspensão, meu companheiro me ajudou a subir e a me sentar no selim do triciclo. Fiquei como em um balanço. (...) Dei a partida no motor. Não senti nenhuma vibração em particular; (...) Aumentei a velocidade – e senti menos vibração! (...) Foi o meu primeiro triunfo no ar!"

Note-se que Santos-Dumont não identificou o homem que o auxiliou na suspensão do triciclo, mas em "Ícaro redimido" esse homem aparece como "François" (p. 167). Se algum dia for descoberto um documento autêntico e fidedigno comprovando que, de fato, esse auxiliar se chamava François, isso poderia servir como evidência da veracidade da obra; mas, seria essa uma prova conclusiva?

Decerto que não. Freire forneceu apenas o suposto primeiro nome do ajudante, um dos mais comuns nomes franceses existentes, equivalente a "Francisco". Mesmo que venha a ser comprovado como "François" o nome do referido assistente, o fato poderia ser considerado mera coincidência. Para se poder dar crédito à obra, seria preciso a confirmação, pelos historiadores, de muitos outros fatos desconhecidos presentes no livro. E isso não acontece.

"Ícaro redimido" é um relato verídico?

"Ícaro redimido" dificilmente pode ser considerado um relato verídico da vida (terrena ou espiritual) de Santos-Dumont. O autor, conquanto em geral se mostre bem informado, repete alguns dos erros comuns contidos nas biografias existentes quanto ao "Pai da Aviação". Afirma, por exemplo, que o último vôo feito por Santos-Dumont numa "Demoiselle" foi em 18 de setembro de 1909 (p. 186), quando, na verdade, foi em 4 de janeiro de 1910 ("Jornal do Commercio", 6 de janeiro de 1910, p. 1). Diz também que o inventor teria reclamado da inserção de uma nova exigência no Regulamento do Prêmio Deutsch após o vitorioso vôo em torno da Torre Eiffel com o dirigível Nº 6, em 19 de outubro de 1901. A exigência era de que o candidato convocasse a comissão julgadora com no mínimo 24 horas de antecedência (p. 173), o que é falso, pois isso era exigido desde o início do Prêmio. E afirma,

ainda, que o aviador assistiu no Rio de Janeiro, em 3 de dezembro de 1928, ao acidente com o hidroavião "Santos-Dumont", que caiu nesse dia na Baía de Guanabara (p. 288). Na realidade, ele não presenciou o acidente; ele soube da catástrofe somente minutos depois, ao aportar no Rio de Janeiro no navio "Cap Arcona", vindo da Europa, e ser comunicado pelo Prefeito da cidade, Antônio Prado Júnior.

É certo que todos esses são erros pequenos, que não chegam a comprometer a parte biográfica relativa a Santos-Dumont. O mesmo, porém, não pode ser dito quanto à pós-vida do inventor. Gilson Teixeira Freire fantasiou demais, e acabou por extinguir mesmo o menor vestígio de plausibilidade que o livro pudesse vir a ter! Ele diz que Santos-Dumont foi, em vidas passadas, Zennon, francês que supostamente teria inventado o canhão. Do ilustre desconhecido, porém, não existem registros históricos. É o próprio autor quem o admite (p. 310):

"Embora a História não tenha registrado o seu nome, Zennon pode ser considerado, de fato, o inventor do canhão."

O canhão de Zennon, afirma Freire (p. 311), teria sido utilizado pelos franceses na Guerra dos Cem Anos (1337-1453).

Teixeira Freire prossegue afirmando que Santos-Dumont, após morrer como Zennon, teria renascido na figura de Bartolomeu Lourenço de Gusmão, o "Pai da Aerostação" (1685-1724), que existiu de fato, mas a respeito de quem fez as mais absurdas declarações!

Segundo o autor, Bartolomeu de Gusmão, que ficou conhecido em vida como o "Voador", devido à invenção do balão a ar quente, em 1709, teve pelo menos dois outros apelidos: "Cônego da Ordem dos Artilheiros" e "Pároco dos Foguetórios", pois teria também inventado um novo tipo de rojão (p. 318). O problema é que não existe qualquer evidência disso. Também afirma que Gusmão teria engravidado uma judia de nome Maria Coutinho, esposa de um cristão novo seu amigo, Miguel de Castro Lara. Este, ao descobrir a traição, teria assassinado a esposa, conquanto grávida. Para azar de Teixeira Freire, está historicamente provado que Miguel de Castro Lara faleceu muito antes de Maria Coutinho ("Novas Epanáforas", de João Lúcio de Azevedo, 1932, p. 160). A mulher, que já era viúva em 1725, sofreu nesse ano um processo inquisitorial por manter às escondidas práticas judaicas.

Outra curiosa afirmação de Freire, da qual não fornece a menor prova, é a de que os Irmãos Wright teriam sido a reencarnação dos Irmãos Montgolfier, os franceses que (re) inventaram o balão em 1782 (p. 347).

Qual a bibliografia utilizada em "Ícaro redimido"?

Gilson Teixeira Freire não fornece em "Ícaro redimido" as referências bibliográficas utilizadas para escrever o livro. No entanto, é fácil induzir algumas das obras que ele deve ter compulsado. Certamente leu as autobiografias de Santos-Dumont, "Os meus Balões" e "O que eu vi, o que nós veremos", publicadas originalmente em 1904 e 1918, respectivamente; "Santos-Dumont", de Gondin da Fonseca, livro que teve três edições, duas em 1940 e uma em 1956; "A vida, a Glória e o Martírio de Santos-Dumont", de Fernando Jorge, editado em 1973; e "Cronologia de Alberto Santos-Dumont", publicado pelo Tenente-Brigadeiro Nelson Freire Lavenère-Wanderley em 1976 e novamente em 1980.

Já para biografar Bartolomeu Lourenço de Gusmão, Freire pode ter tido acesso a "Bartolomeu Lourenço de Gusmão", de Matias Arrudão, publicado em 1959 pela Fundação Santos-Dumont, bem como ao livro homônimo de José Eugênio de Paula Assis, editado em julho de 1969 pela Editora Saraiva. E deve ter procedido a leituras do livro "História da Conquista do Ar", de 1937, de autoria do Marechal Lysias Augusto Rodrigues, a fim de inteirar-se da História da Aeronáutica.

Considerações finais

Não há nada demais em o suicídio de Santos-Dumont ser estudado sob a ótica da Filosofia Espírita, mas o que se verificou da leitura de "Ícaro redimido" é que Gilson Teixeira Freire usou o nome do herói brasileiro principalmente para propagar o Espiritismo. Ele mesmo disse que a figura de Santos-Dumont serviu "apenas como um propósito secundário para a veiculação da verdadeira mensagem da obra". O livro é muito mais ficção que realidade.

E como ficção, "Ícaro redimido" é um bom romance?

Sem pretender ser crítico literário, na opinião do autor destas linhas, a obra, como romance, deixa muito a desejar. Boa parte do livro,

de 450 páginas, possui leitura maçante. Os primeiros capítulos são uma longa e fastidiosa exposição de temas espirituais, procurando introduzir o leitor nas teorias e no vocabulário espírita. Santos-Dumont desperta somente na vida além-túmulo, no capítulo 14, "Um homem sem memória" (p. 133-149). O livro, sem dúvida, ficaria melhor mais curto.

O autor é historiador aeronáutico.

Aspectos da Logística de Saúde na Mobilização e Defesa Nacionais

Antonio Celente Videira

Introdução

A plena vitalidade das funções orgânicas é a busca constante da criatura que vive em um mundo repleto de impactos psicológicos. As disparidades sociais das classes impingem, também, aos menos aquinhoados de gozarem de uma saúde adequada, por não disporem de recursos financeiros para diagnósticos prematuros, dificuldade na erradicação de doenças malignas ainda na sua fase inicial.

Por outro lado, hábitos de vida, como alimentação desregrada, falta de exercícios, dependência de fumo e álcool, e outros desvios comportamentais para com o corpo físico, aí já incluídas pessoas dos diversos níveis sociais, inclusive as que pertencem às escalas elevadas na Sociedade, são vítimas ou, se não, pelo menos, tornam-se mais expostas a acometimentos fatais, simplesmente por ignorância dos mais simples conhecimentos sobre a conduta para uma vida equilibrada, e, portanto, mantenedora da boa saúde.

O objetivo deste artigo é tratar a Função Logística Saúde em nível nacional. Para isso, adentramos os vários aspectos da organização do Sistema de Saúde Brasileiro, enfocando suas potencialidades naturais, bem como os meios possibilitadores de produtos regeneradores do bem-estar, tudo voltado para os nossos recursos humanos.

Não basta o País dispor de Forças Armadas com exímio sistema de seleção físico-médico, se isso não acontecer em um grande universo de criaturas sãs. Além do mais, a soberania de um país não acontece se este dispuser apenas de soldados fisicamente bem. A soberania extrapola os muros dos quartéis em termos de salubridade, e tem de sentir-se revigorada por possuir um povo que goze de plena vitalidade física e psíquica.

A Evolução da Saúde junto ao Estado

Hoje o Estado tem o dever de estar compromissado como Política de Governo com a saúde da população. Estratégias são elaboradas em todos os sentidos, para atender as pessoas no aspecto da assistência médica. Isso vai desde o Município ao Governo Federal.

Freire (1996) cita que, no início, principalmente no Brasil Colônia, isso não acontecia. A Função Logística Saúde era dissociada do compromisso no Vice-Reinado, ficando a cargo de cada cidadão ou família o bem-estar físico das pessoas.

Mas esse compromisso estatal que cessou gerava um estado anárquico relacional entre povo e Governo, o que não era interessante para os dirigentes, pois tinham interesses em implementar políticas públicas que criassem vínculo de dependência do povo com o Estado.

O Poder Público, para manter a sua autoridade junto à Sociedade, percebeu que isso somente seria possível com a adoção da Medicina Higiênica.

Prossegue Freire (1996), informando que essas políticas foram exitosas no Brasil Colônia, em virtude do poder da família. Naquele período, a assistência médica passava por uma visão caritativo-assistencial da religião.

Ambas, família tradicional e Igreja não davam espaço para o Poder Central ter o domínio da Política Social.

Com a chegada da Família Real, o quadro foi se alterando, conseguindo o Estado ter supremacia no tratamento médico junto a povoados difusos, à medida que a salubridade era o objetivo a ser perseguido.

Epidemias, febres, focos de infecções, contágio do ar e da água sempre foram preocupação da população e da Colônia, justamente por não terem recursos para combater esses males.

A Administração Imperial – com um contingente de diplomatas, comerciantes estrangeiros e famílias nobres que transitavam do campo para a Metrópole, aumenta o seu poder por meio de recursos financeiros disponíveis. Inicia-se, assim, a drenagem de pântanos, o calçamento de ruas, a regulamentação do comércio de alimentos, a construção de esgotos, enfim, toda uma plêiade de medidas voltadas

para a higienização da população, dando início à Medicina Preventiva, esta de total responsabilidade do Estado.

Segundo Focault (1986), pode-se observar que, no processo de definição da "família", a higiene dirige-se exclusivamente às famílias de extração elitista. Não interessava ao Estado modificar o padrão familiar dos escravos, que deveriam continuar obedecendo ao código punitivo de sempre. Estes últimos, juntamente com os desclassificados de todos os tipos, serão trazidos à cena médica como aliados na luta contra a rebeldia familiar. Escravos, mendigos, loucos, vagabundos, ciganos, capoeiristas etc. servirão como antinorma, como casos limites da infração higiênica. A eles vão ser dedicadas outras políticas médicas. Foi sobre as elites que a Medicina fez incidir sua Política Familiar, criticando a família colonial pelos seus crimes contra a Saúde.

Diante desse quadro, a Saúde se consagrará como atribuição do Estado, sendo este, a partir daí, detentor de poder político sobre a Sociedade, mas também se destacará como responsável pela Política de Saúde e pela melhor utilização do seu potencial, na arquitetura de uma Função Logística de Saúde em nível Nacional.

A Logística de Saúde em Nível Nacional

- O Sistema Único de Saúde

O Ministério da Saúde é o gestor do Sistema Único de Saúde (SUS), que foi criado em 1988.

A estratégia do SUS visa à descentralização dos Serviços de Saúde da área da União para os municípios. A estratégia visa também à unicidade de comando, embora descentralizado, evitando assim duplicidade de esforço.

O SUS integra as Redes Federal, Estadual e Municipal de Saúde, não estando incluídos os subsistemas de Saúde das Forças Armadas.

Quando as disponibilidades do SUS forem insuficientes, numa determinada área, pode-se recorrer à iniciativa privada médico-hospitalar, por meio de contrato ou convênio.

O site www.programadegoverno.hpg.ig.com.br elenca os objetivos do SUS, tais como:

- a) Identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde;
- b) Formulação de uma Política de Saúde destinada à Sociedade, de forma universal e igualitária;
- c) Assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas;
- d) Executa, ainda, ações de:
 - Vigilância Sanitária;
 - Vigilância Epidemiológica;
 - Saúde do Trabalhador;
 - Assistência Terapêutica Integral, inclusive farmacológica;
- Participação na formulação da Política e na execução de ações de saneamento e outras.

Atualmente, a disponibilidade de meios, no Sistema Único de Saúde, o que, de certa forma, caracteriza a potencialidade da Função Logística Saúde, em nível Nacional, pode ser utilizada para suporte em caso de Mobilização Nacional.

O potencial da Saúde Nacional é traduzido nas instalações (hospitais, clínicas, postos e ambulatórios) e em leitos pertencentes à Rede Pública e à Privada de Saúde.

De certa forma, como já vimos, em que a higiene nas urbes foi fator preponderante para o Poder Central impor uma ordem, agora, o potencial nacional do Sistema de Saúde vai estabelecer, segundo Foucault (1986), o biopoder.

Esse biopoder brasileiro utiliza os meios do Sistema Único de Saúde para se incumbir da vida, cobrindo toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do cidadão à população, mediante o jogo duplo do mecanismo disciplinar e do mecanismo regulamentador.

Logo, os sistemas de Seguro Saúde ou de seguro velhice, regras de higiene que garantem a longevidade da população, por meio de campanhas de vacinação, regras de higiene familiar, cuidados junto às crianças, principalmente nas escolas, vão estabelecer o biopoder entre o Governo e a Sociedade.

Nessa linha, a Logística de Saúde Nacional torna-se relevante como sustentáculo para assegurar o bem-estar do povo e da Nação.

- A Biologística

Os produtos, de origem vegetal, denominados fitoterápicos, aqui compreendidos em toda a sua abrangência, estão relacionados com qualquer exploração tecnológica e econômica de vegetais empregados na prevenção, no tratamento, na cura de distúrbios, disfunções ou doenças no homem e nos animais. É, portanto, um insumo logístico de grande importância na Função Logística Saúde, em nível nacional.

Supõe-se que mais de 70% dos medicamentos derivados de plantas foram desenvolvidos tendo como base o conhecimento folclórico. Dados etnobotânicos de plantas medicinais da Amazônia, por exemplo, revelam mais de 300 espécies de fitoterápicos catalogados. Estas plantas são usadas popularmente contra dezenas de doenças infecciosas e parasitárias, vetores, problemas crônico-degenerativos, emagrecimento, regulação da menstruação, procedimento abortivo e até como antídoto do veneno de cobra.

O site www.folhadoamapa.com.br nos alerta que somente o Brasil possui cerca de 60.000 espécies de plantas, o que corresponde a aproximadamente 20% de toda a flora mundial conhecida e não menos de 75% de todas as espécies existentes nas grandes florestas.

A venda oficial desses medicamentos no mundo atinge cerca de 20 bilhões de dólares/ano. Se nesse valor for incluída a economia informal advinda da utilização popular de plantas medicinais nos países do Terceiro Mundo e nos países desenvolvidos, este valor alcança patamares bem superiores.

A Amazônia possui o maior ecossistema de florestas tropicais do mundo e é considerada a maior reserva de plantas medicinais.

Na Região Amazônica, a aplicação empresarial dos resultados das pesquisas é bastante rara. Também faltam equipamentos, verbas e recursos humanos para a realização de pesquisas integradas nas áreas de Botânica, Agronomia e Química, o que dificulta o desenvolvimento da Farmacologia no País.

As indústrias farmacêuticas, nacional e internacional, especialmente esta última, vêm buscando nas plantas da Amazônia, ou domesticadas na região, essências, produtos e formulações para a produção de medicamentos, vacinas e outras formas de terapia. Visam à industrialização e à comercialização em larga escala de, aproximadamente, 5.000 princípios ativos identificados nessas plantas.

Grande parte das matérias-primas de origem natural que supre a nossa indústria farmacêutica provém de países com as mesmas condições climáticas encontradas no Brasil, inferindo-se, assim, a existência desse insumo em nosso território. Mas, por outro lado, temos sido importadores tradicionais de produtos farmacêuticos sintéticos, semi-sintéticos e naturais.

Pela falta de tradição de produção local, as indústrias farmacêuticas preferem obter os produtos em fontes externas tradicionais, realizando importações que desestimulam as pesquisas, as implantações de novas culturas ou a ampliação das já existentes.

No Brasil, como em outros países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, as indústrias farmacêuticas multinacionais invadem e controlam o mercado de medicamentos. Na Amazônia, apesar de ser tradicional o uso de plantas medicinais, houve um acentuado incremento no uso de medicamentos alopáticos industrializados a partir da década de 1960. O fato deve-se à abertura de novas fronteiras de desenvolvimento, à crescente migração e à facilidade de acesso aos meios de comunicação e propaganda.

A infra-estrutura logística com possibilidades de escoamento dos produtos acabados para os diversos rincões do País e do exterior é essencial para que a indústria farmacêutica, partindo de laboratórios estratégicos de pesquisa, alavanque esse segmento econômico.

A abundância e o acesso fácil a esse insumo, possibilidades propiciadas pela Logística, revigorarão o Sistema de Saúde Nacional.

- A Logística e a Importância dos Laboratórios Oficiais

São fatores de extrema importância para a Função Logística Saúde os laboratórios oficiais.

O Governo brasileiro dispõe de dezoito laboratórios, sendo quatro deles federais e, quatorze, estaduais ou universitários. Dentre os federais, três pertencem às Forças Armadas e outro está na Fundação Osvaldo Cruz, precisamente no Instituto de Tecnologia em Fármacos (Far-Manguinhos).

Segue-se abaixo a relação dos laboratórios oficiais, com suas respectivas localizações:

- FUNED Fundação Ezequiel Dias (Belo Horizonte/MG);
- FURP Fundação para o Remédio Popular (Guarulhos/SP);
- LAFERGS Laboratório Farmacêutico do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS);
- IQUEGO Indústria Química do Estado de Goiás (Goiana/GO);
- IVB Instituto Vital Brasil (Niterói/RJ);
- LAFEPE Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco (Recife/PE);
- LIFAL Laboratório Industrial Farmacêutico de Alagoas (Alagoas/AL);
- LPM Laboratório de Produção de Medicamentos (Londrina/PR);
- LEPEMC Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em Medicamentos e Cosméticos (Maringá/PR);
- LAQFA Laboratório Químico Farmacêutico da Aeronáutica (Rio de Janeiro/RJ);
- LEQFE Laboratório Químico Farmacêutico do Exército (Rio de Janeiro/RJ);
- LFM Laboratório Farmacêutico da Marinha (Rio de Janeiro/RJ);
- NUPLAM Núcleo de Pesquisa em Alimentos e Medicamentos (Natal/RN);
- LIFESA Laboratório Industrial Farmacêutico do Estado da Paraíba S.A. (João Pessoa/PB);
- LTF Laboratório de Tecnologia Farmacêutica (João pessoa/PB);
- •FFOE Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem (Fortaleza/CE);
- •LAFESC Laboratório Farmacêutico de Santa Catarina (Florianópolis/SC);

• FAR-MANGUINHOS – Instituto de Tecnologia em Fármacos (Rio de Janeiro/RJ).

Esses laboratórios produzem remédios para atender a demanda do Sistema Único de Saúde, sob a orientação do Ministério da Saúde, com vista a atender a população.

Os laboratórios militares são também requisitados para esse fim, quando solicitados, já que têm a missão de suprir cada Força Singular com as suas produções.

Nesse aspecto, para efeito de mobilização, os laboratórios militares, em trabalho sob a orientação do Centro de Catalogação das Forças Armadas (CECAFA), vêm atribuindo o Número Brasileiro de Estoque (NBE) aos medicamentos comuns às três Forças. Essa iniciativa dota as Forças Armadas de capacidade logística no que tange a alguns medicamentos estratégicos necessários ao homem em missão de combate, numa determinada área.

Cabe lembrar, que, na Guerra das Malvinas, foi negado o fornecimento de remédios pelos grandes laboratórios internacionais, sediados na Europa e nos Estados Unidos, às Forças Argentinas, a pedido do Reino Unido.

Assim, é fundamental a auto-suficiência em medicamentos para atender não somente à sociedade, mas, sobretudo, às Forças Armadas em missões específicas.

Neste particular, os laboratórios oficiais brasileiros têm capacidade para pesquisar e produzir qualquer tipo de medicamento, desde que haja prazo e apoio do Governo no fornecimento de matéria-prima sintética.

Hoje, a China e a Índia se caracterizam como os maiores fornecedores de matéria-prima para a indústria farmacêutica, superando os Estados Unidos.

Como já enfatizado em seção anterior, a Amazônia é um celeiro de plantas medicinais, cabendo o investimento em programas de pesquisa e desenvolvimento, uma vez que os laboratórios têm condições de produzir para atender a demanda interna, caso haja um boicote dos grandes laboratórios estrangeiros. Portanto, torna-se imperativa a interação entre Logística e Ciência e Tecnologia, na produção de fármacos para a plena independência do País nesta área.

A Função Logística Saúde, por intermédio dos laboratórios, trata a matéria-prima sintetizada de forma peculiar, adotando técnicas de armazenagem e conservação nos almoxarifados, com temperaturas ambientais apropriadas, a fim de preservar os insumos, tudo de acordo com as normas reguladas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Ainda no campo da Logística, os fármacos já prontos sofrem controle de qualidade, sendo testados em simuladores que representam as condições ambientais do organismo humano, antes de serem distribuídos aos postos de saúde, e são controlados por símbolos nas embalagens e nos lotes, para que sejam identificados aqueles já distribuídos, caso venham a causar problemas à população por estarem fora da especificação.

- O Aporte Logístico nas Campanhas de Vacinação

Malinverni (2004) alega que o Brasil tem um dos mais bem sucedidos programas de imunização do mundo. Todas as vacinas indispensáveis a um País são disponibilizadas diária e gratuitamente nos postos de vacinação. É um esforço pontual e concentrado para imunizar diferentes faixas etárias da população, em períodos específicos do ano.

O que sustenta esse modelo de reconhecida eficiência no serviço público é uma sofisticada e complexa operação logística, que envolve todos os níveis de Governo e, não raro, organizações internacionais. A compra, o armazenamento, a movimentação e a distribuição desses produtos exigem esforços e cuidados redobrados. A efetividade dos imunobiológicos, como são tratados tecnicamente, está diretamente ligada à manutenção da "cadeia do frio" em todas as suas etapas, desde a produção até à estocagem, passando pelo transporte e pelo manuseio. Qualquer quebra nessa delicada cadeia pode fazer com que a vacina perca a sua capacidade de imunizar. Daí ser imprescindível a manutenção de princípios e normas rígidas, estipuladas tanto pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como pelo Programa Nacional de Imunização (PNI) do Ministério da Saúde – criado em 1973 – que coordena as ações de imunização, em nível nacional.

- Planejamento das Campanhas de Vacinação

Para manter o maior controle possível sobre a operação, o planejamento do ano vacinal é feito com seis meses de antecedência. A operação logística começa a ser desenhada quando a programação do calendário é enviada pelos estados ao Programa Nacional de Imunização. Nela, cada um deles indica o número de vacinas necessárias para atender a sua demanda local.

É responsabilidade do PNI, que também normalizou todo o processo e procedimentos, comprar as vacinas do calendário básico, repassando-as, depois, aos estados.

Entre outras variáveis, essa previsão de compra leva em conta a rotina vacinal e a população-alvo.

As vacinas são nacionais e importadas. Toda a produção dos laboratórios nacionais que integram o Programa – entre eles o Biomanguinhos (RJ) e o Instituto Butantã (SP) – é comprada prioritariamente pelo Ministério da Saúde. Como a produção nacional ainda não é suficiente para atender a demanda do calendário básico, o Brasil acaba recorrendo a produtores estrangeiros, comprando, por meio de licitação internacional, diretamente do laboratório ou pelo Fundo Rotatório da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), órgão da OMS.

Nacionais ou importadas, todas as vacinas da Rede Pública de Saúde, antes de serem disponibilizadas para a população, passam por testes de qualidade realizados pelo Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS), instituição ligada à FIOCRUZ e certificada pelo Ministério da Saúde. O controle é feito dentro de normas estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária e também por órgãos internacionais.

As Secretarias de Saúde estaduais são responsáveis também pelo planejamento da aquisição de insumos (seringas e agulhas) e de todos os materiais que envolvem as ações de vacinação, como folhetos e cartazes educativos, cadernetas de vacinação, mapas diários e boletins mensais que são utilizados nos postos de vacinação. Para evitar qualquer risco de desabastecimento, mantém-se um cronograma anual que indica a data em que o setor responsável (regional) pediu a vacina e quando vai receber.

- Armazenamento e Distribuição

Prossegue Malinverni (2004) citando que, de maneira geral, a rede de frio dos imunobiológicos compreende um complexo de ligação entre os setores nacionais, interestaduais, estaduais e municipais, que garante o armazenamento, manuseio e transporte desses produtos. Enquanto no setor privado essa rede tem, basicamente, três elos (o produtor, os distribuidores e as clínicas), a governamental é, normalmente, composta por cinco instalações de armazenamento: nacional, central estadual, regional, municipal e local (as salas de vacinação). No Brasil, o sistema de armazenagem e distribuição é de responsabilidade da Coordenação Geral do Programa Nacional de Distribuição de Imunobiológicos (CGPNDI), que mantém no Rio de Janeiro a sua Central Nacional de Distribuição de Imunobiológicos (CENADI), de onde saem todas as vacinas utilizadas no Sistema Público de Saúde do País.

As vacinas são conservadas em temperaturas específicas, em câmaras frias, que levam em conta aspectos técnicos fundamentais, para definir se devem ou não ser congeladas.

Uma boa logística, para vacinação, significa qualidade de vida para a população. Além disso, dispor da vacina certa, na hora certa e no lugar certo, implica em menos gastos com assistência médica, com internação e com medicamentos, além de um bom controle de Saúde Pública.

A Logística de Saúde nas Forças Armadas

A Função Logística Saúde deve contemplar a organização do seu serviço propriamente dito e da sua assistência social, de modo que em situação de emergência seja suficiente para expandi-los sem necessidade de alterações de vulto.

Definir os requisitos nutricionais para os tipos de ração de combate a serem consumidas pelos setores operativos, nas diversas situações decorrentes da concretização de Hipótese de Emprego, é um pressuposto importante para a Logística de Saúde nas Forças Armadas.

A Doutrina de Logística Militar – MD 42-M 02 – (2002) define Função Logística Saúde como o conjunto de atividades relacionadas à conservação do pessoal, nas condições adequadas de aptidão física e psíquica, por intermédio de medidas sanitárias de prevenção e de recuperação.

São consideradas atividades da Função Logística Saúde nas Forças Armadas:

Levantamento das Necessidades

Visa determinar as necessidades de instalações, de pessoal e de material para o apoio de Saúde, em uma situação específica. Uma vez quantificadas as necessidades de pessoal e de material, cabe às Funções Logísticas Recursos Humanos e Suprimento, respectivamente, obterem e proverem os meios necessários;

Determinação de Padrões Psicofísicos

Deve estabelecer critérios para a seleção médica. Esses critérios prevêem as condições incapacitantes e os índices mínimos exigidos;

Seleção Médica

Visa garantir a admissão e a permanência no serviço ativo, mediante a comparação dos indivíduos com padrões preestabelecidos;

Medicina Preventiva

É a atividade destinada a preservar a saúde física e mental dos recursos humanos, por meio de diagnósticos precoces, associados ao pronto tratamento; e de um conjunto de medidas profiláticas, que, quando bem executadas, reduzirão o custo com evacuação e hospitalização;

Medicina Curativa

Trata-se de atividade destinada ao tratamento de doentes e feridos, sob regime ambulatorial ou hospitalar. Tem por finalidade devolver às pessoas as condições psicofísicas que as capacitam a retornar, o mais breve possível, às atividades normais.

Com essas atividades, as Forças Armadas, por meio da Logística de Saúde, atendem o seu efetivo, tanto em situação de paz como de conflito.

A Função Logística Saúde nas Expressões do Poder Nacional e como Fator Preponderante na Mobilização Nacional

A Função Logística Saúde permeia todas as expressões do Poder Nacional. A sua penetração, em cada uma dessas Expressões, torna-se profunda, uma vez que afeta diretamente a criatura humana.

- A Expressão Econômica do Poder Nacional

O percentual de 3% do PIB destinado à Saúde dá a perceber o quantitativo em valor monetário comprometido com o suporte logístico voltado para a Saúde Nacional.

É na Expressão Econômica que a Logística poderá criar postos de trabalho, à medida que produtos farmacológicos originários da nossa flora, principalmente da Amazônia, sejam produzidos e transformados em medicamentos para o consumo da população.

O incremento do suprimento médico-hospitalar é outro aspecto em que a Logística se faz presente no aquecimento de um mercado com características próprias. Os equipamentos sofisticados para exames também complexos são utilizados em hospitais e casas de Saúde, importados ou não, surgindo a demanda de peças com tecnologia sensível agregada. Esse fato produz o aparecimento de comercialização específica, baseada em um serviço de manutenção singular, com características próprias, levando, às vezes, à nacionalização de itens importados, o que, se aquecido, culminará na produção nacional de tais itens.

- A Expressão Política do Poder Nacional

A postura séria dos representantes do povo na luta por maiores verbas para a Saúde vai aquecer a Economia Nacional.

A conscientização de nossos parlamentares em prol do bem-estar da Sociedade é primordial na destinação de verbas para o Sistema de Saúde.

- A Expressão Psicossocial do Poder Nacional

Segundo o Pensamento Estratégico da Escola Superior de Guerra (ESG):

"Saúde é o mais notório elemento entre os níveis de bem-estar da pessoa humana."

Continua o Pensamento Estratégico afirmando que:

"Saúde é um direito fundamental do homem, que deve fruí-la e conservá-la em seu benefício e da coletividade".

Com essa contextualização é imperativo que a Função Logística Saúde, em nível nacional, deva ter todos os meios necessários adquiridos por meio do Sistema Único de Saúde para atendimento médico preventivo ou curativo, a quem quer que seja e em qualquer lugar.

O objetivo fundamental da preservação da soberania nacional só é possível com pessoas que se disponham a habitar os mais diversos rincões do País. Logo, a infra-estrutura de Saúde se faz imprescindível, quer nas cidades quer nas fronteiras.

Sob esse aspecto, a evacuação sanitária dá a sensação de segurança àqueles que se estabelecem, temporária ou mesmo permanentemente, desempenhando atributos profissionais. Por isso, vale lembrar as palavras do Tenente-Coronel Brian H. Chermol, na "Military Review" n. 1/84:

"Um fator-chave em guerras passadas, particularmente no Vietnã, foi a existência de um sistema de evacuação médica eficaz e confiável. O medo reduz-se, paralelamente aos índices de fadiga em combate, quando o soldado sabe que, se for ferido, terá um atendimento rápido e condições de sobrevivência."

Esse tipo de raciocínio vale para militares e demais cidadãos destacados para as fronteiras e para áreas estratégicas longe dos grandes centros. A tônica psicológica é relevante para a pessoa humana nacional que vai ocupar os espaços agrestes do Brasil.

Caso a Logística Nacional, voltada à Saúde, ofereça meios à salubridade, por certo será uma variável expressiva na elevação do nosso Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), principalmente nas áreas não-ecúmenas.

- A Expressão Científica e Tecnológica do Poder Nacional

A Função Logística Saúde tem na Expressão Científica e Tecnológica um potencial exuberante para o pleno exercício de suas atividades.

A necessidade de se investigar a potencialidade de novas drogas a serem aplicadas nos recursos humanos faz dos laboratórios e centros de pesquisa verdadeiros santuários voltados para a erradicação de doenças crônicas e agudas.

A investigação das propriedades medicinais da flora brasileira propicia toda uma garantia de meios para que a Logística de Saúde tenha condições de atuação com sucesso, tanto na paz como em situação de conflito.

A independência na obtenção de medicamentos elaborados a partir de combinações químico-curativas, proporcionadas por insumos da flora brasileira, isentando a rede pública de Saúde de recorrer à indústria farmacológica estrangeira é condição primordial para o exercício da Logística de Saúde.

Afora isso, a boa capacitação de recursos humanos, como os profissionais de Saúde com denodo, na pesquisa de novos protocolos e no tratamento de doenças com alto índice de mortalidade, também oferece meios para o aumento das possibilidades da Saúde Nacional.

- A Expressão Militar do Poder Nacional

Desde o apoio à tropa sediada nos grandes centros, como nos destacamentos de fronteira, até aos familiares dos militares, a Função Logística Saúde tem papel relevante nesse segmento, conforme já foi exposto.

As Forças Armadas são, todavia, um verdadeiro centro de treinamento para a aplicabilidade intensiva de ações voltadas ao restabelecimento da saúde e da boa condição ambiental sanitária.

O Serviço Militar propicia situações que servem de campo de treinamento para as diversas especialidades inseridas no Sistema de Saúde. Desde o soldado capacitado em Enfermagem, passando pelo terapeuta ocupacional até ao médico-cirurgião, todos têm campo para o exercício da Função Logística Saúde.

- A Função Logística Saúde no Contexto da Mobilização Nacional

O Pensamento Estratégico da ESG conceitua Mobilização Nacional como:

"Conjunto de atividades planejadas, empreendidas ou orientadas pelo Estado, complementando a Logística Nacional, para capacitar o Poder Nacional a realizar ações estratégicas de Defesa, em face da declaração de estado de guerra ou resposta à agressão armada estrangeira."

Com essa conceituação há que se analisar as potencialidades da Nação, a fim de serem aplicadas como complemento à Logística de Saúde disponível nas Forças Armadas.

No que concerne à área de Saúde, vão abaixo os índices que retratam suas potencialidades, por regiões do País, segundo o IBGE:

REGIÕES DO BRASIL	PERCENTUAL DE INSTALAÇÕES DE SAÚDE	PERCENTUAL DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE	PERCENTUAL DE LEITOS DISPONÍVEIS
Norte	8,5%	4,78%	5,6%
Nordeste	29%	22,14%	26,10%
Sudeste	38%	52,16%	43,58%
Sul	17,5%	14,20%	16,68%
Centro-Oeste	7%	6,72%	8,04%

Na tabela acima, são mostrados altos índices para o Sudeste e, depois, para o Nordeste. A princípio é uma disparidade, mas, para efeito de mobilização, não há impacto se o Governo tiver elevada capacidade de mobilidade, por intermédio dos meios de transportes disponíveis nos vários modais. Portanto, a transferência de recursos humanos e de materiais, bem como a alteração do ritmo de trabalho nos hospitais e postos de Saúde, diante de uma ameaça de conflito armado, pode ser projetada a qualquer local estratégico-logístico ou então ter condições de suportar, na própria sede, um grande esforço de trabalho.

Dentre todas as funções logísticas, a de Saúde é a mais factível de se integrar na decretação da mobilização, pelo fato de boa parcela dos profissionais de Saúde, nas diversas especialidades, já terem servido às Forças Armadas, nos vários postos e graduações, propiciando, assim, maior sedimentação na mentalidade de mobilização.

Um exemplo de mobilização de recursos humanos, nesta área, de acordo com Schubert & Kraus (1998), aconteceu na primeira

Guerra do Golfo, em 1991. Com o deslocamento de seis Corpos do Departamento de Saúde do Exército Americano para a região do Golfo, isso implicou na falta de médicos, dentistas, enfermeiros e outros profissionais da área de Saúde para atender os familiares de militares nos Estados Unidos. Então, houve uma reconvocação de mais de 1.700 voluntários, das diversas categorias da reserva, com o objetivo de suprir as vagas nas unidades militares de Saúde, de onde o pessoal da Ativa saiu, sendo alguns deles reconvocados também e destacados para a Arábia Saudita.

Conclusão

Este artigo contemplou todos os aspectos da Saúde, a fim de mostrar como essa Função é primordial, uma vez que a sua gestão converge para uma ancoragem voltada ao homem, insumo de maior valor de um país.

É na busca por melhores condições para esse homem que se procurou interpretar como o Serviço de Saúde adquiriu poder junto aos governos, principalmente no Brasil, a partir do Império, para que a Saúde se transformasse num instrumento nacional.

O Sistema Único de Saúde, as campanhas de vacinação, a nossa flora—como base para a farmacopéia brasileira—e os laboratórios, foram analisados em seus aspectos estratégicos, convergindo, seus potenciais, para a Função Logística Saúde, bem como para a Mobilização em cada Expressão do Poder Nacional.

Concluindo, vale nos socorrermos do Major-Brigadeiro-Médico de Aeronáutica Roberto C. da Motta Teixeira, Diretor de Saúde no período de 1993 a 1995, que, na sua obra de História intitulada "O Serviço de Saúde da Aeronáutica: 1941-1995" traduz, de forma sábia e oportuna, a seguinte reflexão sobre a Logística de Saúde:

"Esta luta, esquecida por alguns, ignorada por muitos, não terminou. Através das missões de Ação Cívico-Social (ACISO) e de outras realizadas, ao longo dos anos, nossas asas continuam levando socorro e saúde aos diversos brasileiros espalhados no Território Nacional."

Espera-se que, com essas considerações do Brigadeiro Roberto e de tudo que se expôs neste artigo seja percebida a relevância do Sistema de Saúde, no aspecto psicossocial, mas, muito mais do que isso, a sua influência na Política de Defesa do País.

O autor é Coronel-Intendente da Aeronáutica, membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra e Mestre em Administração pela UNESA.

Pilotos em Comando ou... Gerentes de Sistemas

Lauro Ney Menezes

O título da matéria foi extraído de uma dubiedade que vem sendo sorrateira e sordidamente "vendida" pela "engenheirança" dos fabricantes e integradores de sofisticados equipamentos/aviônicos de bordo aos nossos aviadores, induzindo-os a aceitar uma nova forma na arte de "aprender a voar" as máquinas aéreas (atuais) e futuras. Principalmente as de combate... E, pior: aqueles que não a aceitam tacitamente são escorraçados da conversa e compelidos a volver ao território do "pé e mão", como se desajustados e "fora de moda" fossem: há que estar no compasso da tecnologia... Ou então, compelidos a aceitar uma realidade inquestionável (?): voar é gestionar e, não, comandar a máquina de guerra, pois na arte de pilotar, dizem eles, "até um símio bem adestrado chega lá..." O que realmente precisamos, dizem esses advogados das maquininhas, é da geração NINTENDO para os F-5 MoD, os ALX, os AMX, os JSF (Joint Strike Fighters)... E, para o futuro FX!

Para nós, antigos (não velhos) e atentos profissionais da Arma Aérea, com extensa carreira voltada para a formação de centenas de pilotos, cabe - de imediato - um brado de alerta: a dependência, cada vez maior, dos elementos computacionais de bordo vem reduzindo a habilidade de dominar manualmente (algo que se obtém antes de qualquer qualificação) a plataforma aérea e, ainda, interfere profundamente na transformação e na acomodação do terráqueo em "aeróbata". E mais, poderá induzir (se é que já não o fez) o surgimento da ofensa à segurança do vôo por excesso (indevido) de confiabilidade, que a engenharia dos sistemas de bordo automatizados vem tentando nos impingir, minimizando dons, dotes, vocações e habilidades. E capacidade de decisão. Tudo para vender caixas pretas, incapazes de fazer opções de "causa e efeito", quando é necessário decidir, em face de uma situação não prevista no "soft". Cabem todas e quaisquer razões... Para tanto, existem até Empresas Aéreas que desestimulam seus pilotos de voar manualmente, justificam...

O título, por si só, é também um repto, uma provocação. Porém, para aqueles que viveram e vivem a dignificante tarefa de transformar um ser vivente normal em profissional da **Arma Aérea** (e não do lazer, do aerodesporto, da indústria do transporte aéreo, dos vôos de comércio) saberão adequadamente interpretar nossa indignação e restrição.

A escolha da resposta colocada pelo título, por si só, demanda extrema largueza e profundidade para sua abordagem. Humildemente, não será a um simples piloto, formado na antiga seleção do "pé e mão", que caberá lançar a batalha pela humanização de nossa profissão. Há que socorrer-se daqueles também preocupados com a simplificação do processo de acomodação psicológica/fisiológica do aviador: os psiquiatras, psicólogos, estudiosos da ciência do comportamento e da engenharia humana, os médicos de Aviação e... Evidentemente, os instrutores de vôo. E pior: essa "engenheirança" não oferece conclusões e, sim, questões ainda sem respostas, já que o que está em pauta é o ser humano, seu comportamento, suas reações, seu ego. Enfim, a máquina (?) mais complexa que habita nossa galáxia... E que tenta adentrar o espaço aéreo, mantendo o vôo sob seu comando e sua decisão... Coisa que a "engenheirança" desconhece.

Do ponto de vista militar, o balanço entre as "fraquezas e fortalezas" do ser humano deve estar perfeitamente afinado. Como máquina, o homem é paupérrimo: baixa capacidade às fadigas (mental e física), reduzida capacidade de tolerar mudanças de temperatura ambiente e, embora seja um ser vivente que está em desenvolvimento há milênios, ainda enxerga limitadamente à noite, apesar de viver no escuro a metade de sua existência. Necessita alimentar-se permanentemente, e sua resistência e debilidade são dependentes da falta de nutrição e, nisso, é mais frágil que qualquer dos animais que habitam o Planeta. Seus humores e ânimos são imprevisíveis e, quando em grupo, pode reagir de forma exuberante ou depressiva.

O homem é um animal agressivo, e uma das poucas criaturas criadas pela Divina Providência que mata sem que seja para alimentar-se. Às vezes o faz até como entretenimento. Sua inteligência, diferentemente dos outros animais, lhe assegura a compreensão do conceito de morte, o que – em contrapartida – gera medo. Apesar disso, a História da Humanidade está inundada de inúmeros atos humanos desafiando o medo e a morte: coragem, superando seus instintos naturais e a sua racionalidade.

O homem pode ser piedoso e carinhoso, porém, no combate, pode colocar sua própria sobrevivência em risco quando convicto de uma causa. Pode ter picos de ódio e, em um lapso diminuto de tempo, agir com benevolência. Pode partir para um ataque mortal e, em seguida, controlar sua natureza de agressor. Esses comportamentos ocorrem sem previsão ou tempística: são variantes de sua própria natureza.

Individualmente ou (pior) em massa, é capaz de causar enorme destruição e só sua inteligência regula a dosagem desses atos.

Apesar disso tudo, nenhum ser que habita a superfície terráquea domina o mundo, como homem. O ser humano é, portanto, uma criatura fascinante e impressionante e – a despeito dos "chips", "pixels", "modems", telas, "mouses" e programas – forma a espinha dorsal das tropas de combate de todo o mundo.

Que tal se, com as considerações acima, tentássemos perscrutar a "arte e o jeito" de fabricar os líderes que conduzem esses bípedes eretos inteligentes ao Sacrifício Supremo? Consultem a "engenheirança"... E os cenários de computação? Terão eles a resposta?

O que é líder e liderança? Tratados e mais tratados, estudos e "workshops" (para ficar na moda), mergulharam na psique humana, desde seu nascedouro... Todos poderão definir como deve ser o líder e do que se trata a liderança. Entretanto, a magia do ser e do fazer escapa do papel.

O que faz um ser humano (fala-se de um combatente) conduzir – às vezes sem qualquer racionalidade – e amalgamar um grupo de outros, também inteligentes, conduzindo-os além de seus limites, até ao ponto de ignorar a existência do medo e da morte?

Crença na causa, na inspiração, no reconhecimento, na magia? Qual é o segredo?

É, pura e simplesmente, ser humano... E não programável.

Mas voltemos aos pilotos em comando e... Aos gestores de sistemas.

Reportemo-nos aos resultados de nossas pesquisas coletadas com especialistas nas áreas em questão, na documentação correlata e na cultura pessoal acumulada no "on job training": muita hora de vôo na nacele traseira de uma máquina simples de voar ou de uma aeronave

biplace supersônica. Muito "debriefing" e análise de reações, feições, gestos e expressões que somente a intimidade dos postos de pilotagem permite e que os tais "chips", não... Muito duplo comando voando pelos "fundilhos do macação", antes que o "bip-bip" alerte a emergência...

Sejamos práticos... Ou esnobes. Encontraremos, no mundo, "melhores divãs para as entrevistas psicoanalíticas e comportamentais (aluno e/ou mestre)" do que as cadeiras de ejeção das aeronaves de treinamento?

Nos últimos anos houve um significativo aumento no interesse em aplicar a ciência do comportamento humano nas soluções de projetos e de problemas operacionais, envolvendo a interface entre o homem e a máquina nos veículos aeroespaciais.

Não há dúvida de que a automação deve ser ao mesmo tempo eficaz e eficiente, mas é imprescindível, primeiramente entender como o piloto **percebe e processa** as informações audiovisuais. Sem este entendimento, o projeto das aeronaves não proporcionará a buscada interface ideal piloto/máquina. Parte deste entendimento trata da natural característica comportamental do operador humano ao "montar" o seu banco de dados (graça divina?) a ser utilizado para interpretar e processar as informações. Este banco de dados mental, aqui definido como Sistema Central de Processamento – SCP é "um computador interno altamente subutilizado". Dentro do SCP há uma capacidade adicional definida como "Elasticidade Mental Humana" (EMH), que é a parte do cérebro que possui capacidade para criatividade e áreas seletivas programáveis, formando a matriz de parâmetros vitais do desenvolvimento da atividade do homem.

De fato, o pensamento corrente levou alguns projetistas a acreditar que a automação total seria a meta a perseguir, para obter a integração homem/máquina completa, e sem erros. Isto feito, o piloto teria a função única de monitorar os sistemas, em lugar de tomar decisões, diferentemente de como fizera até então. A questão, portanto, fica: "Podemos e/ou devemos tirar o piloto do encargo de comando e rebaixá-lo para o nível de monitoração?" Mesmo, e principalmente, em combate?...

Primeiramente se deve considerar o que o piloto e o computador fazem melhor para otimizar o seu interfaceamento. Para isto, é fundamental definir os objetivos dos sistemas automáticos em avaliação. No entender de diversos pesquisadores, estes objetivos são: "Projetar uma automação para que o comportamento natural do piloto, ao processar e interpretar as informações permita aprimorar o desempenho humano". Para a automação atingir seu valor total, é necessário estruturar o sistema homem/máquina de forma a tirar o máximo partido das capacidades únicas do ser humano, de modo a possibilitar uma operação eficaz e eficiente, em um ambiente dinamicamente variável.

O axioma básico é, portanto, ao contrário do que propõe a engenheirança:

"Na interface homem-máquina o objetivo da automação é fazer da máquina uma extensão artificial da máquina".

Um projeto correto aperfeiçoa os canais homem-máquina, aumentando, portanto, o tempo disponível para a tomada de decisões: do homem...

O estado da arte na tecnologia aeronáutica avançou rapidamente graças à qualidade e ao surgimento dos micro e dos nanocircuitos, dando a impressão de que o erro humano pode vir a ser "plenamente eliminado" dos sistemas. Entretanto, a retroalimentação indica que a razão de erros, tanto cognitivos como psicomotores, está de fato aumentado. A área mais evidente é a perda de proficiência quando o controle manual da aeronave é requerido. Além disso, quando o piloto confia muito na automação, há uma notável diminuição de "capacidade de durar" mental. Tal e qual um atleta, a tripulação deve treinar para sustentar os graus de concentração e alerta requeridos pelas tarefas múltiplas do processo de decisão. Portanto, em lugar de eliminar os erros, existe ainda a possibilidade de introduzi-los no sistema, gerando "infidelidade sistêmica induzida"...

Deve ser aceito o fato de que o homem é um monitor **não** totalmente eficaz. Além disso, forçá-lo a executar esta tarefa **além** de seus limites pode resultar em apatia física e mental. Ele deve estar ativamente integrado no "ambiente de trabalho" e motivado para executar as suas tarefas. Podemos dividir o "envelope de trabalho" em três áreas: **Psicológica**, **Fisiológica** e **Ambiental**. Todas as três áreas são dinâmicas e demandam flexibilidade, não só do homem como da máquina.

A maior dessas áreas (Psicologia de Aviação) diz respeito aos aspectos da atitude do homem e da integridade estrutural da interface homem/máquina. A confiabilidade do sistema é governada pela atitude dos indivíduos que o projetaram, controlam e operam dentro de suas limitações. Um piloto deve estar sempre ciente de que ele é **único** e **último** elemento do sistema, capaz de interromper uma discrepância que possa causar resultados catastróficos. Encapsulado em uma aeronave altamente complexa está este elemento, não menos complexo, que pode ser ou não frágil, dependendo do seu estado mental e físico. Infelizmente, o homem não possui um "Bullt in Test Equipment (BITE)" que possa medir sua fragilidade. Portanto, é de suma importância a atitude mental de cada indivíduo, pois é esta que vai determinar sua razão de sucesso ou fracasso.

Há inúmeros elementos psicológicos que afetam o desempenho do homem a ponto de vir a torná-lo indeciso, disto resultando problemas difíceis de avaliar. Um fato novo, que está atraindo a atenção dos técnicos, é o chamado fenômeno do "suor imperceptível" que, aparentemente, acelera a desidratação humana. O problema é causado pelo cérebro que é "enganado" em vôo de altitude, pela mudança do nível de nitrogênio disponível na cabine. No solo, o cérebro percebe a mudança eletrolítica no corpo e provoca a sede. Entretanto em altitude, devido à variação do nível de nitrogênio, esta variação eletrolítica não é percebida, não havendo daí a provocação da sede, o que é crítico para o desempenho cerebral. Esta desidratação, não percebida pela tripulação, causa uma silenciosa degradação psicológica de difícil percepção e que acelera a fadiga, com conseqüentes erros no processo decisório.

É mandatório entender que o piloto opera em ambiente que é, ao mesmo tempo, externo e interno. O ambiente externo inclui a atmosfera, o controle de tráfego aéreo e as comunicações. O ambiente interno inclui a cabine de pilotagem e suas interfaces com os sistemas de aeronave. Pergunta-se: como o operador humano interage com os ambientes externos e internos em face da abusiva quantidade de informações disponíveis? Será a instrumentação, atualmente disponível, suficiente e adequada para representação dos dados, e capaz de projetar uma imagem que transmita ao piloto, o que está **realmente** acontecendo para que se possam tomar decisões corretas?

Em segundo lugar, será que é compreendida, realmente, a carga de trabalho existente para o piloto em uma aeronave automatizada? Será que a tripulação entende as capacidades e limitações do computador? O projetista, ao "engenheirar", compreende a capacidade da tripulação neste ambiente de trabalho? Como definir "carga de trabalho"? Como definir "atenção seletiva"? Como definir "transparência de informações"?

É importante não esquecer de que o comportamento humano não é, unicamente, uma ciência humana: ele pode ter, também, seus aspectos tecnológicos, devendo ser capaz de se fundir com automação. Possivelmente, esta fusão formará o núcleo de uma ciência: a **Automação Total**, futurologia ainda cercada de senões e poréns...

A cabine de pilotagem é o ponto de coleta de dados, os quais serão processados e transmitidos ao cérebro humano para que a tripulação tome decisões. Isto, por sua vez, inicia o processo de execução de tarefas, permitindo que a tripulação passe a ser o elo primário no "closed loop feedback" da automação.

A Engenharia está produzindo excelentes "displays" que fornecem dois tipos de elementos: Informativo e Decisório. O piloto age como um processador que, ao ser confrontado com esses dois tipos de informação, ativa um processo de seleção. O processo de seleção ou desativa um canal de percepção ou confronta-se com uma situação de sobrecarga de trabalho. O resultado do conflito de percepção causa atrasos na tomada de decisão, permitindo o aparecimento de erros decisórios. Para tanto, é desejável juntarem-se Projetistas, Engenheiros, Psicólogos, Psiquiatras, Cientistas do Comportamento, Operadores e Instrutores de vôo, a fim de estabelecerem-se as linhas-mestras para a definição das informações que são imprescindíveis, além de definir como obtê-las, quando necessário. É mandatório ter-se capacidade de coletar todas estas informações de forma simultânea, para organizálas numa seqüência lógica, e, então, priorizá-las. Isto permitirá uma apresentação ordenada para que o Operador Humano, que só funciona em série, possa formular seu processo decisório de modo correto e oportuno. Como o ambiente é dinâmico, ele irá requerer do operador uma capacidade de improvisação, que é privilégio único do homem. Esta flexibilidade é requerida mercê dos inevitáveis desvios dos procedimentos normais, que serão necessários, ocasionalmente. A capacidade de captação de informações com uso de computadores é

imensa. Entretanto, um dos erros comuns no uso de computadores tem sido a tendência de "inundar" o Operador Humano com um volume de dados que ele não é capaz de processar. E note-se que, muitas destas informações, são até mesmo supérfluas, do tipo conhecido "nice to know but not really needed": vide o "excesso" de capacidade dos sistemas do ALX "versus" a simplicidade da missão a cumprir...

As informações ambientais são percebidas pelo homem e são por ele utilizadas de várias formas, podendo ser de uso imediato ou para uso futuro. Algumas características comportamentais do ser humano merecem ser mencionadas: o homem tem uma excelente habilidade perceptiva com relação à visão e à audição, bem como a de reconhecer objetos. Além disso, o homem tem uma excelente capacidade mental para se ajustar a novas situações. Entretanto, existem áreas necessitando melhorias: capacidade de memória e de processamento. O homem tem uma limitada velocidade de processamento e tende a cometer erros, quando sob pressão. Os receptores primários de informação são os olhos. Os receptores secundários são os ouvidos. Já há algum tempo que os especialistas em percepção aventam o uso dos outros sentidos para "inputs" paralelos. Isto significa dizer: melhor utilização dos canais de "input/output" do sistema perceptivo do homem. Um canal de "output" que tem sido bastante pesquisado é aquele que poderia ser obtido pela combinação dos olhos e das mãos com os ouvidos e a boca.

A razão para esta aproximação da percepção em paralelo é o resultado de testes indicativos de que, uma vez o canal da visão saturado, qualquer demanda posterior causa uma sobrecarga. Entretanto, se esta demanda adicional puder ser transferida para outro canal de percepção, então uma capacidade adicional vem a existir sem criar qualquer carga de trabalho extra. Uma dúvida que fica, para ser classificada, diz respeito à saturação de todos os canais de percepção. Será que nesta condição o homem irá desativar todos os canais ou será que haverá uma "deseleção seletiva"? É razoável assumir que haverá uma "deseleção seletiva". Normalmente, a audição será o primeiro canal a ser "deselecionado", porém isto não deve ser tomado como uma regra absoluta, pois certamente a "deseleção" dependerá grandemente do grau de estímulo de cada canal perceptivo por si. Assim sendo, cada informação deve ser priorizada para prevenir conflitos que possam levar à saturação e, portanto, à deterioração do desempenho humano quando tomando decisões a bordo...

Outra possibilidade é a paralelização das **informações e das transferências de informações** para Operador Humano. Isso poderia ser obtido por transmissões visuais e auditivas. De qualquer forma, a priorização de informações terá de ser feita para evitar saturação e conflito e, por consequência, a deterioração de desempenho.

Outra área onde pode haver alguma otimização para o exercício da transferência de informações é a simbologia. Entretanto podemos de imediato visualizar o problema de interpretação dos dados. Esta dificuldade está associada à diferença de interpretação do mesmo símbolo por indivíduos diferentes e deve-se às diferentes perspectivas entre pilotos e projetistas. Basicamente, um símbolo deve transmitir toda informação desejada, de forma simples e intuitiva. Deve-se, também, entender que os "displays" terão de transmitir a informação de forma precisa e oportuna. Isto pode ser obtido seja pelo símbolo, por cores, luzes, sons e/ou localização. Outro aspecto a ser observado é a padronização dos símbolos, pois uma vez havido o aprendizado, as mudanças dão origem a muitas confusões e erros.

O desenvolvimento dos "sistemas de comunicação e informação eletrônicos" ultrapassou de muito o desenvolvimento de sistemas de formatação de informação compatíveis com o Operador Humano. Muita atenção foi dada à catalogação e à categorização de informação para bancos de dados eletrônicos. Entretanto, muito pouco foi feito para o banco de dados humano. Conforme já visto no passado, em toda evolução em direção a uma nova tecnologia que virá otimizar o desempenho humano, conclui-se que a priorização das informações, bem como do padrão de fluxo das informações, é de vital importância para aprimorar o desempenho humano. De fato, o que está sendo realmente procurado é a compatibilização entre automação e carga de trabalho. Em outras palavras, é o equilíbrio entre o operador humano e o computador ou entre piloto e o computador, a aeronave e o ambiente. Se não houver um entendimento perfeito das técnicas de integração e compatibilização para formatação da informação, de modo a criar uma simbiose perfeita entre o homem e o computador, não será possível obter esse equilíbrio.

A indústria aeroespacial já executou saltos imensos na direção do melhor entendimento do desempenho mecânico das aeronaves, e também desenvolveu métodos excelentes para os projetos que objetivam a otimização desse desempenho. Infelizmente, o mesmo não aconteceu no campo do entendimento dos problemas do desempenho humano. Mais uma vez os sistemas eletro-eletrônicos-mecânicos das aeronaves têm um desempenho cada vez melhor e uma confiabilidade maior, enquanto o desempenho humano torna-se cada vez mais crítico, fazendo com que a necessidade de aprimorá-lo adquira uma importância crucial. A via deste aprimoramento passa, sem dúvida, pelo treinamento formal, pois é o único meio disponível capaz de permitir a melhoria do desempenho humano, sem incorrer em aumento de carga de trabalho. Para isso, a indústria de computadores encaminha-se para produzir a quinta ou sexta geração de computadores. É a **inteligência artificial**, que se apresenta como a chave do sucesso para a automação, mas que, seguramente, ainda tomará tempo maturando para ocupar seu devido espaço.

Até lá, e pelas razões que, tentativamente/superficialmente, tentamos fazer desabrochar, livremo-nos dessapecha que *a "engenheirança"* industrial, somente baseada no mecanismo industrial-comercial, tenta titular e nos impingir: **gestores de switches e botões**.

Nós não somos gestores nem gerentes de sistemas: somos pilotos em comando!

Mantidas as devidas proporções, perguntemos aos ases do combate aéreo (ou mesmo aos nossos veteranos), o que os conduzia a apertar o gatilho: o fliperama de bordo ou o "input" do combatente? O automatismo psicomotor proveniente do "pé e mão ou de voar pelos fundilhos", ou os relogiozinhos, os visores etc., que à época, também já povoavam os painéis e consoles...

Aliás, em não sendo assim, melhor não seria criar um "Parque de War Vídeo Games" e esquecer a Academia da Força Aérea? A Disneylândia está logo ali...

O autor é Major-Brigadeiro-do-Ar e Presidente da Associação Brasileira de Pilotos de Caça.

Traição ao Brasil

Marcos Coimbra

Existem seis crises mundiais que ameaçam a sobrevivência da espécie humana no atual milênio: energia, alimentos, água doce, matérias-primas de natureza mineral, bens do reino vegetal e produtos de origem animal.

As nações mais desenvolvidas vão sofrer carências severas desta gama de recursos vitais e não querem diminuir seu padrão de consumo. Por estas razões não lhes interessa o crescimento de nações emergentes, como o Brasil, a China, a Índia, capazes de assumirem o "status" de nações perturbadoras da ordem internacional estabelecida pelos "donos do mundo".

É oportuno lembrar que cerca de 20% das reservas de água doce no mundo pertencem ao Brasil (15% na Amazônia). E a água potável vai tornar-se cada vez mais rara, chegando a provocar guerras.

Temos então a explicação para a desesperada tentativa feita pelas nações mais ricas para impedir o progresso do Brasil, procurando quebrar a Integridade do Patrimônio Nacional. Movimentos separatistas são estimulados do exterior.

Procuram quebrar nossa coesão social. Inventam políticas esdrúxulas de cotas "raciais" e de glorificação do homossexualismo. Até nossos índios estão sendo usados. ONGs estrangeiras exigem a demarcação de áreas indígenas em região de fronteira.

Isto é traição à Pátria! Atingindo o Estado Nacional Soberano, enfraquecem-nos, tornando mais fácil disseminar a cizânia entre nós, para procurar evitar que nosso País alcance o patamar de potência emergente.

O Brasil nunca esteve tão ameaçado em sua História, quanto no momento presente. Os chamados "centros de irradiação de prestigio cultural" (meios de comunicação de massa, universidades, escolas, teatro, cinema e outros) são usados pelos detentores do poder econômico, pelo sistema financeiro internacional, pela Trilateral, os quais vão utilizando o Diálogo Interamericano, o Consenso de Washington, o G-7, liderados pela potência hegemônica, para propagar e impor os seus nefastos propósitos.

Por causa da venda da idéia de que a "globalização" é um fato inquestionável procuram destruir o Estado Nacional Soberano, extinguir, na prática, as Forças Armadas, fazer vingar a tese da soberania relativa, forçar a privatização selvagem, a abertura econômica irrestrita, enfim, a derrocada de todas as Instituições Nacionais.

A globalização nada mais é do que um apelido moderno para o neocolonialismo. Há centenas de anos, em plena vigência do colonialismo no mundo, quem iria imaginar que algum dia a Inglaterra deixaria de ser o império onde o sol nunca se escondia?

Que a China, a Índia, os EUA, o Brasil e outros países conseguiriam obter suas respectivas independências políticas e alguns até mesmo a liberdade econômica, apesar do poder militar, representado concretamente pela maior esquadra do mundo, a inglesa?

Agora as relações de poder são mais sutis. Concederam a independência política, mas mantiveram os laços de dominação econômicos e tecnológicos, além de um controle total dos armamentos de destruição de massa, como os artefatos nucleares.

Somente os eleitos podem possuir este tipo de armamento. Quem cair em desgraça poderá ser destruído e eles não correrão o risco de serem sequer ameaçados. Por meio da pressão diplomática e da "lavagem cerebral" empreendida pela mídia mundial, foram impondo estas condições e os países periféricos, administrados pelos representantes desta oligarquia mundial, foram aderindo, inclusive, recentemente, o Brasil.

Pretendem proibir até a posse de armas de fogo pelos cidadãos, bem como controlar todo o estoque mundial de armas e munições para facilitar a implantação de um *"governo mundial"*, dotado de uma *"força de paz supranacional"*, obviamente comandada por eles.

OS EUA representam um simples "gendarme" do sistema financeiro internacional, a ponto de ter pouco significado o resultado de suas próximas eleições presidenciais. Seja quem for o vencedor, pouco será alterado.

Mas, a Amazônia, por exemplo, corre mais risco de ser desnacionalizada em curto prazo numa administração de Barack Obama, o qual recentemente fez pronunciamentos preocupantes. Mas nem tudo corre como eles querem. Alguns países, como Israel, China, Índia e Paquistão reagiram e conseguiram a obtenção de poder nuclear próprio. Os efeitos da adoção da globalização no Brasil são calamitosos. Começa pela Cultura. Grande parte da população já está persuadida de que não vale mais a pena lutar contra este "fenômeno irreversível". Consideram-se colonizados de novo.

Conseguiram destruir não somente a vontade de lutar, bem como sentimentos nobres, legados por nossos antepassados, como amor à Pátria, coragem, persistência na luta pela conquista dos Objetivos Nacionais Permanentes, desapego a bens materiais, esperança de dias melhores não só para esta geração, mas principalmente para as gerações futuras.

Mas ainda existem milhões de brasileiros com vontade de lutar, seja qual for a arma a ser utilizada. Corações e mentes são mais importantes do que aparato bélico. O pequeno Vietnã ensinou uma dura lição à potência hegemônica do mundo. Contudo, depois do conflito bélico, perderam a guerra da auto-estima.

Em paralelo, nosso setor produtivo ou é vendido para alienígenas ou fecha. O cidadão vai perdendo sua dignidade e aceitando remunerações ínfimas, sem a devida proteção trabalhista, por meio de mecanismos ditos modernos, como a reengenharia e a terceirização. A *"bolsa esmola"* torna-se vital para milhões de cidadãos. E o pior, a esperança desaparece. O povo começa a ficar sem perspectivas.

O traidor não precisa de motivo para trair. De início, há uma causa. Dinheiro, chantagem, razões ideológicas, culturais, étnicas, religiosas. Depois que começa a trair, entretanto, vicia-se e trai por hábito. Hoje em dia, infelizmente, temos muitos destes disponíveis por aí, traindo a pátria, sem motivação aparente. São muitos e surgem de onde menos se espera.

Vamos continuar a luta para que o Brasil ocupe o lugar que merece no contexto mundial, e para que seus habitantes possuam uma vida mais digna, cumprindo seus deveres para com os seus descendentes.

Resistir é preciso!

O autor é Membro Efetivo do Conselho Diretor do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (CEBRES), Professor aposentado de Economia na UERJ e Conselheiro da Escola Superior de Guerra.

Guerra do Yom Kippur: Princípio de Guerra da Surpresa "versus" Capacidade Operacional e Doutrina de Emprego Precisa

Mauro Barbosa Siqueira

Os estudos estratégicos são a expressão disciplinar do estudo científico do uso da força, do fenômeno bélico. A discussão científica do fenômeno bélico se dá no contexto político do dilema da segurança. Trata-se do resultado racional da situação em que não existe governo, isto é, não existe quem seja capaz de impor a solução pacífica entre diferentes grupos. Nesta situação, que também é descrita como sendo a situação de anarquia, cada grupo humano só tem a certeza de poder dispor de seus próprios recursos e força para garantir sua sobrevivência. Inseguro diante dos outros grupos humanos, busca fortalecer-se para fazer-se mais seguro.

Porém, ao se tornar mais forte, agrava seu papel com um fator de insegurança para os demais grupos que, a seu turno, buscam se fortalecerem. Assim, instala-se o dilema da Segurança, em que o fortalecimento de certas concorrências entre os grupos pode consumir recursos sem que se incremente a segurança dos grupos. A situação descrita explica por que a consideração política primordial é o uso da força, tanto para os primitivos quanto para os Estados da primeira década do século XXI.

Em contraste, o estudo científico do bélico se confronta com o fato de que a História da espécie humana é o registro de uma enorme diversidade das possibilidades técnicas do uso de armamentos, das formas de luta e da produção social de forças. Todos estes elementos ainda se modificam em função de diferentes circunstâncias de combate.

Tendo caracterizado o contexto político e a dinâmica de possibilidades combatentes, cabe falar de sua articulação, isto é, do contexto estratégico dos estudos do bélico. A explicação da condição de possibilidade da "estratégia" como distinta do combate foi um dos primeiros resultados científicos dos estudos estratégicos. É importante que se identifique como o uso da força na guerra é distinto do uso de forças no combate.

Coube identificar os preceitos dos teóricos assimilados pela Doutrina Militar Brasileira, comparando os documentos com as obras estudadas de Clausewitz, Sun Tzu e Musashi, para assinalar pontos comuns e aspectos discordantes.

O texto propriamente dito divide-se em quatro partes: primeiro discorre sobre alguns dos elementos mais importantes do pensamento dos estrategistas estudados, que foram julgados pertinentes aos documentos político-doutrinários selecionados e analisados, estritamente, sob os ditames de capítulos de políticas e de manuais; a segunda parte faz uma introdução histórica do conflito, que apresenta em grandes linhas as origens, as causas, o contexto geopolítico e a dinâmica evolução tática do fenômeno bélico do "Yom Kippur"; a terceira seção contextualiza a "Guerra de Outubro" sob a trajetória dos propostos, em paralelo ao estudo dos teóricos supracitados e do Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA); a última apresenta uma conclusão com algumas considerações finais a respeito dos ensinamentos colhidos com a guerra supracitada.

Portanto, faz-se mister iniciar este trabalho de pesquisa, abordando os aspectos históricos antecedentes ao conflito propriamente dito.

SÚMULA HISTÓRICA

- Origem e Causas do Conflito

As disputas por terras são antigas entre israelenses e árabes. Consta que Isaque, cujos descendentes são os judeus, herdaria a Terra Prometida e que Ismael, do qual provém a linhagem árabe, também receberia idêntica herança de Deus.

Os hebreus migraram, em 1700 a.C, para o Egito sendo escravizados por 400 anos. Retornando à Palestina, dividiram-se em dois reinos: Judá e Israel e viveram vários períodos de guerras. Em 721 a.C, os assírios destruíram o Reino de Israel e os babilônicos o de Judá em 586 a C.

Em 70 d.C., Roma destruiu Jerusalém e expulsou da região os judeus, que se espalharam pelo mundo na segunda Diáspora. Entrementes, os muçulmanos (seguidores do Islamismo) foram expulsos dos seus domínios pelas Cruzadas.

Em 1882, surgiu o movimento Sionista com Theodor Herzl, que pregava a criação da pátria judaica na Palestina, e, em 1917, Arthur Balfour declarou o apoio britânico à instalação do "Lar Nacional Judeu", devido a interesses econômicos.

À época, quinhentos mil árabes e cinqüenta mil judeus (em1930 eram 300 mil) viviam na Palestina. O Nazismo aumentou a migração acima das *"cotas"* legais.

Em 1939, Londres declarou intenções de estabelecer um Estado Palestino independente, "com ambos os povos compartilhando o governo". Porém, a ameaça nazista estimulou novamente a migração judaica para a Palestina.

Em 1947, a ONU dividiu a Palestina entre árabes e judeus e Jerusalém ficou sob autoridade internacional. Em 1948, a Inglaterra saiu daquela área e Ben Gurion fundou o Estado de Israel, que desagradou os árabes, iniciando os conflitos.

No arcabouço da Guerra do Yom Kippur, houve causas:

- extrapessoais ou políticas (os contendores desejam obter a supremacia na região), econômicas (aquela região é rica em petróleo e água, além da proximidade com o Mediterrâneo e o Canal de Suez), e militares (conquista de novas posições e experimentação de novas armas e táticas);
- intrapessoais, devido ao sentimento belicista dos contendores e a agressividade histórica e latente entre eles;
- suprapessoais, sobretudo pelas diferenças filosóficas e religiosas entre judeus e muçulmanos.

Antes da Guerra do Yom Kippur, ocorreram os seguintes conflitos:

1948/1949

Primeira Guerra Árabe-Israelense: Líbano, Iraque, Transjordânia (atualmente Jordânia), Egito e Síria formaram a Liga Árabe e atacaram

84

Israel, que, vitorioso, teve o território expandido. Houve a formação do problema Palestino (árabes perderam terras e uniram-se para reverter a situação).

1956

Segunda Guerra Árabe-Israelense (Guerra de Suez): Os conflitos nas fronteiras entre Israel e o Egito, além do reconhecimento do Canal de Suez como sendo egípcio, deram origem ao segundo conflito. Apesar do apoio soviético, o Egito foi derrotado e Israel tomou a Península do Sinai, saindo da região em 1959.

1967

Terceira Guerra Árabe-Israelense (Guerra dos Seis Dias): Depois de frustadas tentativas de retomada de territórios sob controle de Israel pela Organização para a Libertação da Palestina (OLP), os israelenses ocuparam a Faixa de Gaza, o Sinai, as Colinas de Golan e a Cisjordânia, aumentando seus territórios.

- A Geopolítica e a Evolução do Conflito

A região onde ocorreu o conflito foi governada por hebreus, assírios, babilônios, persas, gregos, macabeus, romanos, bizantinos, árabes, egípcios, cruzados, mamelucos e turcos, denotando sua importância geopolítica e econômica.

Terminada a Segunda Guerra Mundial, a URSS defendeu junto à ONU a criação de um Estado judeu e palestino para que pudesse enfraquecer a influência inglesa na região do Oriente Médio.

Em 1947, a ONU aprovou a partilha do território entre o Estado judeu (com 56 %) e a Palestina (com 43%), incluindo a Faixa de Gaza e a Cisjordânia.

Para enfraquecer a presença britânica, Stalin supunha necessário apoiar os judeus, não os árabes. A existência dos *Kibutz* (cooperativas agrícolas, que funcionavam de forma socialista) aproximava-o da política soviética.

Em 1948, ele percebeu que cometera um erro, passando a apoiar os árabes. Iniciava-se a Guerra Fria e a URSS procurava alastrar suas defesas, pois estava próxima aos países da OTAN.

Israel também mantinha relações com os EUA, uma vez que o Presidente Truman apoiava a causa e precisava dos votos dos judeus para a eleição de 1948.

Note-se que as duas grandes potências do pós-guerra voltavamse àquela região, sobretudo para Israel. O território israelense estava encravado entre os árabes, tendo a Jordânia e a Arábia ao leste, a Síria e o Líbano ao norte, o Mediterrâneo a oeste e o Egito ao sul (como limite, o Canal de Suez).

Ademais, a região demandada tem grande importância estratégica mundial, pois une três continentes: Europa, Ásia e África e é o caminho aéreo mais rápido para atingi-los.

O controle da passagem do Mediterrâneo pelo Canal de Suez também figura como um ponto estratégico importantíssimo. Além disto, a região congrega os depósitos de água e petróleo do Oriente Médio e Golfo Pérsico.

Cronologicamente, o conflito assim evoluiu:

a) 6 de outubro de 1973

Ataques-surpresa são lançados sobre territórios sobre Israel, territórios controlados pelo Egito e Síria. Os egípcios atacam seu próprio território no Sinai, o qual está sob ocupação israelense, enquanto a Síria ataca seu próprio território nas colinas de Golan, também sob ocupação israelense. Síria conquista muitas vitórias durante os primeiros dias;

b) 11 de outubro

Após as vitórias iniciais as tropas lideradas pelos sírios perderam as Colinas de Golan e as tropas israelenses estão agora avançando sobre a Síria;

c) 16 de outubro

Após as vitórias egípcias no Sinai, avançando aproximadamente dez quilômetros na península, Israel consegue suas primeiras vitórias e, neste dia, estão cruzando o Canal de Suez;

d) 22 de outubro

Um cessar fogo é coordenado pelas Nações Unidas na frente síria, onde as duas nações retornaram às fronteiras anteriores à guerra;

e) 26 de outubro

Cessar-fogo na frente egípcia. Conversações lideradas pelos EUA, brevemente resultaram num acordo de desengajamento entre Israel e Egito. O Egito ficou com um território maior que o anterior à guerra, reconquistou controle total nas duas costas do Canal de Suez e uma faixa de terra ao longo da primeira metade do lado oeste do Monte Sinai. Forças das Nações Unidas são dispostas ao longo do Canal de Suez para monitorar o acordo.

ANÁLISE DO CONFLITO ARMADO

- Estatura Político-Estratégica

1. Equilíbrio de Poder

Analisar qualquer conflito ocorrido entre o início da Guerra Fria e antes da queda do Muro de Berlim impõe vislumbrar o mundo dividido em dois grandes blocos: capitalista, liderado pelos EUA e, comunista, pela URSS.

Na Guerra do Yom Kippur não foi diferente. Os árabes alinhavam-se com a doutrina dos soviéticos e os israelenses com a dos americanos e ingleses.

Com a crise do petróleo, deflagrada no início da década de 70, em virtude dos conflitos do Oriente Médio, os países árabes passaram a dispor de um importante instrumento de pressão política e econômica contra as potências ocidentais (em especial, EUA e UK), graças ao qual conseguiram alterar a seu favor o equilíbrio de forças na região do Oriente Médio.

A Guerra do Yom Kippur não caracterizou vitória para qualquer dos lados, estabelecendo uma posição de impasse. Entretanto, a vitória inicial do Egito e da Síria, ao atacarem de surpresa Israel, em um de seus dias mais sagrados, quebrou o sentimento de invencibilidade dos judeus, transformando-se em trunfo psicológico.

Após a guerra, só os EUA apoiaram Israel, que tomou posição menos intransigente. Em 1975, devolveu ao Egito boa parte dos territórios que ocupara durante a "Guerra dos Seis Dias". Em 1973, Israel já possuía armas nucleares.

2. Sistema Político

O Estado de Israel, criado em 1948, tinha duas capitais: Jerusálem e Tel Aviv. A Constituição não era baseada em documento formal escrito, mas sim em leis básicas provenientes dos costumes e da cultura judaicos. A forma de governo era republicana com sistema parlamentarista e o Chefe de Estado era a Primeira-Ministra Golda Meir.

A Síria tinha como capital Damasco e a Constituição era de março de 1973. A forma de Governo era a republicana, com sistema parlamentarista, e o Chefe de Estado era o Presidente Hafez Al-Asad.

A capital do Egito era Cairo e a Constituição datava de 1971. A forma de Governo era a republicana, com sistema parlamentarista, e o Chefe de Estado era o Presidente Anwar Al-Sadat.

Após o conflito, o Egito sofreu com o custo de vida e o desemprego, e manifestações foram realizadas contra o Governo. Os partidos islâmicos começaram a conspirar contra Sadat, acusando-o de facilitar uma nova dominação estrangeira.

Após negociações, Kissinger conseguiu reunir Israel e Egito, em dezembro de 1973, numa conferência pela paz, a qual Jordânia anuiu, porém OLP e demais árabes não.

Em novembro de 1977, Sadat visitou Jerusalém, provocando reações de protesto em todo o mundo árabe. Entretanto, o processo de reaproximação com Israel culminou, em março de 1979, com os Acordos de Camp David, pelos quais os EUA negociaram a devolução do Sinai ao Egito. A partir daí, o Egito torna-se o principal beneficiário da ajuda militar norte-americana, destinada a transformar o país em seu principal aliado na região, depois da queda do Xá Reza Pahlevi do Irã.

3. Sistema Econômico

Desde sua formação em 1960, o objetivo da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) sempre foi o de estabelecer uma política de controle tanto de suas produções de petróleo, como de independência de seus países frente às grandes potências. Assim, a OPEP conseguiu diminuir o poder das companhias petrolíferas internacionais e estabelecer total domínio sobre a produção e comercialização de seus produtos.

É nesse contexto que acontecem as três crises do petróleo: a primeira em 1973-1974, a segunda em 1979-1980, e a terceira no meio da década de 80.

Em 1973, logo após a Guerra do Yom Kippur, veio a primeira crise do petróleo. Como as transnacionais perderam o poder de fixar os preços, a OPEP quadruplicou o preço do barril, causando grande comoção no mundo todo, principalmente nos países pobres que dependiam da importação de petróleo. As Bolsas de Valores quebraram em vários países, mostrando como o mundo dependia da OPEP. Assim, a política das grandes potências foi de conciliação para evitar maiores complicações.

A crise de 1973 foi a que teve maior impacto na economia mundial, quando a OPEP decidiu quadruplicar o preço do barril do petróleo (de US\$ 2,9 em setembro para US\$ 11,65 em dezembro), por influência dos soviéticos.

Os países exportadores passaram de um superávit de US\$ 40 bilhões para US\$ 82,4 bilhões, em 1974. Os países importadores, entretanto, tiveram um déficit de US\$ 12,4 bilhões. Os EUA não sofreram porque tinham reserva de petróleo e os petrodólares eram investidos no mercado americano.

Esse fato não só demonstrou como a OPEP tinha poder, mas também evidenciou a dependência dos países importadores que, sem outra opção, tinham de continuar a comprar petróleo.

Até ao final da década de 70, os países centrais envidaram esforços com a OPEP para diminuir os preços, porém falharam.

4. Conformação Psicossocial

Em 1973, Israel tinha a seguinte conformação psicossocial:

- 1) Expectativa de vida elevada (+70a);
- 2) Instinto de sobrevivência (sionismo);
- 3) Elevado nível de educação do povo (88% dos judeus e 48% dos árabes alfabetizados);
- 4) Melhor padrão de vida do Oriente Médio;
- 5) Envolvimento e identificação da população com a preservação de Israel devido às origens bélicas de sua criação;

- 6) Religião judaica (85%), islâmica (11%) e cristã (4%);
- 7) Complacência (muita autoconfiança e sentimento de invencibilidade) após a Guerra dos Seis Dias.

Em 1973, os árabes tinham a seguinte conformação psicossocial:

- Cultura familiar e tribal pouco voltada para os interesses do Estado;
- Miscigenação cultural: árabe e egípcia;
- Povo pouco comprometido com os Objetivos Nacionais;
- Religião: Islamismo (maioria sunita), Cristianismo (coptas);
- Menor renda "per capita" dentre os países árabes (Egito);
- Baixa qualidade de vida e esperança de vida: 53 anos;
- Sentimento de vingança em decorrência da Guerra dos Seis Dias.

- Modelo Neoclausewitziano

1. Objetivos

Diante – e durante – a guerra, sopesa-se o que se pode obter, ou o que se arrisca a perder. Isto leva em conta todas as considerações que se pode associar à política; todas as considerações que se pode associar à tática.

Portanto, todas as expectativas do que se pode obter no combate, isto é, como resultado dos enfrentamentos, e a forma como este resultado contribui para que se obtenha os objetivos políticos pelos quais se luta, ou dito de outra forma, todas as considerações que se pode associar à estratégia. "A idéia de estratégia inclui integralmente a articulação de política e tática."

É precisamente porque a estratégia "usa" os enfrentamentos para os propósitos da guerra, que a consideração estratégica inclui integralmente tanto alternativas políticas (não-combatentes) quanto expectativas e possibilidades táticas do combate. É pela consideração de umas e outras que se pode falar de **objetivo de guerra** (Zweck) como distinto do **propósito político**.

Por vezes o **propósito político** e o **objetivo de guerra coincidem** – por exemplo, na conquista de uma província. Noutros

casos o propósito político em si mesmo não produz um objetivo da guerra imediato. Nesta situação, outro objetivo da guerra será definido que sirva ao propósito político e o simbolize nas negociações de paz. (...) De maneira geral, o objetivo da guerra corresponde ao propósito político e irá reduzir-se em proporção a este; e isto será ainda mais pronunciado se o propósito político se tornar predominante. Daí se desdobra sem qualquer inconsistência, que as guerras podem ter todo grau de importância e intensidade, desde guerras de extermínio até à simples observação armada. (CLAUSEWITZ, I-1: 81).

É o entendimento da guerra como uma trindade esquisita que permite compreender que o **objetivo** da guerra, necessário para o propósito político e correspondente à vitória na guerra, pode não estar contido nas forças do inimigo.

Há Centros de Gravidade (CG), pontos **focais** (pontos ótimos de aplicação da força), que correspondem aos núcleos de poder e movimento, coesão e direção, de que tudo depende. É o entendimento da trindade que permite compreender que, ainda que a destruição das forças do inimigo seja usualmente um início promissor, e sempre tenham influência no desenrolar da campanha, seja possível identificar CG de seu esforço de guerra em outros pontos.

Que "o combate é um embate de forças morais e físicas por meios destas últimas" [II-1: 127] não deve ser confundido com um aforismo: é uma descrição do que seja a natureza do combate na guerra. A questão é assestar o golpe sobre o CG que mais afete a coesão e a vontade do nosso inimigo, que atinja as forças morais, tanto quanto as físicas. Deve-se achar um único CG e aplicar aí força máxima.

Assim, o CG pode estar na força principal, ou na força de um aliado mais poderoso, ou na Capital, ou, como no caso de movimentos guerrilheiros, em sua liderança. A questão é a de produzir um efeito favorável no equilíbrio de forças de tal ordem que ele não possa ser revertido.

Daí, portanto, a prioridade para a grande batalha, e na exploração de seus resultados. (VI-27: 484-487; VIII-4: 595- 600; VII-5: 601-602; IV-9: 248-252; IV-10: 253-257; IV-11: 258-262; IV-12: 263-270).

O objetivo dos árabes era aniquilar Israel e retomar territórios perdidos (Sinai e Golan), enquanto os judeus visavam à sobrevivência do Estado israelense.

2. Estratégia

"É o uso dos enfrentamentos para a busca dos objetivos da guerra".

A Força Aérea nunca se constituiu num ponto forte da URSS. A arma aérea, ao contrário da dos EUA e a da Inglaterra, nunca representou um significante componente militar e não teve qualquer espécie de experiência ativa de combate.

Assim, as forças aéreas dos países árabes foram treinadas por pessoas com pouquíssima experiência nesta atividade. Porém, a estratégia militar soviética (e árabe) prioriza o uso da artilharia antiaérea e de mísseis SAM.

Por outro lado, a Força Aérea Israelense (**FAI**) seguiu as estratégias, doutrinas, experiências e tradições da Royal Air Force, que obtivera inúmeras vitórias em combates e avanços tecnológicos durante a Segunda Guerra Mundial.

A FAI demonstrou capacidade de adaptação aos novos parâmetros do teatro operacional e reformulou sua doutrina, pois a utilização das novas tecnologias soviéticas deixou, no início do conflito, as aeronaves indefesas às anti-aéreas.

A opção estratégica do Estado-Maior de Israel tinha sido em favor da prioridade pelas Colinas de Golan. Nessa área, não se dispunha de profundidade, como no Sinai (os centros populacionais e alvos estratégicos estavam próximos), e qualquer penetração local pelos sírios viria a ameaçar os centros populacionais israelenses do norte da Galiléia. Por isso, o inimigo deveria ser afastado dali o mais rapidamente possível, após o que seu Exército deveria ser destruído, assim eliminando a ameaça militar dirigida contra a fronteira norte do país. Somente então o poderio das forças militares de Israel poderia ser dirigido contra os egípcios.

Assim, as estratégias dos escalões superiores puderam concretizar os objetivos ditados pela política (o principal era a sobrevivência do Estado de Israel).

3. Tática

Segundo a concepção teórica de Clausewitz (1984), a tática seria o uso da força no combate, isto é, a condução dos enfrentamentos.

A tática empregada pelas forças israelenses consistia no pouco uso da artilharia na ação direta ao combate, pois estavam convictas de que suas aeronaves de combate seriam capazes de por si só apoiarem as investidas de suas tropas de superfície, fato este que não se confirmou devido aos mísseis SAM utilizados pelos árabes na forma conhecida como "guarda-chuva".

Após as aeronaves da FAI serem equipadas com novas medidas de proteção e adotar novas **táticas**, lograram uma redução nas perdas, passando a dedicar-se, novamente, ao apoio aéreo tático em favor das forças terrestres.

Realmente, nos **combates aéreos** a FAI mostrou-se superior às forças aéreas do Egito e da Síria, porém ficou evidente a necessidade de aeronaves menos valiosas e de médio alcance, com suporte de contramedidas eletrônicas (CME), nas tarefas de apoio aéreo aproximado às forças terrestres, em virtude da elevada taxa de perdas ocasionadas pelos sistemas de defesa anti-aérea soviéticos.

4. Continuidade

Com propriedade, Proença (1999) lembra que:

"A dinâmica das forças morais é crucial para que se possa compreender como elas são ainda a única forma de superar as dificuldades intrínsecas da ação na guerra: o perigo (I-4: 113-114), a fadiga (ou esforço físico) (I-5: 115-116), a incerteza (I-6: 117-118); tudo na guerra é muito simples, mas a coisa mais simples é difícil. (I-7: 119, grifos nossos)."

Este ambiente é caracterizado ainda pelo que Clausewitz define como **fricção** (*friction*) ou **desgaste**:

"a dificuldade perversa das coisas, dos acidentes, dos erros" (I-7: 119-121); e essa soma produz um ambiente de **fricção geral**.

"A única coisa capaz de superar este impedimento, que embaraça a ação tanto das tropas quanto do seu comandante, é o conhecimento tácito e específico do próprio ato em si, a experiência de guerra, (...) de combate."

Novamente, Proença (1999) sustenta que:

"O leigo, distante da dificuldade intrínseca da guerra, tanto quanto o combatente mergulhado na alternância entre rotina e urgência, pode perder de vista como o comandante permite ou dificulta que se encontre o rumo no ambiente da guerra, e como este indivíduo pode ser um fator preponderante (I-3: 100-112)."

Contudo, é a natureza do próprio fenômeno bélico – que contém a superioridade da defesa sobre o ataque, que permite a **pausa** na ação – que se encontra a preeminência intrínseca da política no fenômeno bélico.

No Yom Kippur, presenciou-se a força moral israelense, desequilibrando o resultado do conflito. Os árabes obtiveram a vantagem inicial no ataque surpresa, em 6 de outubro de 1973, porém não utilizaram o princípio da exploração do êxito para impor uma ofensiva contínua a Israel, parando cerca de 22km a leste do Canal de Suez.

Com isso, infere-se que os árabes não souberam levar Israel ao **desgaste contínuo**, que induz à **fricção geral**.

5. Ataque

É preciso emprestar *propósito* ao combate, isto é, determinar o que o combate materializa. Só há duas possibilidades: o *ataque* e a *defesa*.

O **ataque** é a forma de luta que tem o propósito positivo, isto é, que deseja alterar a situação existente: golpear. A essência do ataque é a *velocidade*, a produção do fato consumado (VII-1: 523; VII-2: 524-525).

A defesa é a forma de luta que tem o propósito negativo, isto é, manter as coisas como estão. O conceito defesa é: aparar o golpe. A essência da defesa, portanto, é a espera da oportunidade de aparar o golpe. Uma guerra ou um enfrentamento são defensivos se se espera a chegada, isto é, o avanço da força inimiga, seja através das fronteiras do território que pretendemos defender, seja diante de nossas forças, seja ao alcance de nossos armamentos. Em todos os casos, diante do inimigo, está-se livre para fazer o que se queira sem se perder as vantagens intrinsecas da defesa, isto é, as vantagens que advém da espera e da posição. Mas a defesa não é pura espera, pura absorção dos golpes do inimigo, puro estoicismo:

"Mesmo numa posição defensiva esperando o assalto inimigo, nossas balas tomam a **ofensiva**." (VI-1: 357)

O que faz um enfrentamento ou uma guerra defensiva é seu propósito. Não há contradição alguma em que se faça fogo sobre o inimigo, ou se ataque uma posição inimiga num enfrentamento, ou que se travem enfrentamos ofensivos numa guerra defensiva. Ao contrário, esta atividade é essencial para que se possa preservar a situação, obstando e revertendo os resultados dos golpe do inimigo com golpes e contragolpes.

"Assim, a forma defensiva da guerra não é simplesmente um escudo, mas sim um escudo constituído por golpes bem aplicados." (VI-1: 357-358)

Egito e Síria lançaram seu **ataque** contra Israel em 6 de outubro de 1973. Os exércitos de Sadat rapidamente cruzaram o Canal de Suez. Era feriado de Yom Kippur, o dia mais santo do calendário judeu. Com a maioria dos cidadãos nas sinagogas, a rádio nacional fora do ar, o povo bem-humorado e relaxado, Israel foi pego de surpresa pelos ataques coordenados entre sírios e egípcios.

Fontes da inteligência israelense haviam descartado a probabilidade de um **ataque** das forças árabes, e o efetivo militar de Israel não estava completamente preparado para a **defesa** de duas frentes de batalha ao mesmo tempo.

6. Defesa

Um dos resultados mais importantes da Teoria da Guerra de Clausewitz é a demonstração de que "a defesa é a forma mais forte de luta", e que isto deriva da realidade tática de que a defesa é a "forma mais forte de combate". Esta demonstração embasa todo o restante da estrutura teórica de Clausewitz.

Tudo se assenta pela constatação de que não existe uma real **polaridade** entre ataque e defesa. Dito de outra forma, há mais diferença entre ataque e defesa do que apenas o seu *propósito*, **positivo** (ataque: buscar, conquistar, mudar a situação) ou **negativo** (defesa: preservar, conservar a situação).

Isto não é imediatamente óbvio, porque a força no ataque pode escolher a hora e o local de seu ataque (surpresa), concentrando forças e preparando-se de diversas formas para dar conta das forças da defesa que ali se encontram. Mas isto tende a ocultar o fato de que é *necessário* ter estas vantagens para que se possa ter *expectativa de sucesso* no ataque.

O fato é que tudo que uma força pode usar no ataque pode ser usado também na defesa. Isto significa que as vantagens da posição e da

espera se somam às forças da defesa, e que é porque é necessário superar essas vantagens que o ataque tem que agregar mais força — maior número, maior capacidade, coesão mais elevada e superioridade nas forças morais, a surpresa — para que um ataque seja sequer possível. A superioridade da defesa reside no fato de que existem recursos defensivos que não estão disponíveis para o ataque. Uma parte importante dos recursos combatentes da defesa, como a vantagem da espera, e o alívio do desgaste das forças pela *frição*, ou da posição no terreno (no sentido corretamente amplo de alternativas posicionais em terra, mar, ar e fortificações). Estes recursos não estão disponíveis ao ataque; só contribuem para a defesa. A defesa, assim, é a forma *intrinsecamente* mais forte de *combate*, e isto se desdobra para fazê-la a forma mais forte de *luta*, e a forma mais forte de *guerra* (I-1: 83-84).

É essa superioridade da defesa sobre o ataque que explica por que a guerra não é uma sucessão frenética de ataques, dando conta da "pansa na ação". É a superioridade da defesa que explica por que a maior parte das guerras consiste em momentos de espera, em que nenhum dos dois lados está atacando. Isto não seria lógico se ataque e defesa fossem distintos apenas em termos de seus propósitos: a menos que houvesse um grave erro de informação ou timidez, o tempo de espera que beneficiasse um dos lados levaria a que o outro atacasse, antes que este benefício se fizesse presente. Mas como a defesa é mais forte que o ataque, entende-se que cada um dos lados pode ser forte o suficiente para defender-se, sem ser forte o suficiente para atacar (I-1: 84).

A pausa na ação, que decorre da superioridade da defesa sobre o ataque, tem duas conseqüências de primeira magnitude:

- (i) faz da guerra uma continuação da política;
- (ii) permite que exista estratégia como distinta da tática.
- O Egito pausou o ataque após surpreender Israel e transpor o Suez, deixando clara a influência da política e da **estratégia**.

7. Polaridade

Por que não existe uma verdadeira **polaridade** entre ataque e defesa?

Segundo Clausewitz, porque são objetos de naturezas distintas e de forças desproporcionais, aplicando-se a polaridade somente às relações entre eles.

Para Aron, autor neoclausewitziano na concepção de Rapoport:

"É legítimo evocar a dialética de defesa e do ataque, do físico e do moral, dos fins e dos meios, mas não confundir esta dialética com o princípio da polaridade (...) estas três dialética (...) apresentam um traço comum, incompatível com a polaridade, não há ataque sem defesa, força física sem componente moral, fim militar que se torne meio político, portanto, violência que não deva se submenter à vontade inteligente."

O autor discute a relação entre guerra (violência) e política (vontade inteligente), argüindo a impertinência desta relação à polaridade clausewitziana.

Na página 370, ele continua ensinando que:

"Clausewitz emprega o termo polaridade, na narração da campanha da Rússia, para relatar a vontade comum de Napoleão e de Kutuzov de não travar uma segunda batalha depois da de Borodino."

E Aron (1986) segue dizendo que:

"A polaridade aplica-se aos fins visados pelos duelistas, fins por definição contraditórios ou incompatíveis, não aos meios".

Ademais, Aron lembra:

"O texto do parágrafo 15 (I, 1) não deixa dúvida sobre o sentido do conceito de polaridade, Trata-se mesmo do jogo com soma nula, do caso em que o ganho de um é igual à perda do outro. Em uma batalha, cada um dos dois partidos quer vencer; existe uma polaridade verdadeira, pois a vitória de um aniquila a do outro".

Sobre o uso do termo polaridade, em outro texto de Clausewitz, Aron (1986) diz:

"Ele trata da oposição entre emprego sucessivo e o emprego simultâneo das forças (...) o primeiro princípio vale em tática, o segundo em estratégia (...) essas duas maneiras de emprego são opostas (...) cada uma pode ser dita como um pólo."

Segundo Aron:

"Clausewitz dá a possibilidade de aplicar a polaridade a muitas oposições que ele analisa (...) à oposição entre grandeza do sucesso e riscos corridos (...) o capítulo sobre polaridade teria se assentado nos diversos tipos de oposições (...) nas especificidades da dialética clausewitziana. O conceito de polaridade (...) não podia se tornar fundamental na dialética clausewitziana. Se quisermos encontrar tal conceito, é o da oposição."

- Estruturas de Segurança e Defesa

1. Árabes (Egito e Síria)

No quadro de segurança externa, houve o apoio da URSS, que tinha interesse político e estratégico na região, aliando-se ao Egito e à Síria.

Como medidas de defesa, os exércitos egípcio e sírio receberam da URSS mísseis terra-terra com capacidade de atingir alvos israelenses. O Egito recebeu guarnições de mísseis Scud e tinham 150 baterias de mísseis SAM-2 e 3.

A Síria ganhou mísseis Frog, que tinham um alcance de 88km. Ademais, possuía um sistema de cobertura anti-aérea de mísseis terra-ar, arma soviética com nova tecnologia, para neutralizar a Aviação israelense (fundamental às manobras).

Após as perdas ocorridas na Guerra dos Seis Dias, os egípcios construíram abrigos de concreto reforçados para a guarda de suas aeronaves e fortaleceram os meios de defesa anti-aérea com novos armamentos soviéticos.

As forças egípcias utilizaram de forma permanente e eficiente a falsa propaganda, induzindo Israel a adquirir o sentimento (**segurança**) e a acreditar que suas tropas estavam em situação crítica, despreparadas e sucateadas.

Para apoiar suas manobras, os egípcios se utilizaram de uma verdadeira barreira anti-aérea, empregando novas tecnologias de origem soviética, compondo meios de interferência eletrônica, canhões de saturação e mísseis de curto e médio alcance, a baixa e média altura,

que, por saturação do espaço aéreo, ocasionaram elevadas perdas às aeronaves israelenses e ótima proteção às tropas egípcias.

Para transpor o Canal do Suez, os egípcios utilizaram jatos de água de alta pressão contra as defesas da linha Bar-Lev e a infiltração de comandos para neutralizar as tubulações dos lança-chamas israelenses.

Por sua vez, os sírios se puseram em constante treinamento, sobretudo na área a leste de Damasco, a fim de possibilitar o pronto-emprego.

A Força Aérea Síria não necessitou modificar as bases depois da Guerra dos Seis Dias, como acontecera com o Egito.

O sistema defensivo sírio havia sido concebido de uma tal maneira que podia evoluir para um ataque sem grandes deslocamentos de tropas.

Quanto à **segurança**, as tropas árabes contavam com pouca conscientização, possibilitando o vazamento de informações sobre forças, seu equipamento e suas manobras, ao contrário das tropas israelenses.

2. Israel

Israel adquiriu uma opção estratégica com a profundidade alcançada pela Guerra dos Seis Dias. A partir desse conflito, todos os seus centros populacionais guardavam uma considerável distância das forças egípcias, além disso havia uma área de 240km de deserto que o separava do Canal de Suez. Era a **defesa** natural.

Na região do Sinai, os israelenses construíram postos de observação para alerta antecipado e com a finalidade de fornecer informação. Esse sistema de **defesa** fortificado, ao longo do Canal de Suez, era conhecido como Linha Bar-Lev.

Neste complexo, cada posto controlava de 800 a 1.700km e era coberto por postos de observação e patrulhas. Nos pontos mais críticos, havia o reforço de carros de combate e à retaguarda encontravam-se unidades de blindados. Havia uma grande infra-estrutura de estradas, sistemas hidráulicos e de comunicações.

A **sensação de segurança** israelense estava baseada na confiança de um alarme antecipado de ataque, dado pelo Serviço de Infor-

mações Israelense (Mossad), no poder e na capacidade do Exército e, principalmente, da FAI.

Convém salientar que era dada grande importância à força aérea, pois possibilitava às reservas de guerra uma rápida mobilização e deslocamento para as linhas de frente, além de proteger os céus.

As tropas engajadas no combate possuíam elevada consciência de segurança, conseguida por meio da disciplina e educação de seus integrantes.

- Mobilização

Israel compensou disparidades populacionais entre israelenses e árabes com capacidade de mobilização, prevista de ocorrer em 72 horas. Pressupunha-se que a eficiência das FFAA, em especial da FAI, equilibraria a inferioridade numérica.

Da parte israelense podemos destacar os seguintes exemplos de ações de Mobilização e Logística Nacional:

- as Forças de Defesa de Israel, no estado de mobilização total, passaram de 75.000 pessoas para 350.000 soldados;
- esses homens eram equipados com "excepcional variedade de armamento" (Guerra na Paz, 1984. p. 857);
- Segundo o relato do jornalista Nicholas Jacobson, o Exército israelense se pôs em marcha com caminhões improvisados abarrotados com granadas, caminhões de mudança carregados de rações e latas de gasolina. Oficiais e outros militares graduados seguiam para a guerra com seus carros particulares;
- A FAI estava mais fortalecida (...), o fornecimento de modernos aviões militares americanos em especial o McDonnel Douglas F-4E Phantom e o Douglas A-4 Skyhawk permitiu manter-se a vantagem qualitativa do equipamento da FAI sobre as Esquadrilhas árabes. Os Estados Unidos se mostrariam um aliado mais firme dos israelenses do que tinha sido a França em 1967 e a FAI contou com o envio constante de peças e aeronaves de reposição em 1973;
- "A pequena, mas crescente indústria aeronáutica israelense, também deu grande contribuição à capacidade de combate" (Guerra na Paz, 1984, p. 876);

- Ainda referente ao preparo, nota-se a modernização dos meios aéreos, tanto por parte dos árabes (MIG 21F mais poderosos) como dos israelenses (Phantom F-4E), além do reforço em suas quantidades;
- "A assistência técnica e logística dos EUA foi crucial para neutralizar o sistema de defesa aérea do inimigo" (Guerra na Paz, 1984, p. 879);
- Os EUA também abasteceram Israel com vastas quantidades de equipamento militar. Em 13 de outubro os israelenses declararam que a nação só dispunha de material bélico para mais quatro dias de guerra. Golda Meir apelou para os EUA, pedindo 75 aviões (entre os quais 15 Phantom), tanques, artilharia móvel e mísseis. Itens de alta prioridade, como partículas de metal para despistar radares e bombas já haviam sido levados para Israel por via aérea em onze Boeing 747 da El Al, desde 9 de outubro, além de munição antitanque e foguetes Sparrow;
- A partir de 13 de outubro, os EUA ampliaram o fornecimento. Em 566 viagens de ida e volta de 22.000km, os americanos enviaram 22.345 toneladas de suprimentos em aviões C-5 e C-141, com capacidade para 100 toneladas, suplementados por mais 5.500 toneladas transportadas por aviões da El Al.

Da parte árabe podemos destacar os seguintes exemplos de mobilização:

- Refortalecimento de suas Forças Aéreas, com o fornecimento de grande quantidade de aviões mais modernos. O poder de fogo da Força Aérea Síria cresceu de 142 aviões de combate (meados de 1967) para 265 em outubro de 1973. A Força Aérea Egípcia teve aumento menos significativo (de 450 para 480 aviões de combate), mas grande número de MIG 21F deu lugar a versões mais poderosas e mais bem armadas desse mesmo modelo;
- "A União Soviética não apenas forneceu equipamentos às forças árabes como também lhes enviou técnicos e conselheiros de combate" (Guerra na Paz, 1984, p. 877);

Em 9 de outubro de 1973, oitenta aviões militares de transporte soviéticos, entre os quais o Antonov AN-12 e AN-22, de grande raio de ação, e mais vinte aviões comerciais de carga da Aeroflot estabeleceram vôos de ida e volta de bases soviéticas no Cáucaso, na Ucrânia e no sul da Rússia, para a Síria e o Egito, aterrissando perto de Palmyra,

Aleppo e Cairo. Os suprimentos militares que transportavam incluíam foguetes Frog, mísseis SS-1 Scud, SA-3 Goa, SA-6 Gainful e outros menores SA-7 Grail, de lançamento manual.

A URSS também enviou equipamentos mais pesados por via marítima. Na segunda semana de guerra, chegaram tanques T-54, T-55 e T-62 e caças MIG 21 aos portos de Alexandria, Tartus e Lakatia. No fim da guerra, a Síria tinha mais tanques que a Grã-Bretanha e a França juntas.

Os dados acima listados, relativos à Mobilização e à Logística, demonstram conceitos da Doutrina Militar Brasileira, nos seguintes pontos:

Quanto ao preparo da Mobilização:

- a) A atitude de Israel é bastante coerente com os preceitos militares brasileiros, pois aquela nação permanecia em constante "alerta" em relação aos vizinhos, tendo em vista o estado de tensão desde a Guerra dos Seis Dias. Uma derrota de Israel implicaria na destruição de todo um povo, portanto o planejamento da Mobilização era conduzido em coerência com a conjuntura e em face dos problemas de segurança;
- b) No trecho destacado, em que os combatentes de Israel "eram equipados com excepcional variedade de armamento", observa-se uma contradição com os preceitos da Mobilização nas Expressões do Poder Nacional, neste caso específico com a Expressão Econômica e Militar, pois uma das medidas consideradas para a acelerada e eficaz adaptação ao atendimento da emergência (expressão econômica) é o "incremento à produção, padronização e nacionalização em geral" (Escola Superior de Guerra ESG, Rio de Janeiro, 2005).

Quanto à execução da Mobilização:

a) As atividades de execução podem causar algum transtorno à vida nacional. A maior ou menor facilidade que tem a Nação de passar de uma situação normal para uma situação de emergência pode ser medida pela Capacidade de Mobilização. Na guerra em tela, esta capacidade de Israel foi colocada à prova, obtendo desempenho extremamente satisfatório.

Como exemplo, citado no texto acima, foram utilizados recursos os mais variados para o transporte de suprimentos e combatentes, para a linha de frente (caminhões de mudança, carros particulares etc.);

b) Durante a guerra, conforme ressaltado, a Indústria Aeronáutica de Israel, apesar de pequena, exerceu papel importante na capacidade de combate. Destaca-se, portanto, a aplicação do conceito de Mobilização Industrial, pois foram implementadas ações voltadas para o foco da guerra em si, produzindo itens que supriram a Força Aérea Israelense.

Quanto à Logística:

- a) Conforme citado em textos anteriores, o treinamento de **recursos humanos**, tanto por parte dos árabes como dos israelenses, promovido pela URSS (Egito e Síria) e EUA (Israel), respectivamente, foi preponderante na execução da guerra;
- b) O apoio proporcionado pelas superpotências no **transporte de suprimento** é inegável, utilizando para tal os modais aéreo e marítimo, de acordo com trechos acima destacados;
- c) A Logística dos EUA foi crucial para neutralizar o sistema de defesa aérea dos árabes, fornecendo aeronaves e treinamento aos israelenses.

Os beligerantes realizaram ações na fase de desmobilização nacional:

- 1. Apoio médico aos combatentes;
- 2. Apoio às famílias dos combatentes mortos;
- 3. Devolução dos prisioneiros de guerra;
- 4. Retorno das atividades econômicas;
- 5. Retirada das tropas em respeito às resoluções da ONU.

- Inteligência e Comando e Controle

1. Inteligência

O Serviço de Informações Militares (SIM) apresentava a Estimativa Nacional em Israel, pois era o único órgão de informações dotado dos indispensáveis recursos de pesquisa e avaliação.

O Serviço tomou vulto em atribuições, abafando esforços da equipe de pesquisas do Ministério do Exterior e do MOSSAD, no preparo de avaliações próprias. Formou uma equipe de especialistas e ganhou a reputação mundial como o serviço mais eficiente sobre assuntos do Oriente Médio. Prestígio merecidamente conquistado, pois o Serviço provou compreender melhor os fatos na região.

Em Israel, não havia outro organismo superior ocupado no processo de tomada de decisões. No Gabinete e no Parlamento, nada existia com capacidade para analisar as avaliações dos militares.

O SIM constituía-se, portanto, num órgão central e vital às tomadas de decisões, pois cabia ao Gabinete a responsabilidade final em avaliar as intenções dos governos estrangeiros.

Quando Ben-Gurion assumiu como Primeiro-Ministro de Israel, os militares não compareciam fardados nas reuniões do Gabinete e da Comissão de Assuntos Estratégicos e de Segurança do Knesset. Ben-Gurion apresentava o panorama total da Defesa, inclusive das Informações. Apesar de cuidadoso no que dizia perante esses órgãos, ele pensava não necessitar de parceiros.

Quando Moshe Dayan assumiu como Ministro da Defesa, tornou prática habitual comparecer perante aqueles órgãos acompanhado pelo Chefe do Estado-Maior e pelo Diretor do SIM, o que eliminava a linha divisória entre as responsabilidades militares e ministeriais.

Assim, esses dois oficiais compareciam à mesa do Gabinete com a mesma freqüência dos próprios ministros. A hierarquia do Diretor de Informações, o prestígio de Dayan e a inexistência de outro elemento para criticar as avaliações do SIM tornaram inevitável a aceitação de estimativas.

Comparando-se o pensamento Estratégico de Política Nacional da ESG com a estrutura israelense, quanto à Inteligência Estratégica e às relações entre produtor e usuário da atividade de Inteligência, temos:

a) A estrutura israelense alinha-se à Doutrina Militar Brasileira quanto à Inteligência Estratégica, procurando coexistir a necessidade de ampliar o nível de bem-estar das sociedades e a dificuldade de gerir e multiplicar recursos, e lastrear ato decisório em subsídios oportunos, amplos e seguros;

104

b) A única diferença da visão da ESG consiste em que o SIM israelense era o produtor e usuário da Informação, porquanto não existiam organismos superiores (Ministérios, Gabinetes ou Parlamento) que definissem por meio de avaliações próprias os rumos a serem tomados.

Da parte árabe, podemos visualizar a Contra-Inteligência como principal atividade, em consonância com a Doutrina Militar Brasileira. A ESG enfatiza a salvaguarda dos conhecimentos e/ou dados sigilosos oriundos do Sistema de Inteligência, além dos dados sigilosos gerados por outras entidades nacionais.

Uma operação de desinformação é atividade incerta, porém as chances de obter-se sucesso aumentam quando aplicados dados princípios e técnicas próprias.

O ataque egípcio, sob a estória-cobertura de presumível "exercício militar", constituiu o ardil mais óbvio e bem sucedido do plano árabe de guerra. Os principais órgãos de Inteligência israelenses atribuíram a esse presumível exercício a maior parte dos indícios de ofensiva iminente nas linhas egípcias, antes de 6 de outubro.

Exercícios reais haviam sido repetidos em abril e maio de 1973, bem como no ano anterior, circunstância que estimulou a adequada desatenção israelense em outubro. A escolha dos dias santificados de **Yom Kippur** e **Ramadan**, como data oportuna ao início das hostilidades, proporcionou a cobertura adicional.

Durante os seis meses anteriores à guerra, houve uma centralização dos planos estratégicos de dissimulação no Ministério da Guerra egípcio. Os egípcios basearam os trabalhos de desinformação em numerosos estudos a que haviam procedido sobre o pensamento e a doutrina israelenses.

Ademais, valeram-se da excessiva autoconfiança judia, sua fé na sempre crescente defasagem cultural e tecnológica entre Israel e os países árabes e a convicção na incapacidade da liderança árabe de tomar a decisão de atacar, sem mencionar a falta de unidade do mundo árabe. Os árabes fizeram todo o possível para acentuar, aos olhos dos israelenses, a veracidade dessas convicções.

Desde 1967, a mídia internacional fazia referência a qualquer estremecimento, real ou fictício, nas relações egípcio-soviéticas. As se-

manas que antecederam o conflito não foram exceção. Mesmo em 6 de outubro de 1973, os relatórios da Inteligência israelense registraram essa *"animosidade"* como sendo a principal causa pela evacuação dos dependentes dos assessores soviéticos da Síria e do Egito.

A retórica política de Anwar Sadat, imediatamente antes do ataque, foi ambígua, mas o seu pronunciamento de 2 de setembro, perante a Conferência dos países não-alinhados, advogou uma solução pacífica para a crise no Oriente Médio.

Observa-se o contraste entre tal postura e a maciça ofensiva desfechada pelos árabes quatro dias mais tarde.

Outro aspecto interessante das atividades árabes próximo de 6 de outubro foi o seqüestro de três judeus soviéticos na Áustria, em 28 de setembro de 1973. O consentimento austríaco em fechar um centro de triagem de imigrantes judeus em troca dos reféns desencadeou uma torrente de cobertura jornalística em todo o mundo. Então, Golda Meir viajou para a Áustria, onde ficou retida em negociações até 4 de outubro, dois dias antes de ocorrer o ataque árabe.

O plano de desinformação foi bem concebido pelos egípcios e elaborado por especialistas soviéticos para ludibriar não só os contendores israelenses, mas, também, os norte-americanos. Na prática, a operação desinformou aleatoriamente, inclusive as próprias FFAA egípcias.

Em síntese, durante os preparativos para o ataque, havia numerosos indicadores que poderiam ter dado margem a maiores preocupações por parte dos israelenses, mas estavam mascarados, talvez em dobro, por outros que indicavam não haver motivos para alarme.

As rotinas diárias no lado egípcio continuavam inalteradas. Os soldados pescavam e vagavam sem capacetes, no Suez, como se nada de diferente estivesse ocorrendo. Em muitos casos, o material produzido pela Inteligência israelense descia a detalhes dos acontecimentos prestes a acontecer. Contudo, como fora previsto pelos egípcios, quando os fatos realmente aconteceram, foram ignorados.

No campo da Inteligência Operacional, os egípcios alcançaram grande progresso. Após a Guerra dos Seis Dias, a URSS reorganizara o Sistema de Informações egípcio e o dotara de equipamentos modernos e sofisticados para todas as espécies de guerra eletrônica. A radiointerceptação, a vigilância eletrônica e a radiogoniometria foram introduzidas, alcançando bom padrão operacional.

Além disso, infiltraram agentes no interior de Israel. Os egípcios valeram-se, ainda, da vigilância desenvolvida pelos soviéticos sobre Israel por meio de seus navios e satélites de Informações.

Houve falhas do Serviço de Inteligência israelense, segundo Sun Tzu.

- A "Comissão Agranat" apurou responsabilidades pelos erros cometidos na Guerra do Yom Kippur. Houve equívocos de avaliação do *Agaf ha-Modi'in* (a Agência de Inteligência AMAN), concernentes aos seguintes pontos:
- a) O pressuposto básico sobre a pouca disposição árabe em realizar qualquer ação bélica em futuro próximo;
- b) O pressuposto básico de que o Egito não partiria para a guerra antes de 1975-1976, tendo assegurado, desde o início do conflito, capacidade para um ataque aéreo em profundidade contra Israel, com o propósito de neutralizar a FAI;
- c) a não atualização de seu plano de Inteligência, que determinou a falta de conhecimentos detalhados sobre:
 - novos armamentos recebidos pelo Egito, no período de 1967 a 1973;
- a não avaliação correta do novo perfil do militar egípcio, que passou a ser recrutado entre universitários e outros profissionais de melhor nível; a não consideração dos aperfeiçoamentos realizados pelos egípcios, na área de Inteligência de Sinais (SIGINT), fator de sucesso, pois a segurança das comunicações israelenses havia sido relaxada;
- a não elaboração de cenários onde seria considerado, como fato significativo, o fortalecimento da influência externa no Oriente Médio após a "Guerra dos Seis Dias", especialmente no Egito.

2. Comando e Controle

Citando Herzog (1977):

"(...) estar a caminho da frente Síria o auxílio árabe, sob a forma de reforços — (...) do Iraque, da Arábia Saudita e do Kuwait. (...) para o Estado-Maior de Israel, que o rei Hussein da Jordânia, até então postado sobre a linha de não-intervenção, viria a ser influenciado em suas futuras decisões pela sorte do Exército Sírio (...) chegavam informes sobre o movimento de forças iraquianas em direção à Síria, o fator tempo tornava-se cada vez mais importante."

Tanto Comando quanto Controle não funcionaram bem entre os árabes.

Não houve Comando integrado entre os árabes, pois o Egito errou ao não pressionar Israel pelo sul, fato que aliviaria o flanco sírio no norte. Isso permitiu que Israel, como ocorrera na Guerra dos Seis Dias, cuidasse de um inimigo de cada vez.

O Governo sírio lançou sucessivos pedidos de socorro. O Presidente Assad, que poucos dias antes, quando parecia que Golan estava por cair frente ao ataque sírio, procurava os bons ofícios dos soviéticos junto a Sadat para que concordasse com um cessar-fogo, percebia a gravidade do seu erro em não ter pressionado pela trégua desde o começo.

Enquanto a Síria lutava nas vias de acesso à sua capital, o aliado Exército egípcio achava-se parado na margem oriental do Canal, após consolidar a vantagem obtida, temeroso de pôr em risco o êxito alcançado, caso avançasse. Assad pediu que o Egito pressionasse as Forças israelenses e assim aliviasse a frente síria.

As três divisões das IDF – (forças terrestres, aéreas e navais) funcionavam sob comando unificado, à testa do qual se encontra o Chefe do Estado-Maior, com a patente de Comandante-Geral, responsável diante do Ministro da Defesa. O Chefe do Estado-Maior era nomeado pelo Governo, por recomendação do Primeiro-Ministro ou do Ministro da Defesa, para um período de três anos, que normalmente era prolongado por mais um ano.

Para assegurar seu sucesso a doutrina das IDF em nível estratégico é defensiva, enquanto suas táticas são ofensivas. Devido à falta de profundidade territorial do país, as IDF devem tomar a iniciativa quando se considerar necessário e, se atacadas, transferir rapidamente o campo de batalha para o território inimigo.

Um exemplo de falta de **Comando** sírio e bom Comando israelense se deu num combate entre a companhia do Capitão Meir e uma coluna síria que fora observada indo em direção norte às duas horas da manhã pela estrada Rafid-Kuneitra. Após 45 minutos de luta, Meir contou 20 carros sírios abandonados.

Outro excelente exemplo de **Comando** e **Controle** israelense foi quando às 8h30min da manhã de segunda-feira foi iniciado o

contra-ataque israelense. Na área de El Al, a 19ª Brigada esbarrou contra forte oposição. O General Musa Peled percebeu que o terreno plano e desimpedido permitia a utilização de mais forças e lançou no combate a 20ª Brigada, no momento em que a 4ª Brigada, que também combatia, atingiu o seu objetivo destruindo mais de 15 carros inimigos e atingindo uma estrada lateral. Ordenou que fosse enviado um batalhão contra o flanco direito do inimigo, porém seu Comandante cometeu um erro de orientação e a Unidade deslocou-se na direção errada. Quando Peled percebeu o que acontecera, mandou que a 19ª e a 20ª Brigadas atacassem pela frente, e estas irromperam pela força inimiga, que foi destroçada.

- CENTROS DE GRAVIDADE E PRINCÍPIOS DE GUERRA

1. Centros de Gravidade

Conforme Echevarria, o correto conceito de CG de Clausewitz é "um 'ponto focal', não uma força ou uma fragilidade, ou, mesmo, uma fonte de força".

Citando Echevarria (2004), pode-se induzir do conceito de CG que, como afirma Clausewitz, o grau de unidade formado por forças militares e os aspectos geográficos em que elas têm de combater podem criar *mais de um* CG. Ele defende que se substituam múltiplos CG por um, quando possível. Todavia, reconhece a possibilidade de que talvez não exista um CG específico.

Os Centros de Gravidade (CG) são o fulcro da teoria de Warden III, o mais conhecido teórico moderno do Poder Aéreo, que nos ensina e alerta:

"A idéia de centro de gravidade é um conceito simples mas de difícil aplicação, porque parece que existe mais de um centro a cada momento e que cada centro terá um efeito de algum tipo sobre os outros. (...) os centros de gravidade podem, em alguns casos, só se relacionar indiretamente com a capacidade do inimigo de conduzir operações militares reais."

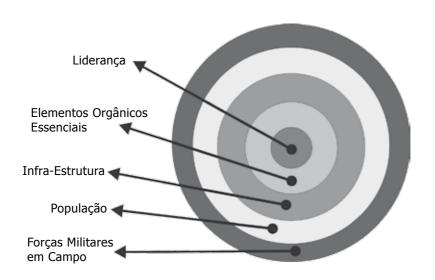
Portanto, ele idealizou a Teoria dos Cinco Anéis concêntricos, simplificando-a por analogia ao corpo humano.

Os sistemas do inimigo

	CORPO	ESTADOS	REDE ELÉTRICA	
Liderança	Cérebro	Governo	Controle central	
Elementos Orgânicos Essenciais	Alimento, oxigênio (órgãos vitais)	Energia (elétrica, petróleo);dinheiro	Entrada	
Infra- Estrutura	Vasos sangüíneos, ossos, músculos	Estradas, aeródromos, fábricas	Linhas de transmissão	
População	Células	Pessoas	Trabalhadores	
Mecanismos de Combate	Leucócitos	FFAA, polícia, bombeiros	Trabalhadores em reparos	

Fonte: "Airpower Journal", Alabama, 3º trim., p. 49, 1995. Edição brasileira.

Os Anéis de Warden III



Fonte: WARDEN III, John A. O inimigo como sistema. "Airpower Journal", Alabama, 3º trim., p. 51, 1995, Edição brasileira.

Conforme Warden III, os cinco anéis concêntricos (CG) são:

1) População

Israel – foram ameaçados grandes centros populacionais, incluindo Tel Aviv, em virtude de estarem dentro do raio de alcance dos mísseis SCUD.

Árabes – Cairo (Egito) e Damasco (Síria) estiveram ameaçados, no final da guerra, pela proximidade das tropas e aviões israelenses.

2) Forças militares

Israel – Bases da Aviação.

Árabes – SAM 2, 3, 6 e 7 ("guarda-chuva" de mísseis; defesa antiaérea).

3) Infra-Estrutura

Israel – Aeroportos e instalações radares.

Árabes – Pontes (Síria), aeroportos (Egito).

4) Elementos Orgânicos essenciais

Árabes – instalações petrolíferas e usinas elétricas (Síria).

5) Lideranças

Israel - Golda Meir, Moshe Dayan.

Árabes – Anwar Al-Sadat (Egito), Hafez Al-Assad (Síria).

2. Princípios de Guerra

– Árabes

Surpresa

Atacaram no dia do feriado judeu (Yom Kippur), às 14h, surpreendendo os israelenses, pois o AMAN predizia o ataque às 18h e que os árabes não guerreariam no Ramadan. Logo, eles usaram a surpresa **estratégica**. Houve também surpresa **tecnológica**, porque os mísseis SAM 6 foram usados pela primeira vez em combate.

Ofensiva

Tomaram a iniciativa dos ataques, obrigando os israelenses a concentrarem seus meios na defesa.

Segurança

Idealizaram um "guarda-chuva" de mísseis, protegendo, inicialmente, território e FFAA, da FAI.

Massa

Atacaram em duas frentes com máximo esforço.

Simplicidade

Concepção e execução das operações relativamente simples, porém faltou treinamento adequado às tropas árabes.

Exploração do Êxito

Negligenciaram a oportunidade de avançar pelo Sinai e invadir Israel. Na primeira semana, Síria e Egito poderiam ter causado mais danos ao Exército israelense, tomando mais território e infligindo severos danos aos centros civis israelenses. Ambos os exércitos falharam em não aproveitar suas vantagens iniciais, despreparo de Israel e perdas iniciais israelenses. Comunicações falhas prejudicaram maiores sucessos militares.

- Israelenses

Objetivo

No início, os árabes atacaram surpreendentemente inibindo a FAI de contra-atacar e destruir os sistemas de mísseis inimigos. Israel decidiu reagrupar suas forças, objetivando conter o avanço dos árabes. Alcançando este objetivo, atacaram as artilharias antiaéreas, conseguindo destruir parcialmente o sistema de mísseis. Desta forma, possibilitaram-se incursões em profundidade sobre o território inimigo, viabilizando ataques a objetivos estratégicos (instalações petrolíferas, usinas elétricas).

Massa

Israel concentrou FFAA na frente síria, principalmente a FAI, pois havia perigo e desvantagem maiores. Em três dias, Israel recuperou as Colinas de Golan. Esta vantagem obtida no norte permitiu a Israel concentrar-se no Egito, reconquistando o Sinai.

Simplicidade

A execução e o planejamento das operações israelenses eram bastante simples, constituindo-se basicamente na contenção do avanço árabe e, posteriormente, na neutralização de seu sistema de mísseis, que associados ao alto grau de adestramento de suas tropas, culminaram no sucesso das operações.

Surpresa

O emprego de nova aeronave israelense (Phantom).

Segurança

Surpreendidos pelos árabes, não permitiram aos inimigos conquistar território, nem atingir pontos sensíveis, mantendo proteção industrial em 70% daquela anterior à guerra e observando certo grau de normalidade na vida cotidiana. Os céus achavam-se livres da Aviação inimiga.

Economia de Forças

Concentraram-se na contenção do avanço inimigo, pois os contra-ataques à ofensiva árabe eram ineficazes em virtude do "guarda-chuva" de mísseis.

Unidade de Comando

Dayan comandou as FFAA.

Ofensiva

Após conterem o avanço inimigo atacaram os árabes, reconquistaram os territórios invadidos pelo inimigo e ameaçaram suas capitais.

Prontidão

Houve pronto-engajamento da FAI após o ataque surpresa.

Exploração do Êxito

Não negligenciaram a oportunidade de avançar, invadindo Egito e Síria.

No que tange às operações combinadas, pode-se afirmar que houve nas Forças Armadas de Israel, pelo menos, **Cooperação**, pois desde as primeiras horas da guerra, a FAI, intensamente solicitada, concentrou ataques sobre as Forças egípcias que cruzavam Suez, visando apoiar as Forças Terrestres. Posteriormente, efetuou ataques na frente síria, apoiando outras Forças Terrestres. Do lado árabe, houve o apoio da Força Aérea às Forças de Superfície; enquanto a Força Aérea Egípcia bombardeava as bases aéreas israelenses no Sinai, as Forças de Superfície, sob cooperação mútua, atacavam as posições de Israel perto de Suez. Além disso, centenas de tanques sírios avançavam contra as defesas israelenses nas Colinas de Golan.

– DICA E ORGANISMOS INTERNACIONAIS COMO LIMITADORES DA GUERRA

A Guerra do Yom Kippur foi um conflito armado internacional, envolvendo três Estados: Síria, Egito e Israel. Todos eram signatários da Carta das Nacões Unidas e das Convenções de Genebra.

As ações iniciais dos países árabes foram fundamentadas no Artigo 51 da Carta das Nações Unidas, no qual Israel baseou-se para contra-atacar, alegando o Direito Inerente de Legítima Defesa.

No âmbito do uso da força, a distinção entre guerras justas e injustas à luz do Direito Natural sucede a noção de *jus ad bellum*.

A limitação do conflito ocorreu por intermédio da ONU, que mediou e promulgou três resoluções: o cessar-fogo e as negociações para uma paz duradoura (22 de outubro de 1973); novamente o cessar-fogo e o retorno às posições do dia anterior (23 de outubro de 1973); e o acompanhamento do cessar-fogo por tropas da ONU (25 de outubro de 1973).

- PLANEJAMENTOS

1. Guerra

Os planejamentos **israelenses** definiram-se, cronologicamente, assim:

Após 1967

Israel estabeleceu uma "doutrina" baseada em que transcorreria indeterminado prazo até aos árabes prepararem-se à confrontação. O AMAN produziu estimativas, prevendo conflitos entre 1975/1976.

Em 1972

Reduziu-se o orçamento da Defesa, por cinco anos, em cinco milhões de Libras Israelenses.

1972

Avaliava-se que, sem uma abordagem político-diplomática israelense mais dinâmica, os árabes guerreariam objetivando resolver a questão dos territórios ocupados em 1967.

Abril de 1973

A Inteligência detectou efetivos do Exército egípcio movimentando-se no Suez.

Levantaram-se outros dados:

- a) Mobilizou-se a defesa civil;
- b) Realizaram-se campanhas para doação de sangue;
- c) Implementou-se "black out" nas cidades próximas ao Canal.

29 de setembro de 1973

Guerrilheiros palestinos seqüestraram um trem, na fronteira tcheco-austríaca, conduzindo judeus da ex-URSS para Israel, cuja atenção foi desviada.

3 de outubro de 1973

Detectou-se o início de manobras militares egípcias próximas ao Suez; na região de fronteira com Israel, tropas sírias se movimentavam.

5 de outubro de 1973

Detectou-se o exército egípcio desdobrando Forças no Canal de Suez, em níveis nunca observados.

5 de outubro de 1973

Convocou-se uma reunião do Gabinete e do Estado-Maior israelenses. O Chefe do AMAN mencionou pequena possibilidade de guerra.

6 de outubro de 1973

Contradizendo-se, o Chefe do AMAN informou ao Gabinete que tropas inimigas se movimentavam para atacar Israel às 18h.

Decretou-se mobilização geral e alerta estratégico.

Em contrapartida, os **árabes** realizaram, como cobertura ao ataque, exercícios militares na fronteira entre o Egito e Israel. Este plano foi bem sucedido, pois a Inteligência israelense atribuiu à movimentação, que na realidade indicava ofensiva iminente, caráter de adestramento.

Executaram-se exercícios reais, em 1972 e abril/maio de 1973, que geraram desatenção israelense em outubro de 1973.

Escolheram-se os feriados de **Yom Kippur** (judeu) e **Ramadan** (muçulmano), como data ideal à ofensiva. Foi uma cobertura adicional.

Seismesesantes daguerra, centralizaram-seplanos de dissimulação no Ministério da Guerra egípcio que estudavam o pensamento e a doutrina israelenses, buscando esforços de desinformação.

Analisaram-se:

- a) Excessiva autoconfiança israelense;
- b) Crescente crença na diferença cultural e tecnológica;
- c) Certeza na incapacidade da liderança árabe de decidir a atacar;
- e) Falta de unidade do mundo árabe.

Os árabes asseguraram a veracidade de falsas suposições.

Em 28 de setembro de 1973, seqüestraram três judeus soviéticos na Áustria, cujo Governo fechou um centro de triagem de imigrantes judeus em troca dos reféns. Houve cobertura jornalística mundial, obrigando Golda Meir a viajar à Áustria, negociando até 4 de outubro de 1973.

O discurso político de Al-Sadat, quatro dias antes do ataque, era ambígüo, pois se pronunciara, em 2 de setembro de 1973, na Conferência dos Países Não-Alinhados, pela solução pacífica à crise no Oriente Médio. Havia um contraste entre proposição e maciça ofensiva desencadeada em 6 de outubro de 1973.

Desde 1967, a mídia internacional acompanhava estremecimentos, factuais ou fictícios, entre Egito e URSS. Em 6 de outubro de 1973, o AMAN considerou essa tensão constante como causa da evacuação dos dependentes dos assessores soviéticos da Síria e do Egito.

Como os egípcios elaboraram um plano de desinformação tão complexo e eficaz? Especialistas soviéticos auxiliaram.

O plano desinformava não só israelenses, mas norte-americanos e árabes. Israel interrogou diversos militares capturados. Noventa e cinco por cento dos soldados egípcios souberam da guerra em 6 de outubro de 1973. Dentre dezoito coronéis capturados, cinco souberam do ataque em 4 de outubro de 1973. Os demais apenas na manhã de 6 de outubro de 1973.

As rotinas diárias egípcias continuavam inalteradas, pois soldados pescavam e passeavam sem capacetes, no Suez, como se nada acontecesse. Na verdade, nem sabiam o que ocorria.

Durante os preparativos para o ataque árabe, havia indicadores preocupantes à Inteligência israelense, que captou informações detalhadas sobre iminentes acontecimentos. Entretanto, como planejado pelos egípcios, quando os fatos realmente aconteceram, foram ignorados, pois foram duplamente disfarçados.

Em 1969, Nasser lançou uma campanha no Canal de Suez chamada "Guerra de Atrito", que terminou pela coordenação norte-americana de cessar-fogo.

Sadat insistia para que Israel desocupasse os territórios por meios diplomáticos, enquanto preparava tropas para guerrar.

A ONU propôs a Israel retirar-se dos territórios ocupados. Israel se negou.

Os EUA foram criticados pela comunidade internacional por ajudar Israel.

A URSS apoiara e ressuprira as Forças egípcias contra Israel anteriormente. Sabia que o Egito se fortificava para a guerra, mas subestimou o compromisso de Sadat de não usar Forças militares contra Israel.

Nem Washington nem Moscou conheciam as diferenças políticas entre os egípcios e sírios. Embora o objetivo final dos árabes fosse reconquistar seus territórios, Sadat fortalecia as FFAA, enquanto iniciava o processo diplomático.

Ademais, Al-Assad não pretendia reconhecer as legitimidades israelenses. Ao contrário de Assad, Sadat empenhava-se em afastar a política externa egípcia da URSS e aproximar-se dos EUA. Com as crescentes pressões econômicas domésticas, Sadat julgava os EUA, não a URSS, um aliado de longo prazo.

Apesar destas diferenças: frustração mútua e impaciência com a situação diplomática, Sadat e Assad planejaram atacar secretamente. Ambos concentravam-se em interesses nacionais particulares, não em questões como West Bank, Jerusalém e a questão palestina. Enfim, **planejaram** a guerra sem OLP e Jordânia.

O Egito **planejou** superar as fortificações israelenses ao longo do lado leste do Canal, chamada linha Bar-Lev, que Israel acreditava ser impenetrável.

2. Campanhas Militares

Em 6 de outubro de 1973, Egito e Síria atacaram Israel.

O plano militar de atacar no feriado de Yom Kippur, dia mais santo do calendário judeu, foi perfeito, pois os cidadãos israelenses estavam nas sinagogas, a rádio nacional fora do ar, o povo bemhumorado e relaxado. Israel foi surpreendido pelos ataques coordenados e simultâneos: ao norte (Síria) e ao sul (Egito).

O MOSSAD descartara a probabilidade de um assalto das Forças árabes e o efetivo militar israelense não estava completamente pre-

parado para a guerra. Os exércitos de Sadat rapidamente cruzaram o Canal de Suez.

No início, Síria e Egito poderiam ter infligido danos maiores ao Exército de Israel e lhe tomado mais territórios. Nessa fase, Israel acionou a **Operation Joshua**. Contudo, ambos os exércitos falharam em não aproveitar: vantagem inicial, falta de prontidão de Israel e perdas iniciais israelenses.

Comunicações irregulares e não acuradas entre Cairo e Damasco e entre Moscou e essas capitais árabes inibiram sucessos militares adicionais.

O planejamento de Sadat estabelecia pontos de resistência para garantir posições ao longo da linha Bar-Lev. Ciente do limitado poder de fogo de seu exército, não ordenou uma ofensiva no Sinai, onde os israelenses tinham FFAA. Contrariamente, ele planejou tomar uma pequena faixa de terra ao longo da extensão a leste de Suez. Entrementes, a Síria avançava pelas Colinas de Golan.

Israel lançou uma contra-ofensiva sobre o Egito, cruzando o Canal de Suez, avançando pelo território inimigo e cercando o Terceiro Exército Egípcio. Ao final da guerra, Forças israelenses haviam avançado para posições a 100km da cidade do Cairo e 40km de Damasco. Contudo, Israel não vislumbrou qualquer razão política para ocupar as duas capitais. Nesse caso histórico, a ONU desempenhou, mais uma vez, papel de orgão limitador de que a guerra tendesse àquele epítome da teoria clausewitziana: a "Guerra Absoluta".

Na segunda quinzena de outubro, Israel havia mobilizado suas tropas e lançado uma série de contra-ataques nas duas frentes de batalha. Apesar das perdas humanas iniciais, Israel retomou o território que a Síria capturara, passando a fronteira e posicionando Damasco ao alcance da artilharia.

CONCLUSÃO

"This is the end of the Third Temple."
(Atribuída a Moshe Dayan durante a "Yom Kippur War")

A "Guerra de Outubro" ratificou, de uma vez por todas, a superioridade israelense no Oriente Médio. Egípcios e sírios "surpreenderam" Israel, que reverteu a situação, mesmo porque, ser derrotado poderia significar o fim do Estado Judeu.

Primeiro, delinearam-se origem, causas, evolução, as três guerras anteriores à do Yom Kippur e enfatizou-se a importância geopolítica da região.

Depois, relacionaram-se medidas de segurança dos beligerantes, ações da ONU e limitadoras nuanças do DICA. Demonstraram-se as fases de mobilização, logística e desmobilização.

Abordaram-se os CG ameaçados, baseando-se na teoria de Warden III, e destacou-se a influência do Poder Aéreo. Relacionaram-se as teorias de guerra pertinentes às operações militares.

Nenhum estudo sobre evolução do Poder Aéreo e Superioridade Aérea pode ser considerado importante e completo se não compreender a análise da Guerra do Yom Kippur, que definiu novas táticas e estratégias para o uso dos vetores aéreos.

No conflito, evidenciaram-se os seguintes ensinamentos colhidos:

- Manifestação das leis da semelhança e remanescência;
- Tecnologia de ponta e doutrina de emprego são preponderantes à vitória na guerra;
 - Necessidade de um Sistema de Inteligência eficiente e fidedigno;
- Relevância da Superioridade Aérea no conflito convencional moderno;
- Ineficácia do "guarda-chuva" de mísseis árabes (à semelhança da Linha Maginot);
 - Importância do apoio externo de aliados (grandes potências mundiais);
 - Forças Armadas bem doutrinadas e adestradas ao pronto-emprego;
 - Imperiosa atuação da ONU na recondução da paz.

Ademais, às expressões do Poder Nacional dos beligerantes resultaram:

No campo psicossocial

Israel firmou-se na região, elevando o moral do povo e das FFAA, que venceram um conflito caracterizado pelo revés inicial.

Na área científico-tecnológica

Os beligerantes acessaram novos equipamentos provenientes das superpotências, que tinham interesses nos acontecimentos e naquela posição geopoliticamente importante.

Na esfera política

Israel impôs uma posição de negociação com os árabes, conquistando novos domínios e corroborando a divisão da Guerra Fria. Em 1977, Egito e Israel assinaram um acordo de cessar-fogo, em *Camp David*, aproximando árabes e judeus, o qual se comprometia a devolver o Sinai ao Egito. Influenciou o meio econômico, aumentando o preço do barril de petróleo numa crise de proporções globais. Os árabes formaram uma nova unidade, visando conquistar o poder pelo domínio das maiores reservas petrolíferas do mundo.

Na expressão militar

Confirmou-se a supremacia de forças e táticas israelenses, de suprimento norte-americano e a ineficácia dos mísseis soviéticos frente a uma capacidade militar israelense e em face de doutrina de emprego altamente precisa e adaptável às circunstâncias de um novo contexto do conflito armado.

Enfim, apontar vitoriosos ou derrotados nas Guerras Árabe-Israelenses é enfatizar as proféticas palavras de David Ben-Gurion: "os árabes podem perder muitas guerras; Israel precisa perder só uma para sair do mapa".

GLOSSÁRIO

Estatura Político-Estratégica

É o conjunto de seus atributos que são percebidos e reconhecidos pelas demais Nações, e que definem o nível relativo de sua participação e influência no contexto internacional. (ESG, 2004).

Guerra Fria

Conflito que abrange todas as ações, não caracterizadas como guerra, limitada ou geral, que podem ser usadas na luta pela hegemonia entre nações ou coligações de nações. (EAOAR, 2004).

Lei da Remanescência

Os conflitos anteriores influenciam a fase inicial de uma nova guerra, determinando ações e reações baseadas em operações do conflito antecedente. (Álvares, 1973).

Lei da Semelhança (ou da Similitude)

Apesar da evolução técnica, os conflitos sucessivos conservam determinadas constantes observadas em guerras anteriores. A guerra mantém-se fiel a si mesma. (Álvares, 1973).

ANEXO A - Fundamentos do Poder Nacional

PODER NACIONAL					
	EXPRESSÕES				
	POLÍTICA	ECONÔ- MICA	PSICOSSO- CIAL	MILTAR	C & T
Homem	Povo	Recursos Humanos	Pessoa	Recursos Humanos	Recursos Humanos
Terra	Território	Recursos Naturais	Ambiente	Território	Recursos Naturais e Materiais
Instituições	Instituições Políticas	Instituições Econômicas	Instituições Sociais	Instituições Militares	Instituições C&T

Fonte: Escola Superior de Guerra (ESG), Manual Básico, v. 1, Rio de Janeiro, 2005.

APÊNDICE A – Atores do conflito

ATORES DIRETOS			
Israel	Egito - Síria		
ATORES INDIRETOS			
Estados Unidos	URSS, Palestina		
Inglaterra	Jordânia, Iraque		
França	Marrocos, Arábia Saudita		
ATORES NEUTRAIS	ONU		

APÊNDICE B – Equilíbrio de poder

CATEGORIA	Síria	Israel	Egito
PESSOAL MOBILIZADO	**	Shovach Yonim **	800.000**
CARROS DE COMBATE	1.500	****	2.200***
AVIÕES E HELICÓPTEROS	317	476****	660
SAM (2,3,4,6 E 7)	34 a 37/584 a 692*	-	132/1.372*

Adaptado da apostila intitulada "A Guerra do Yom Kippur – Operações Aéreas", da ECEMAR, 1983; e da apostila intitulada "Operações Aerotáticas – A Guerra do Yom Kippur", da ECEMAR, 1983. As informações sobre carros de combate foram adquiridas no livro "Makers of Modern Strategy", de Peter Paret, Princeton University Press, 1986, que foi traduzido pela Bibliex em 2003, p.437.

- (*) O primeiro número diz respeito aos batalhões, o segundo aos lançadores de SAM.
- (**) Esta era a estimativa do total de tropas militares árabes. Só o Comando de Defesa Aérea Egípcio somava cerca de setenta e

cinco mil homens. Israel dependia do acionamento, em 72 horas, do plano *SHOVACH YONIM*, porém o Estado Judeu nunca havia se desmobilizado para a guerra desde o seu nascimento, em 14 de maio de 1948.

(***) À página 439, Paret cita uma cifra que teria variado entre 2.000 a 2.200, sendo que os egípcios teriam perdido 2.000 ao final do conflito.

(****) Segundo Paret, Israel perdeu apenas 115 aeronaves, das iniciais 500. Em contrapartida, a Síria e o Egito ficaram privados, cada um, de cerca de 250 aeronaves, a maior parte em combates aéreos.

(*****) As fontes variam entre os autores, porém o apoio dos EUA, fornecendo carros de combate a Israel, foi essencial.

APÊNDICE C - Quadro Comparativo de Mísseis

PAÍSES	MÍSSEIS	ALCANCE	PRECISÃO	
Israel	Gabriel	Menor que STYX (equivalente a 2)	Maior que STYX	
Egito - Síria	STYX	Maior que Gabriel (equivalente a 5)	Menor que Gabriel	

APÊNDICE D - Quadro Comparativo dos Princípios de Guerra

Princípios	ESTRATEGISTAS				
de Guerra	SUN TZU	MUSASHI	CLAUSEWITZ*	DMD	DCA 1-1
a) Objetivo	VI-17 I-16 I-10			F	p. 26
b) Ofensiva	II-6 VII-12 e 13	p. 88**		G	p. 26
c) Segurança	VII-10 e 11 VII-19			I	p. 27
d) Surpresa	VII-12 I-26	p. 88**		L	p. 28
e) Massa	III-27			Α	p. 29
f) Economia de Forças	XI-41			С	p. 29
g) Cooperação					p. 30
h) Simplicidade	VII-5			J	p. 31
i) Unidade de Comando	VII-18 (comunicação) V-1 V-2 VIII-3 (cooperação) XI-38 (cooperação) XI-39 (cooperação			В	p. 31
j) Exploração	IV-13			D	***
l) Manobra	VII - 2,3,5,12 e 16 VII-13 VI-5			E	
m) Prontidão	VII-19 VIII-16	p.88 **		Н	***
n) Moral	II - 16, 17, 19 e 20 VII - 20, 22, 23 e 28			М	-

- (*) O presente trabalho abordou o assunto em páginas anteriores, porém vale ressaltar as considerações de autores e intérpretes de Clausewitz a respeito de como o general prussiano encarava com ceticismo os dogmas e as leis de guerra. A resposta é evidente: Clausewitz entendia a guerra muito mais como arte do que como ciência. Então, como uma homenagem póstuma ao grande estrategista e teórico da guerra, o grupo abstém-se de registrar os princípios, os quais, segundo FÜLLER (p. 71), podem ser encontrados na obra de Clausewitz: Massa, Objetivo, Economia de Forças, Concentração de Forças, Surpresa, Segurança e Mobilidade.
- (**) O "Pisar na espada" engloba tanto prontidão (o tempo de reação adequado à ameaça) e surpresa quanto ofensiva, que é o cerne do pensamento de Musashi.
- (***) A vigente DCA 1-1 contempla os princípios da exploração do êxito e da prontidão.

O autor é Tenente-Coronel-Aviador, mestrando da Universidade Federal Fluminense no Curso de Pós-Graduação em Ciência Política. Atualmente é Adjunto da chefia da Coordenadoria de Pós-Graduação da Universidade da Força Aérea.

A FAB no Brasil Central

Pasqual Mendonça Orlando Vilas Boas ("In memoriam")

Apesar de o descobrimento ter acontecido em 1500, 450 anos depois o Brasil ainda arranhava o litoral. Apenas modestas incursões pelos rios navegáveis. O grande Planalto Central ainda era inacessível.

As sobras de guerra e novos desenvolvimentos permitiam longos vôos pela Aviação Comercial. No Brasil, entretanto, perdia-se tempo, as rotas aéreas, por questão de apoio e segurança, costeavam o litoral. Lysias Augusto Rodrigues já conseguira estabelecer uma rota aérea pelo Rio Tocantins ligando o Rio de Janeiro a Belém. Todavia restava uma ligação mais direta com Miami. O desafio era Manaus-Rio de Janeiro, por uma rota que dispusesse de radiofaróis balizadores e campos de pouso para o caso de emergência. Serviriam ainda para a ampliação das Rotas do CAN (Correio Aéreo Nacional).

Se para Belém, o caminho foi desbravado, inicialmente por ferrovias, caminhões, a cavalo, por canoas, e pôde contar com o auxílio dos incipientes povoados na construção dos campos de pouso, ali não havia nada: nem gente, ou melhor, gente havia, mas eram indígenas totalmente desconhecidos e nada pacíficos.

Na direção do Brasil Central, o Brasil acabava em Aragarças.

Eduardo Gomes, então Diretor de Rotas Aéreas, diante de um mapa do Brasil, daqueles que trazia na região do Planalto Central a inscrição em inglês "unknown land", procurava determinar os locais onde seriam abertos os campos de pouso. A escolha recaía em pontos que facilitassem o apoio aos aviões da época.

A partir de Aragarças, na direção Manaus, um ponto no Rio das Mortes; **Xavantina**, um ponto no Rio Xingu; **Campo do Jacaré**, um ponto no Rio Tapajós; **Jacareacanga**. Entretanto a distância entre Jacareacanga e o Campo do Jacaré (Xingu) era muito grande; precisava de um campo intermediário. Um palmo para lá, um palmo para cá e, assim, foi marcado um ponto no território desconhecido.

No trecho seguinte relato mais as palavras de Orlando Villas Boas, em memorável entrevista de ensino na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica, no ano de 1986:

"Este ponto, na Serra do Cachimbo mostrava-se inacessível por rios ou picadas—era território habitado pelos bravios Kreocaras. Optou-se pelo meio aéreo. No ano de 1950, dois pilotos da FAB (João Carlos Oliveira e José Leal Neto (Orlando a bordo) fazem uma primeira aproximação num local onde houvera uma queimada. Apenas tocam o solo com as rodas de seu avião para verificar a consistência. Leal Neto retorna, desta vez com um Stinson. A altura da serra e a umidade provocam gelo no carburador. Com o motor rateando, o piloto tenta um pouso de emergência e capota sua aeronave nas proximidades do local escolhido (Orlando, como passageiro, participou da capotagem). Melhora-se o terreno e seguem-se os pousos de um Nordwin e de um Fairchild. Finalmente, em 18 de outubro de 1950, pousa um C-47 com os Tenentes Ageu e Décio Leopoldo de Souza".

Na mesma época, em Berlim, quando ocorria a Ponte Aérea da Guerra Fria, iniciávamos, também, a nossa Ponte Aérea. Pelos céus cruzavam *Catalina*, *Douglas*, *Beech* e tantos outros. A pista, os prédios, o radiofarol, a hidroelétrica, tudo feito principalmente pela vontade dos homens, nas asas dos aviões.

No mundo, as aeronaves sempre seguiram as populações. Terá sido o Brasil aonde, no desbravamento, primeiro chegaram os aviões?

Certa vez, numa missão do CAN, no Posto Leonardo (sede administrativa do Parque Nacional do Xingu), depois de descarregada a aeronave, enquanto os mecânicos preparavam-na para o pernoite, caminhamos pelo campo de pouso, Orlando, eu e um séquito de índios. Orlando fez o comentário que sintetiza a integração nacional propiciada pelo CAN e que ainda emociona a todos os que viveram a epopéia do Correio:

- Mendonça... Aqui recebo cientistas do Brasil e do exterior, e um deles me relatou que, nesta pista existe capim do Nordeste, da Amazônia, dos pampas gaúchos, de todas as partes e até de alguns lugares do exterior. Suas sementes foram trazidas nas rodas dos aviões da FAB.
- PS Orlando (o maior antropólogo brasileiro sem diploma), leve a admiração daqueles que, em sua companhia, nas margens do Tutuari, aprenderam muito sobre os índios. Que Watsim o acolha no Morená e nos vejamos em um próximo Quarup!

O autor é Coronel-Aviador da Força Aérea Brasileira.

Brasil – Registros de uma Caminhada

Sérgio Xavier Ferolla

Nosso País iniciou sua caminhada histórica com a vinda da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, cerca de 300 anos após a descoberta oficial por Pedro Álvares Cabral. Até então o Brasil não passava de uma vasta e desconhecida colônia, ambicionada por aventureiros das mais variadas paragens, por suas terras e clima dadivosos e, em especial, por se ter tornado o continente sul da América, grande fornecedor de gemas e metais preciosos, proporcionando uma vida faustosa e de riquezas desmedidas na nobreza ibérica.

Sob a guarda da Armada britânica e refugiando-se de uma situação bélica ameaçadora, frente à iminente invasão de Portugal pelos exércitos de Napoleão, aqui aportou, em 1808, uma grandiosa frota de naves cargueiras trazendo, além de jóias e utensílios pessoais, a Rainha, o Príncipe Regente D. João VI, todos os familiares e o alto escalão do Império Português. Instalada a Corte na nova sede do Império, cuidou D. João, Príncipe Regente de Portugal, das indispensáveis providências de organização administrativa, criando instituições que permanecem atuantes até aos dias atuais, como a Casa da Moeda, a Imprensa Nacional e a Suprema Corte Militar e de Justiça, atual Superior Tribunal Militar.

Com o Império português colocado na situação de grande devedor da Inglaterra, eram-lhe impostas regras comerciais e alfandegárias, também extensivas às suas colônias, como o Brasil. Acordos perniciosos como o Tratado de Methuen, de 1703, abriam o mercado de Portugal aos produtos têxteis ingleses. Como decorrência, todo o Império tornou-se mercado consumidor dos produtos ingleses, liquidando a indústria em Portugal e vetando a existência de fábricas no Brasil, proibido de produzir quaisquer tipos de tecidos. Restou liberada na colônia, apenas, a fabricação de sacos de estopa, que serviriam à embalagem dos produtos destinados ao mercado europeu.

Foi dessa época a violenta e criminosa repressão aos esforços e iniciativas pioneiros de patriotas como Delmiro Siqueira que, sonhan-

do com dias mais justos para seus conterrâneos nordestinos, ousou implantar, às margens do Rio São Francisco, moderna indústria destinada à produção de linhas para costura, enfrentando o então monopólio das linhas "Corrente", importadas da Inglaterra.

Com a omissão conivente das autoridades nacionais, a fábrica de Delmiro foi destruída e, ainda hoje, os descendentes de seus antigos trabalhadores, ali residentes, veneram sua memória e sua obra de grande significado tecnológico/industrial e social, em um museu na cidade que recebeu o seu nome.

A esse período seguiu-se a escravidão negra, forma covarde e lucrativa para a produção agrícola, destinada ao suprimento da metrópole, como a cana-de-açúcar, o cacau, o café e outras especiarias de interesse do mercado exterior. Com a abolição da escravatura, a busca por novos trabalhadores motivou a imigração de crescentes contingentes de mão-de-obra estrangeira, destinada às atividades agrícolas, resultando numa inigualável miscigenação de raças e culturas, que se reflete no perfil e na grandeza da atual gente brasileira. Nesse contingente se inseriram artesãos e técnicos qualificados, que deram início à produção local de variados itens em metal e madeira, primeiros passos para o diversificado parque industrial hoje ostentado pelo Brasil.

Apesar de já terem decorridos dois séculos da transformação do nosso País, de simples colônia, em sede de portentoso império, marco da mais elevada significação na História nacional, ainda persiste uma luta de poucos e destemidos cidadãos, buscando despertar, na população, objetivos e sentimentos de nação soberana, em todos os setores de interesse da sociedade e muito além das patrióticas manifestações das competições esportivas.

Esse esforço vem sendo obstaculizado por interesses particularistas e pressões além-fronteiras, que buscam perpetuar uma cultura colonial e dependente. Para tal, valem-se dos recursos da mídia e dos instrumentos da cultura alienígena, tendo como alvo preferencial a parcela mais bem aquinhoada da sociedade e que usufrui das políticas em benefícios de poucos. Alienados, aceitam de forma conivente a persistência de uma injusta distribuição de riquezas, que cada vez mais acentua as distorções e a injustiça social, em nosso abençoado e querido País continente.

O Governo do Presidente Geisel deu provas da importância de serem assumidas posturas soberanas, sem que isso signifique o rompimento de sadias relações comerciais e diplomáticas com a comunidade de nações, desde que respeitados os sagrados direitos de autodeterminação, inerentes a todos. Ao Estado coube incentivar setores estratégicos, ainda fora do alcance e interesse de grupos nacionais privados, implementando Programas como o Nacional do Álcool e o Nuclear, bem como impulsionando as grandes empresas que hoje projetam nosso País no cenário internacional, como a agroindústria e o setor sucroalcooleiro, a Vale, a Petrobrás e a Embraer, dentre muitas outras.

A Constituição de 1988 buscou consolidar alguns princípios de salvaguarda dos interesses e da integridade do Estado brasileiro, mas valendo-se do regime democrático e da troca de benesses no Congresso Nacional, lideranças submissas e comprometidas com grandes grupos internacionais conseguiram derrubar importantes limitações constitucionais, abrindo o País e expondo as empresas brasileiras à voracidade do poder econômico. A predatória onda do neoliberalismo teve início no Governo Collor e atingiu seu ápice nos dois mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

No tocante às Forças Armadas, após duas décadas de total envolvimento, impedindo que ações subversivas contaminassem o ambiente castrense, abalando os princípios da hierarquia e da disciplina, além de perturbarem a tranquilidade da família brasileira, persiste um comportamento apático e, muitas vezes, controvertido, frente às novas ameaças do mundo globalizado, bem diversas das pregações ideológicas disseminadas pela, então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e seus agentes.

Uma nova postura dos cidadãos fardados, perante a sociedade, resultaria na correta avaliação dos resultados da luta que livrou o Brasil de grupos guerrilheiros capazes de isolar áreas do território e promoverem atividades criminosas, além de escravizarem a população para seus objetivos de lucro e poder, como ocorre, por exemplo, na Colômbia.

Como guardiãs do Estado e posicionados acima de quaisquer orientações de política partidária, é esperado, dos Comandantes militares, especial esforço para superar, no seio da tropa, alguns estigmas e

radicalizações resultantes do enfrentamento ideológico e armado contra os agentes do comunismo nas décadas de 60 e 70.

Estudos e debates, nas escolas de Estado-Maior, sobre temas de interesse da nacionalidade, mostrariam consciente participação nas preocupações e aspirações da família brasileira, bem como analisar, com isenção, as razões de alguns ressentimentos, na faixa mais intelectualizada da população, em relação à Revolução de 64.

Por outro lado, estão a merecer, de civis e militares, considerações sobre a influência de acontecimentos paralelos nos bastidores do meio político, pois enquanto as Forças Armadas se dedicavam à desgastante missão de se opor às ações de grupos que ameaçavam a integridade do Estado, manobras bem mais sutis eram implementadas, visando abafar sadios sentimentos nacionalistas, naqueles que vislumbravam pretensões de dominação econômica e cultural por parte do "grande irmão do norte" e seus parceiros.

Para o bem do País e a união da família brasileira, é preciso considerar que fatos dessa natureza já pertencem ao passado e, com a queda do "Muro de Berlim", iniciou-se o desmoronar do temido bloco de nações do Leste europeu. Com a independência dos muitos países aprisionados pela conhecida "cortina de ferro", muitos já integram a portentosa União Européia, sólido centro econômico e industrial. Acentua-se, em todas as regiões do globo, uma tendência de formação de blocos econômicos e comerciais, dando origem a um ambiente multipolar, cuja evolução a Humanidade acompanha e os Estados participam, buscando posicionar-se num novo contexto, ainda indefinido.

Com o desmoronamento do Império Soviético, a própria Rússia, libertando-se das amarras do partido único e de seus poderes ditatoriais, esta integrada na economia mundial, participando, inclusive, como membro convidado, das reuniões do G-8. Por outro lado, os Estados Unidos, com seu poderio econômico e militar, têm afrontado a soberania de muitas nações livres, contrariando princípios e direitos dos cidadãos consagrados pela ONU.

Nessa nova conjuntura, o Brasil tem liderado, juntamente com a Rússia, China e Índia, em bloco conhecido como BRIC, disputas por novos mercados, com parcerias soberanas e vantajosas, mostrando novas alternativas à superada forma de dominação das potências econômicas e dos organismos internacionais, como o FMI, o BIRD, a OMC e o próprio Conselho de Segurança da ONU, criados para conduzir a Humanidade segundo os interesses dos poderosos. Em apoio ao BRIC se posicionaram outros 15 Estados, num megabloco chamado G-20, que luta para superar as barreiras que inibem o desenvolvimento.

O cenário mundial nos mostra que as novas ameaças não se vestem de vermelho e, muito pelo contrário, se apresentam sob disfarces de empresários, organizações humanitárias, veículos da mídia, políticos simpáticos e corruptos, enfim, inescrupulosos agentes dos interesses alienígenas, atuando na economia, na política e em muitas das organizações religiosas e não-governamentais que operam, livremente, dentro de nossas fronteiras.

Posição de alerta máximo deve ser assumida, em especial, contra a globalização financeira descontrolada, a subordinação passiva aos objetivos econômicos de grupos internacionais e apátridas, o fim das fronteiras geográficas e as investidas contra as reservas territoriais, ambientais e energéticas dos países considerados periféricos, pelo centro mundial de poder.

Não fazem mais sentido preocupações obcecadas com o fantasma do comunismo, já exorcizado, fazendo-se importante a união de esforços para se opor às novas e sutis ameaças que põem em risco a própria existência dos Estados nacionais. O estudo da História brasileira contemporânea e o complexo cenário internacional, bem diverso do período conhecido como "Guerra Fria", tornou-se tarefa essencial para aqueles que têm a responsabilidade de propor alternativas e defender, com sólidos argumentos, as importantes questões de interesse da nacionalidade.

Entre outras ações, como fazem os países industrialmente desenvolvidos, é chegada a hora de priorizar as soluções nacionais e incentivar o parque industrial de interesse dos produtos estratégicos e de defesa, superando os critérios de simples importação e o menosprezo à engenharia brasileira.

Um exemplo pedagógico, e que bem ilustra ensinamentos e benéficos resultados em projetos de vulto no campo militar, foi o Programa Conjunto acertado entre os governos do Brasil e da Itália, para o desenvolvimento e a fabricação do Caça bombardeio AMX. Em 1981, respaldados em Acordos diplomáticos e comerciais, o então Ministério da Aeronáutica, juntamente com a Aeronáutica Militar Italiana, fixaram os requisitos para o desenvolvimento e a fabricação da aeronave.

Esse modelo simples e, inexplicavelmente, pouco analisado e considerado, resultou num programa de sucesso, que viabilizou a modernização do parque industrial brasileiro nas mais variadas especializações tecnológicas. No entanto, apesar dos documentos formais entre os dois países parceiros no Programa, muitos equipamentos utilizados na versão italiana do AMX foram vetados ao Brasil. Nossos técnicos desenvolveram, com sucesso, a busca de novos fornecedores independentes e não sujeitos às barreiras impostas pelos Estados Unidos às suas empresas e a um vasto leque de fornecedores, mas esses bloqueios servem para mostrar o risco de serem empregados os escassos recursos do País na aquisição de verdadeiras "caixas pretas", passíveis de limitação em operações militares e com aspectos ainda mais perniciosos para os interesses nacionais, se considerados os reduzidos benefícios em termos de absorção de tecnologia e geração de empregos.

Associados a acontecimentos com tais características, impondo óbices, inaceitáveis, aos trabalhos da engenharia brasileira no campo espacial e dos armamentos, no domínio do ciclo de processamento do combustível, entre outros, as potências econômicas buscam usufruir do sucesso brasileiro na agricultura e na indústria, além de orquestrarem ações e mobilizarem suas empresas para se apropriarem de setores de grande significado estratégico, com ênfase nos energéticos nucleares e petrolíferos.

A crescente demanda por energia gera ganância sobre o nosso subsolo e capacitação tecnológica, pois o Brasil, por exemplo, além de possuir 309.000 toneladas de reservas de urânio, identificadas por trabalhos da empresa estatal Indústrias Nucleares do Brasil (INB), domina a tecnologia do enriquecimento.

Essa conquista, decorrente dos trabalhos da Marinha, dentro da busca de conhecimentos para reator de submarino nuclear, criou estratégica capacitação tecnológica e industrial no setor nuclear. O enriquecimento, em escala industrial, é realizado na INB, o que agrega enorme valor ao produto, caso seja decida pela exportação de excedentes. Para os atuais e futuros reatores, já considerados nos planos do

CNPE (Conselho Nacional de Política Energética), a empresa também fabrica os elementos combustíveis, significando mais agregação de valor ao produto final.

No momento atual, algumas mineradoras, inclusive estrangeiras, por meio do artifício das concessões, demonstram a intenção de produzir urânio para exportá-lo na forma mais primária (U3O8).

Aceitar esse modelo predatório do valioso patrimônio brasileiro, sob a ação de "lobby" junto ao Executivo e ao Legislativo, para a extinção do monopólio estatal do urânio significará o cerceamento das conquistas da tecnologia e da indústria nacional, permitindo que tais mineradoras abasteçam unidades de enriquecimento no exterior, para manter programas nucleares de países que não têm urânio, como França, Inglaterra, Japão, Alemanha, China e Índia.

As jazidas petrolíferas são outro setor estratégico a despertar gananciosos interesses. Aos seguidos recordes registrados pela Petrobrás na exploração dessas jazidas em águas profundas veio a descoberta de grandes depósitos de hidrocarbonetos na região do Pré-Sal, uma formação geológica até então pouco considerada pelas grandes empresas mundiais e localizada a cerca de seis quilômetros abaixo da plataforma terrestre, sob uma lâmina d'água de dois quilômetros. Com estimativa de concentrar mais de 80 bilhões de barris de óleo e gás, essas jazidas transformarão o Brasil em potência energética mundial, por se associarem a uma inigualável capacidade da agroindústria nacional, para produzir combustíveis alternativos, com o uso da biomassa.

Contra essa realidade irreversível, capaz de colocar o Estado brasileiro com forte poder de negociação e com recursos para eliminar as distorções e assimetrias que tanto afligem boa parcela da sociedade, mobilizam-se grandes grupos de interesse, tentando pressionar o Governo para que libere essas reservas para a exploração pelas empresas internacionais do setor de petróleo, com base no predatório modelo que vem sendo empregado pela ANP (Agência Nacional do Petróleo), organizada sob influência dos princípios neoliberais constantes da cartilha do "Consenso de Washington".

As jazidas do Pré-Sal, localizadas na faixa litorânea entre o Espírito Santo e São Paulo, exigirão da Marinha e da Força Aérea, em especial, mobilização de meios para a defesa das instalações de exploração

e produção, pois as ameaças começam a mostrar suas garras, tendo os EUA reativado sua Quarta Frota com o deslavado argumento de emprego em lutas contra o terrorismo e ações sociais no Atlântico Sul.

A previsível exaustão dos hidrocarbonetos, agravada pela agressão causada ao meio ambiente com a queima de combustíveis fósseis e o irreversível crescimento de muitas nações emergentes, exigindo maior suprimento de energia, demonstram que as considerações sobre o significado das fontes de energia estão a merecer especial atenção no planejamento das ações militares, uma vez que a demanda por energéticos tem motivado guerras e tragédias sociais em várias regiões do globo. A denominada geopolítica do petróleo, há mais de um século presente nos planos e ações das grandes potências industriais e militares, dará lugar, em futuro muito próximo, a uma nova "geopolítica do urânio", bem mais abrangente que o domínio dos artefatos militares.

A esse complexo cenário militar, comercial e político, se somam facciosas ações, com clara inspiração externa, buscando formas subliminares para enfraquecer a nação brasileira. Há muito o Brasil consolidou suas faixas de fronteira, mas nossas lideranças políticas, com poucas exceções, não atentam para as novas e sutis formas de desintegração, bem diversas das possíveis ameaças beligerantes de alguns atores internacionais.

Elas se apresentam sorrateiramente e ancoradas em pretensos benefícios para toda a Humanidade, com manobras para fragilizar os Estados nacionais que buscam exercer o merecido papel de ator no contexto das nações soberanas. Para tal, exacerbam os conceitos de proteção da natureza e das etnias ameaçadas e, ardilosamente, para inoculá-los nas mentes dos menos avisados, tais argumentos são inseridos nas agendas de certas lideranças e organizações sociais, muitas das quais, com sotaque estrangeiro.

Aberto o caminho para ações mais contundentes, formulam teses para criar antagonismos na família brasileira, como as diferenças raciais, as zonas de exclusão dentro do próprio Estado, a violenta politização das ideologias do "ambientalismo" e do "indigenismo", além da exacerbação da desobediência civil às leis e às regras em uma sociedade organizada.

A Amazônia, representando 51% do nosso território, pela pujança da sua biodiversidade, seus caudalosos reservatórios de água doce

e, acima de tudo, pelas jazidas minerais que repousam em seu subsolo, tem sido, historicamente, motivo de ambição internacional, havendo um farto repertório de inaceitáveis declarações de homens públicos estrangeiros, colocando a região como patrimônio da Humanidade.

Com surpreendente conivência e passividade dos poderes constituídos, áreas vastíssimas já foram segregadas do "contínuo" nacional por leis e concessões absurdas da obtusa burocracia brasileira, destinando-as a reduzidas etnias indígenas, inclusive em conturbadas regiões de fronteira, onde o Estado não se faz presente. Sob falsos conceitos de ampla Democracia e solidariedade internacional, o Governo possibilitou a proliferação de algumas ONG's e "missões religiosas", com interesses subalternos.

O presente debate sobre a controvertida demarcação da Reserva "Raposa Serra do Sol" é mais um lance dessas manobras sub-reptícias visando espoliar nosso patrimônio territorial. Segregando vasta área na fronteira com a Venezuela, que contém em seu subsolo volumosas reservas minerais de interesse estratégico, como o nióbio, essa região, ainda pouco explorada, propicia empregos e produção de alimentos para brancos e índios, representando significativa participação na economia do estado de Roraima.

Em bom momento, preceitos da legislação que vem respaldando os atos governamentais para a demarcação de reservas indígenas, especialmente em regiões de fronteira, estarão sob julgamento no Supremo Tribunal Federal, a quem caberá a última palavra sobre a correta interpretação dos princípios constitucionais ínsitos na Carta Magna. Para a decisão a ser prolatada pelos eminentes Ministros da Corte suprema estarão voltadas todas as atenções da nacionalidade, com renovadas esperanças de preservação do território nacional para os brasileiros.

Nosso País, pela grandeza de sua gente, vem superando os óbices que se interpõem à sua vitoriosa caminhada histórica, mas estão cada vez mais condizentes com a realidade do momento as palavras do Marechal Eduardo Gomes, ao alertar que "o preço da liberdade é a eterna vigilância". As solertes ameaças ao Estado brasileiro estão a exigir que as verdadeiras e patrióticas lideranças do nosso País compreendam o significado da formação de uma consciência nacional, capaz de contra-argumentar e reagir, se necessário, frente às pressões internas e, principalmente, externas, cada vez mais influentes no mundo atual.

Já em 1971, falando aos Estagiários da Escola Superior de Guerra, o então Embaixador do Brasil em Washington, Araújo Castro, enfatizava que "em várias oportunidades, nas Nações Unidas, perante a Assembléia Geral e perante o Conselho Econômico e Social, o Brasil tem procurado caracterizar o que agora se delineia, claramente, como firme e indisfarçada tendência no sentido do congelamento do poder mundial. E quando falamos de poder, não nos referimos, apenas, ao poder militar, mas também ao poder político, poder econômico, poder científico e tecnológico".

Em sua clara, soberana e patriótica manifestação, concluía esse grande expoente da nossa diplomacia, com uma mensagem premonitória sobre o futuro da nação brasileira, ao afirmar que "nenhum país escapa ao seu destino e, feliz ou infelizmente, o Brasil está condenado à grandeza. A ela condenado por vários motivos, por sua extensão territorial, por sua massa demográfica, por sua composição étnica, pelo seu ordenamento sócio-econômico e por sua incontida vontade de progresso e desenvolvimento. As soluções medíocres e pequenas não interessam ao Brasil. Temos de pensar grande e planejar em grande escala, com audácia de planejamento e, isto, simplesmente porque o Brasil, ainda que a isso nos conformássemos, não seria viável como País pequeno ou mesmo como País médio. Ou aceitamos nosso destino como País grande, livre e generoso, sem ressentimentos e sem preconceitos, ou corremos o risco de permanecer à margem da História, como povo e como nacionalidade".

Cumpre a todos os cidadãos, civis e militares, honrar a memória dos grandes líderes que nos legaram tão precioso patrimônio, mobilizando-se em defesa da Pátria, ameaçada por aqueles que buscam benefícios e interesses de toda ordem, mas em tempo algum, o interesse maior da sociedade brasileira. Com esforço e perseverança, prosseguiremos na gloriosa caminhada que o destino nos reserva, sendo essencial, frente às nossas assimetrias regionais e sociais, a presença e atuação dos agentes do Estado em apoio a uma sociedade organizada sob os preceitos da lei e da ética, não só na educação, na saúde e na segurança, mas também reprimindo a ação das pessoas e organizações que afrontam as regras da convivência social, o direito dos cidadãos e as instituições nacionais.

O autor é Tenente-Brigadeiro-do-Ar.

Força Aérea: Interdisciplinaridade e Formação para uma Liderança Pós-Moderna

Afonso Farias de Sousa Júnior

Introdução

Este ensaio é fruto de conversações, observações e leituras de temas voltados ao planejamento e à gestão estratégicos, às transformações nas Forças Armadas, à liderança no século XXI, à necessidade de guerreiros técnicos, educação e valores, desafios da globalização frente à Segurança Nacional e aos agentes secretos da mudança.

Desde o final do segundo embate bélico global que o mundo vem incorporando o planejamento e a gestão estratégicos como ferramenta de mitigação das incertezas nos ambientes corporativos e dos Estados. A cada dia que passa, essa ferramenta torna-se imprescindível no âmbito de corporações de sucesso.

Conduzindo esses processos de planejamento e gestão, encontra-se a figura do gestor habilitado para esse tipo de empreendimento, que não é apenas planejar e executar, mas transformar valores e cultura institucionais para acompanhar as novas demandas empresariais e combater as novas ameaças no que concerne à atuação do Estado. Para tanto, necessita-se mais de um líder do que de um executor de tarefas para implementar novos fluxos, processos e procedimentos que deixem a organização mais leve, mas sem fugir da missão essencial.

Assim, surge a idéia de formar e desenvolver guerreiros técnicos que pensem, planejem, organizem, comuniquem, dirijam, executem (ou façam executar), avaliem e controlem de forma integrada, coletiva, plural e interdisciplinar a transformação dos valores, da cultura e dos novos empreendimentos institucionais.

A criação de novos mercados, a cooperação multilateral, a inovação tecnológica (principalmente a criação de sofisticados sistemas

informatizados de planejamento, avaliação e controle, tanto na área bélica quanto na banda empresarial), as estratégias globais (e suas tendências), dentro e fora da lei, que afetam os planejamentos de defesa dos Estados e as necessidades de acompanhar essas inovações, por parte dos órgãos de Defesa, impõem novas condutas de construto intelectual e de conhecimento no preparo e na capacitação do combatente pós-moderno.

Como afirmam Pascale e Sternin (2005, p. 45-51), não se trata de invenções, mas de construção de mudança por meio de desvio, a qual privilegia a identificação e alavancagem de profissionais inovadores, a aceitação das idéias de baixo e a conseqüente promoção das próprias para cima, a promoção das idéias de dentro para fora e a base fundamental desse processo alicerçada nos pontos fortes da organização. Tudo isso para diminuir a distância social que costuma impedir a aceitação (ver Anexo A).

Concluindo esta parte introdutória, evidencia-se que o estudo está estruturado em duas partes: a) a primeira, sobre a educação e a interoperabilidade; b) a segunda refere-se às mudanças na Força Aérea – formação e educação continuada dos oficias da Aeronáutica.

Educação e Interoperabilidade

Foi depois do período medieval que as autoridades da época se deram conta de que educar pela ciência retirava o homem de suas crendices, pouco eficazes para o desenvolvimento humano e sócio-técnico, e o formava para um processo civilizatório voltado para uma melhor qualidade de vida e de arranjo social.

Uma observação constante em conversas com militares da FAB chama a atenção: a área de ensino não rende profissionalmente, isto é, não é bom permanecer nela, às vezes nem estar nela. Referem-se a ela como um portal para o estancamento, o início do fim. Nela a pessoa estaciona e a carreira esvai-se...

No enfoque de Machado (2000, passim), educar para a profissão é algo venerável. A idéia de profissionalismo pode vir a ser um antídoto para a crescente perda de sentido da atividade individual, reduzida apenas à busca de mais salário, numa espécie de **mercenarismo sem cau-**

sa. Riscos efetivamente existentes de desvios corporativistas devem ser enfrentados com discernimento e alma grande, não podendo diminuir minimamente a importância de um profissionalismo consciente.

Profissionalismo contrapõe-se, simultaneamente, tanto ao amadorismo como ao mercenarismo. O profissional professa sua competência e age em função dela regulado por valores permanentes e comprometido com o bem-comum. O atingimento dos objetivos coletivos é seu compromisso público maior.

O passado já foi, o futuro ainda não é, e o presente é de difícil expressão. O presente é enganador, pois se encontra em permanente movimento: ao se fixar nele, ele já se tornou passado e o ex-futuro já é presente. Daí insurgir uma pseudo-dicotomia, os tempos e conteúdo da cultura e da educação. A cultura estaria relacionada com o passado e o presente, a educação com o presente e o futuro. Mas isso é simplificação excessiva. Os projetos de transformação são sustentados por valores em transformação, mas não descartam o que se julga valioso. É como diz Machado (2000, p. 36):

Interoperabilidade – habilidade de diferentes tipos de computadores, redes, sistemas operacionais e aplicativos trabalharem integradamente e de forma eficaz, sem comando prévio e no sentido de trocar dados/informações úteis e significantes para todos os envolvidos no ambiente do grande sistema (IMPROTEO SOCIETY. Glossary, www.inproteo.com/nwgloshi.html);

Interoperabilidade – é conectar pessoas, informações e diversos sistemas. O termo pode ser definido tecnicamente ou em sentido amplo, considerando os fatores sociais, políticos e organizacionais (WIKIPEDIA – free encyclopedia, http://en.wikipedia.org/wiki/Interoperability).

... resulta que o presente, longe de ser um ponto fugaz em permanente movimento, é como uma espécie de "bolha", de intervalo na reta do tempo, que se estende para ambos os lados, incluindo simultaneamente tanto o passado quanto o futuro. O tamanho relativo de tal "bolha" depende do universo de significações que partilhamos, de ações que realizamos.

O mundo bélico atual insinua trabalhar sob o conceito de interoperabilidade, mas pouco se descreve sobre o momento em que nasce essa educação e a própria ação interdisciplinar. Os profissionais de hoje foram educados em padrões competitivos e individualistas, o que se contrapõe às características de cooperação e de aceitação do envolvimento coletivo-plural demandado pela interdisciplinaridade. Assim, de que forma se dá a interoperabilidade? É só intenção? Ou já se vive um estágio entre a *multiação* e a *interação*? Parece verdadeira a última questão.

Por outro lado e concomitantemente cresce a consciência da necessidade de organizar o trabalho escolar/acadêmico em torno de objetivos que transcendam os limites e objetos das diferentes disciplinas, o que tem contribuído para situar no centro das atenções a transdisciplinaridade. O conhecimento precisa estar a serviço da inteligência, e a transdisciplinaridade passa a significar o deslocamento do foco das atenções dos conteúdos disciplinares para os projetos das pessoas.

Dessa forma, percebe-se que o mundo tende a um ajuste e à elaboração de um arranjo que possibilite o crescimento de ambos: instituição e homem; cumprir a missão organizacional e permitir o desenvolvimento das pessoas como profissionais e como indivíduos.

Assim, como afirma Machado (2000, p. 131-33), é necessário repensar a própria concepção de conhecimento, incrementando-se a importância da imagem do mesmo como uma **rede de significações**, em contraposição e complementação à imagem cartesiana do encadeamento, predominante no pensamento ocidental. Ao lado do acentrismo (informações circulam pelos diversos *nós* sem a necessidade de uma irradiação central) e da metamorfose (permanente estado de atualização), a heterogeneidade (rede diretamente associada à idéia de interdisciplinaridade) é uma característica das redes de significações que constitui um natural convite ao trabalho interdisciplinar e, em dimensão futura, ao transdisciplinar.

A associação da vida a uma densa teia de significações, como se fosse um imenso texto, conduz a que a contextuação seja naturalmente relacionada a uma necessidade aparentemente consensual de aproximações entre temas acadêmicos e a realidade extra-escolar. Daí entenderse interdisciplinaridade, transdisciplinaridade ou transversalidade nos significados da contextuação (ato de referir-se ao contexto).

MUDANÇAS NA FORÇA AÉREA

Viver em 2008 exige entender as demandas sociais, culturais, econômicas, ambientais, políticas e institucionais que se apresentam na dinâmica dos espaços societários locais e globais.

Na Força Aérea não é diferente. Filhos de uma sociedade moderna que ruma para a pós-modernidade, seus militares são fruto da estrutura educacional e da sociopolítica vigentes, o que determina a dimensão cultural da instituição e aplica, de forma variada, os diversos climas e culturas organizacionais.

Desde a década de 1940 a Força Aérea forma e educa continuadamente os seus militares.

Hoje, nas diversas escolas particulares e públicas, essa característica impõe-se fortemente pela mercadização dos conteúdos e das estruturas educacionais. Mais ainda, evidencia-se, de forma difusa, a ideologização do ensino, uma doutrinação objetiva que pode estar visando fragilizar os fundamentos estatais, governamentais e familiares.

Pensar um novo modelo para influenciar eficazmente na instituição, por intermédio de concepção educacional que se enderece para as necessidades, interesses e aspirações institucionais e que esteja vinculado ao atingimento dos objetivos fundamentais do Estado é recomendável.

É dentro desse contexto que se propõe um novo modelo para educar continuadamente os oficiais da Força Aérea Brasileira para os cargos político-estratégicos a partir de 2035.

A proposta apresenta-se em duas dimensões:

- a) A formação acadêmico-militar;
- b) **A educação continuada** (pós-graduação dividida em três segmentos: especialização profissionalizante, mestrado profissional/acadêmico e doutorado específico).

Formação Acadêmico-Militar

A formação inicial na Academia da Força Aérea (AFA) restringir-se-á à formação militar e acadêmica do cadete da Aeronáutica

(Cadaer), o qual realizará o CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA AERONÁUTICA (CFOA).

Durante os três anos de Academia, o Cadaer **não terá** denominação específica (aviador, infante ou intendente), pois ele não estará sendo formado para uma especialidade, mas para uma profissão – **ser militar**. O que se quer nesse momento *é educar o homem para a atividade e para os atributos militares*, assim como moldá-lo, no sentido de forjar os líderes e desenvolver os gestores que sustentarão a Força Aérea nos dez primeiros anos de atividade profissional.

Atualmente, os cadetes (aviadores, intendentes e infantes) cursam a AFA por um período de quatro anos. Ao final do quarto ano, caso aprovados, são declarados aspirantes a oficial aviador, infante ou intendente.

Nesse tempo, todos os cadetes estudarão as mesmas disciplinas e realizarão os mesmos exercícios e testes militares. A finalidade maior é oferecer o embasamento teórico de gestão, o exercício prático da liderança e a formação do SER MILITAR dimensionado pela (e para a) FAB. Serão todos cadetes da Aeronáutica. A ênfase voltar-se-á para a educação integral do homem, objetivando alcançar o desempenho esperado das suas atribuições operacionais militares a contento, bem como internalizar os fundamentos da liderança e absorver as bases dinâmicas da Nova Gestão Pública, já em adoção pelo Governo Federal.

Sobre a estruturação das atividades militares e acadêmicas durante o CFOA, os próximos parágrafos versarão sobre o disposto na Tabela 1, abaixo.

Tabela 1: Tabela de Proposição de Percentual de Conteúdo Programático para o Curso de Formação de Cadetes da Aeronáutica (CFOA).

1º Ano % 2º Ano % 3º Ano %

1º Semestre Atv. Mil.3

Atv. Acad.4

70

30

Atv. Acad.

Atv. Mil.

70 30 Atv. Acad. Atv. Mil. 80 20 2º Semestre Atv. Acad. Atv. Mil. 50 50 Atv. Acad. Atv. Mil. 70 30 Atv. Acad. Atv. Mil. 80

20

Fonte: Sousa Júnior, Afonso Farias. Força Aérea: Interdisciplinaridade e Formação para uma Liderança Pós-Moderna. COMAER/2008.

O primeiro semestre do 1º ano, a título de sugestão, apresenta conteúdo programático que privilegia as atividades militares (70%). Para o segundo semestre, a atividade militar e a acadêmica estão equilibradas em 50% cada uma.

As **Atividades Militares** (Atv. Mil.) referem-se ao estudo da ética e dos valores militares, História Militar – com ênfase na Força Aérea, Leis e normas específicas, assim como os exercícios militares voltados à banda prática, como: tiro diurno e noturno, pára-quedismo, ordem unida, sobrevivência (mar e selva), caminhadas etc. Serão ministrados, para todos os cadetes, o que é a Força Aérea Brasileira (estrutura e missões), e outras informações julgadas relevantes para o conhecimento

dos Cadetes da Aeronáutica. Os percentuais de atividades constantes da tabela podem ser adaptados aos interesses da FAB.

As **Atividades Acadêmicas** (Atv. Acad.) referem-se às disciplinas do Curso de Formação de Oficiais da Aeronáutica (CFOA), as quais focarão a Gestão Pública e os sistemas (planejamento, execução, monitoração, avaliação e controle).

Os militares do futuro imediato serão profissionais que desempenharão suas atividades em campos virtuais, espaços cibernéticos e em intensa relação de conectividade. Iniciar o militar no tema Segurança e Defesa é saudável, pois ele atuará em prol desse binômio. Os percentuais de atividades constantes da tabela podem ser adaptados aos interesses da FAB.

Relativo aos dois semestres do 2º ano, as atividades acadêmicas são privilegiadas com 70% do conteúdo programático, enquanto as atividades militares ficam com 30%.

Referente ao 3º ano, ambos os semestres têm 20% do conteúdo programático voltado para a atividade militar e 80% direcionado para as atividades acadêmicas.

As orientações para a realização do processo de escolha das especialidades acontecem na primeira metade do segundo semestre do 3º ano. O Teste de Aptidão para a Pilotagem Militar (TAP-Mil) tem aplicação nesse momento, mas somente depois da realização dos exames médicos – providência tomada no início do primeiro semestre do 3º ano.

Frente às vagas apresentadas, por ordem de classificação, e depois de realizado o TAP-MIL, os cadetes farão as suas opções.

Para a aprovação no CFOA, o cadete, depois de aprovado nas disciplinas do 3º ano, apresentará uma monografia (conectando a fundamentação teórica adquirida ao longo do curso a um tema/assunto da Força Aérea) para avaliação final e, caso aprovado, estará apto a ser declarado ASPIRANTE A OFICIAL DA AERONÁUTICA.

Após serem declarados aspirantes a oficial, os aspirantes realizarão uma especialização na área escolhida (especialidade futura). Aqueles direcionados à Infantaria cursarão Engenharia de Segurança, os indicados para a Intendência serão especializados em Gestão Pública e aqueles endereçados à Aviação especializar-se-ão em Ciências Aeronáuticas, com foco na pilotagem militar.

As especializações terão duração de um ano letivo acadêmico e, ao final, os aspirantes seriam declarados segundos-tenentes em seus quadros específicos (aviadores, infantes, intendentes ou outros).

Importante notar que a classificação dos oficiais não seria por Quadro, mas sim por turma, o que neutralizaria as insatisfações e os entraves atualmente existentes.

Os oficiais que não lograrem êxito nas especializações poderão repetir (máximo de duas) as disciplinas reprovadas no ano seguinte e permanecerem ainda como aspirantes. Tão logo sejam aprovados eles serão promovidos nas datas previstas para o evento.

No caso da inaptidão para a pilotagem militar, o aspirante recorrerá às escolhas (segunda e terceira opção de especialidade) realizadas na ficha de opção de especialidade (entregue no Departamento de Ensino no início do segundo semestre do 3º ano). O militar em questão, então, já poderá cursar a sua segunda opção no ano em curso, desde que as disciplinas oferecidas não possuam pré-requisitos estabelecidos.

Caso o segundo semestre da especialização já tenha iniciado, o aspirante cursará a especialização somente no ano seguinte.

A Educação Continuada

Relativo à pós-formação, os primeiros-tenentes (no último ano do interstício) realizariam o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, os majores recém-promovidos fariam o Curso de Comando e Estado-Maior e os tenentes-coronéis (após três anos no posto) se submeteriam ao Curso de Política e Estratégia Aeroespacial, o qual seria requisito somente para a promoção a coronel.

Dentro do que está preconizado, vale frisar que é aconselhável direcionar 30% da turma (todos os Quadros) formada pela AFA para cursos de mestrado (após sete anos de serviço como oficial) e, posteriormente, doutorado (após dez anos de serviço), em nichos de excelência, nacionais e internacionais, tanto em âmbito civil quanto em ambiente militar. Esses cursos atenderiam as demandas institucionais – contemporâneas e futuras – da FAB em termos OPERACIONAIS e de PLANEJAMENTO E GESTÃO.

É extremamente salutar realizar esses cursos fora do âmbito da instituição, uma vez que essa atitude estreita laços e aproxima instituições, bem como pode potencializar futuros negócios do interesse da FAB ou de ambas as entidades/países. Mais ainda, desperta no profissional, e, por conseqüência, na instituição, um continuado endereçamento à cultura do binômio Segurança e Defesa, tão em voga nos países desenvolvidos, além de divulgar e inserir o tema DEFESA, na pauta da ACA-DEMIA. Já existem cursos específicos que especializam *analistas de defesa* nas cidades do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Campinas.

Essa dinâmica de formação de mestres e doutores visa construir uma cultura de idéias transformadoras e permanente atenção à mudança estrutural e funcional da instituição, sem fuga da missão, assim como sem perda da eficiência e da eficácia do seu negócio: a Defesa Aeroespacial.

A Escola Superior de Guerra (ou o INAD) seria a Unidade acadêmica responsável para continuar educando oficiais escolhidos para o generalato – preparando-os para o posto de brigadeiro. O Curso de Política e Estratégias Nacionais (CPEN) teria duração de quatro a seis meses e reuniria os oficiais de todas as Forças já escolhidos (e não promovidos) para o generalato.

Finalizando este tópico, faz-se necessário incluir no conteúdo programático, no último ano da AFA, disciplinas que versem sobre SEGURANÇA E DEFESA NACIONAL, assim como os cadetes. Na realidade, com a devida vênia para o exercício da elucubração acadêmica, o ideal seria que o futuro oficial general cursasse o INSTITUTO NACIONAL DE DEFESA (INAD), que poderia ter a sua sede em Brasília/DF e estaria próximo de todo o primeiro escalão do Governo Federal, assim como das estruturas e dos sistemas que fazem funcionar esse próprio Governo. O INAD seria uma Unidade de pesquisa dos problemas brasileiros, um fórum de debate para discutir as viabilidades e relevâncias dos grandes empreendimentos estratégicos nacionais e, de fato e de direito, a Academia Nacional de Defesa, onde poderiam ser formados os analistas de defesa para comporem os diversos cargos civis do Ministério da Defesa.

É importante que seja estimulada a leitura de temas relacionados – apelo aqui para a **transversalidade** – e a participação em seminários sobre o tema.

REFLEXÕES FINAIS

É salutar que a instituição agregue todos os cadetes como partícipes dos desígnios institucionais, declarando-os CADETES DA AERONÁUTICA. Em seguida, promovam todos dentro da turma – essa ação, sem o mínimo de dispêndio financeiro, poderá gerar maior eficiência e eficácia no seio da Força, pois, respeitadas as devidas especificidades, a promoção por turma pode promover a satisfação generalizada daqueles que são partes de UNIDADE única (o pleonasmo é necessário), a própria turma. Adicionalmente, mitigaria os constrangimentos sociais e profissionais que eclodem, fruto de distorções dentro da turma. Mais ainda, a geração de oportunidades similares pode estimular maior dedicação dos militares e o conseqüente incremento de suas performances individuais.

Com muita parcimônia e concomitantemente às medidas supraditas, faz-se salutar reformular a estrutura de cargos de comando (nosso negócio é DEFESA AEROESPACIAL, POR QUE NÃO ESTRUTURAR A FORÇA POR COMANDOS DE DEFESA AÉREA?) e a promoção de oportunidades similares para os oficiais da Aeronáutica formados pela AFA.

Uma Força Aérea que pensa na excelência dos seus MICRONE-GÓCIOS para o futuro, age com sabedoria nas questões sociotécnicas frente ao seu vetor principal e mais valioso: seus TALENTOS. São eles que garantem o sucesso ou fracasso institucional – a questão reside na formação, no estímulo e nas oportunidades que os profissionais de hoje têm e terão no futuro imediato e mediato, pois as alteridades societárias, as novas ameaças e as fortes demandas do mercado corrompem e distorcem os ideais – porções sagradas – dos militares do ar, e de todos os outros.

Esta sugestão (apenas uma sugestão) pode ser preenchida com outras contribuições que venham a ser julgadas necessárias e relevantes para a formação dos nossos COMANDANTES DA FORÇA AÉREA DO NOVO MILÊNIO.

Quase encerrando, evidenciam-se dois questionamentos para reflexão:

a) Qual é o **prejuízo** em aproveitar diretamente **todos** os alunos da Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR) no primeiro ano da AFA? Hoje, somente os alunos aprovados academicamente e aptos em exame de saúde (para a pilotagem militar) são diretamente matriculados na AFA, a qual realiza novo concurso para preencher as vagas para oficial intendente e infante.

Essas vagas poderiam ser direcionadas para aqueles não aptos em exame de saúde para pilotagem que tivessem interesse em exercer cargos fora da pilotagem militar.

b) Parece que há condições – se adotada a sistemática aqui expressa – de formar, pela AFA, outras especialidades além daquelas três já definidas. O controlador de Tráfego Aéreo (e outras necessidades de especialidade) poderia ser formado pela Academia, não?

A formação inicial possui duas fases:

- a) Uma direcionada a desenvolver o profissional nos aspectos acadêmicos, teóricos, éticos e culturais da instituição;
- b) Outra direcionada aos aspectos operacionais administrativos e militares. No primeiro momento, as especialidades são secundárias.

Um profissional educado nos parâmetros da cultura organizacional, da ética, dos valores militares e do entendimento do que vem a ser DEFESA (lato e stricto sensu) está pronto para o exercício de qualquer especialidade do interesse da FAB. Não é somente isso, mas uma formação sistêmica, integrativa e provida de uma rede de significações, faz internalizar os valores requeridos e cria a sustentabilidade necessária para combater as ações entrópicas normalmente encontradas nas organizações, pois todos são partícipes e responsáveis pelas atividades organizacionais e suas conseqüências no futuro da instituição.

Finalizando, agradeço a oportunidade de poder contribuir para o engrandecimento da Força Aérea, que *ainda* é eficaz pelo zelo, esforço e tenacidade de todos nós, seus intrépidos soldados.

ANEXO A

Liderança abre caminhos

Responsabilidade e impulso básicos para a mudança vêm de cima.

De fora para dentro

Especialistas identificam e disseminam melhores práticas.

Baseada no déficit

Líderes desconstroem problemas comuns e sugerem soluções de melhores práticas. A implicação é: "Por que vocês não são bons como os outros?"

Movida pela lógica

Participantes raciocinam até chegar a uma nova maneira de agir.

Vulnerável à rejeição do transplante

Surge resistência a idéias importadas ou impostas por gente de fora.

Vai da solução do problema a identificação da solução

Melhores práticas são aplicadas a problemas definidos no contexto de parâmetros preexistentes.

Foco nos protagonistas

Envolve partes interessadas que tradicionalmente seriam associadas ao problema.

Liderança faz pesquisa

Líder facilita a pesquisa; comunidade se responsabiliza pela busca da mudança.

De dentro para fora

Comunidade identifica soluções preexistentes e as amplifica.

Baseada em ativos

Comunidade aproveita soluções anteriores usadas por gente que triunfou apesar das dificuldades.

Movida pelo aprendizado

Participantes agem até chegar a uma nova maneira de racionar

Aberta à auto-reprodução

Sabedoria latente é aproveitada dentro da comunidade, para evitar a reação negativa do sistema social.

Vai da identificação da solução a solução do problema

Espaço para soluções é ampliado por meio da descoberta de novos parâmetros.

Foco na ampliação da rede

Identifica outras partes interessadas além das diretamente envolvidas no problema.

Senso Incomum?

Iniciativas tradicionais de mudança costumam vir de cima para baixo, de fora para dentro e ser baseados no déficit. Seu foco é consertar o que está mal ou não funciona. Assumem um grau razoável de previsibilidade e controle durante a iniciativa de mudança. Raramente se antevêem conseqüências imprevistas. Uma vez eleita urna solução, o programa de mudança é comunicado e implantado organização afora. Já a abordagem do desvio positivo vai de baixo para cima, de dentro para fora e é fundada em pontos fortes. Alimenta de dentro a mudança, identificando e alavancando inovadores. Tal método diminui a distância social que costuma impedir a aceitação.

Fonte: PASCALE, Richard Tenner e STERNIN, Jerry. Seus agentes secretos de mudança. Harvad Business Review, p. 42, maio 2005.

O autor Coronel-Intendente da Aeronáutica. É graduado em Administração pela Universidade de Fortaleza (Unifor) e em Ciências Contábeis, também pela Unifor. É Mestre em Administração Pública, Governo e Políticas Públicas pela Universidade de Brasília (UnB) e Doutor em Desenvolvimento Sustentável — Política e Gestão pela UnB.

O artista e a Cultura

Araken Hipólito da Costa

O artista é um homem que sabe agir segundo as exigências da Arte, respeitando suas regras específicas. Portanto, devemos conhecer o homem. Este é, aliás, um objetivo constante da Filosofia, tão identificado com o pensamento de Sócrates: "Conheça-te a ti mesmo". Para demarcar o tema, buscamos a fundamentação na Antropologia teológica e filosófica.

A condição essencial que faz do homem um ser único é a liberdade. Diferentemente dos animais, que, por instinto, se unem, se defendem, se acasalam. O Homem, ao invés disso, se realiza gradual e livremente. O ato livre não é um ato cego, instintivo, mas é um ato da vontade iluminada pela razão. A liberdade faz pelo Homem muito mais: sua função, antes de ser ética ou jurídica, é antropológica e ontológica. A liberdade é dada ao Homem para que ele possa realizar a si mesmo, seu próprio ser, porque ele realiza aquilo que a natureza apenas começou a esboçar.

A segunda condição, não tão óbvia, é que o Homem seja espírito. Mas o indício mais certo, porém, é a liberdade. Esta é, de fato, a condição própria do espírito, para que o Homem possa sentir-se livre em relação a tudo aquilo que já fez, que já obteve, que já realizou, fazendo, ainda, hipóteses para si, para a sociedade e para o mundo sobre condições de vida, que, prescindindo do tempo, da matéria, do espaço e da quantidade, realizem todas as condições de aperfeiçoamento possível. Se ele mesmo é inteiramente sujeito à categoria do tempo, do espaço, da quantidade e da matéria, somente uma realidade material e espiritual pode fazer isso. O Homem, com a sua soberana liberdade, se eleva incessantemente além dos limites de espaço e tempo que o circundam, porque possui uma dimensão interior de natureza espiritual.

A terceira condição para qualificar o ser do Homem é o termo pessoa. Santo Tomás designa o Homem como o que há de mais perfeito no universo. O Homem, como vimos, é espírito, mas é pessoa, justamente porque subsiste na ordem do espírito. O espírito nele não

é um acidente, mas sua substância. A substância do Homem é a alma, e a alma pertence à ordem do espírito. A subsistência espiritual do Homem é essencialmente ligada à matéria. O espírito do Homem se hipostatisa no corpo.

A quarta condição é de o Homem ser imagem, ícone de Deus. Deus criou o Homem à sua imagem e semelhança (Gênesis 1, 27), evento que teve um papel decisivo na difusão da verdade. Para o Homem, a pessoa humana, imagem de Deus, é verdade ontológica e exigência ética, ao mesmo tempo.

Passando da Metafísica à Fenomenologia, podemos considerar que o Homem pode ser definido por suas obras. À descoberta da natureza da alma chega-se pelo estudo das obras, das operações. Ao olhar cuidadoso, existe uma atividade superior que abraça todos os produtos especificamente humanos a que chamamos de Cultura, a qual entendemos como o conjunto de todas as atividades e de todos os produtos que são fruto da iniciativa e da genialidade do Homem.

Enquanto as plantas e os animais sofrem no ambiente natural em que se encontram, o Homem é capaz de cultivá-lo e de transformá-lo profundamente, adequando-o às próprias necessidades. Devemos, de fato, reconhecer que a tarefa primeira e principal da Cultura não é construir casas, carros, aviões, computadores etc., mas em outras palavras, construir o mundo. Sua tarefa principal é construir o Homem, um projeto de Humanidade que seja adequado à exigência da pessoa humana.

O objetivo primário da Cultura é promover a realização da pessoa. Dentro deste princípio, as ações humanas mais importantes e abrangentes são a Arte, a Filosofia e a Religião. Assim, o Homem com a vocação de artista, consciente de sua responsabilidade, contribui com o serviço artístico para a vida e o renascimento do povo. A isto mesmo parece querer aludir Cyprian Norwid, quando afirma: "A beleza é para dar entusiasmo ao trabalho, o trabalho para ressurgir."

O autor é Coronel-Aviador, Diretor Cultural do Clube de Aeronáutica e artista plástico.

Estados e Conflitos Étnicos

Manuel Cambeses Júnior

Na nova realidade internacional que emergiu após o colapso do Comunismo, o fenômeno étnico ocupa um lugar relevante. De fato, a ele corresponde uma cota de responsabilidade muito importante na crise que hoje vive o Estado. Muito antes que começassem a aparecer os sintomas da enfermidade que consumia o império soviético, diversos Estados encontravam-se desgarrados por conflitos étnicos. Entretanto, o desmembramento comunista iniciado a partir de 1989 desatou uma efervescência do sentido étnico que conduziu ao questionamento de inumeráveis fronteiras estatais em vários locais do mundo. Numerosos grupos étnicos reclamam, na atualidade, seu direito a uma existência independente dos Estados aos quais formaram parte durante longo tempo. Contudo, observa-se que os massacres proliferam entre etnias obrigadas a conviver sob um mesmo teto estatal.

O exemplo dado pela reunificação alemã, seguida pelo esfacelamento da União Soviética, colocou em marcha um furacão político de grandes proporções. Ademais, o fato de que após o final da Guerra Fria proclamou-se a preeminência dos organismos supranacionais e coletivos como fundamento da nova ordem mundial, muito colaborou para o florescimento dos sentimentos de origem étnica. Isto estimulou muitos grupos étnicos a propugnarem por uma existência independente, sem contar com o poder aglutinador e protetor de um Estado consolidado. Prevaleceu a impressão de que qualquer mini-Estado que emergisse no cenário internacional poderia encontrar viabilidade econômica, integrando-se a um mercado comum, e viabilidade política, graças ao guarda-chuva protetor dos mecanismos de segurança coletivos.

Os Estados assentados em uma identidade nacional sólida ficaram imunes à força dos ventos originados pela queda do muro de Berlim. Não obstante, para aqueles que possuíam uma pluralidade de identidades étnicas, compartindo um mesmo espaço estatal, os problemas não pararam de crescer. A Iugoslávia foi a primeira a sofrer o impacto dos novos tempos. Isto porque se tratava de um Estado integrado pelos despojos de dois grandes impérios (Austro-Húngaro e Turco), cuja diversidade étnica o convertia em um laboratório ideal para sofrer os rigores da nova realidade. Somente na Bósnia morreram duzentas e cinqüenta mil pessoas.

A Rússia sofreu na própria carne os custos do desmembramento que a URSS lhe proporcionou. Na Chechênia, o balanço dos intentos de Moscou para evitar a secessão são trinta mil mortos.

Na antiga União Soviética, os enfretamentos da origem étnica fizeram-se sentir na Moldávia, Geórgia, Azerbaijão, Armênia e Tadjiquistão. No Afeganistão, a retirada dos soviéticos deixou quatro grupos étnicos enfrentando-se entre si e sustentados por países vizinhos. Um pouco mais a Oeste, na Turquia, o embate armado da população de origem curda prossegue de forma sangrenta.

Os Estados criados pela mão do colonialismo, que traçava fronteiras com total desconhecimento dos grupos étnicos subjacentes, tornaram-se particularmente vulneráveis à força desestabilizadora deste fenômeno. A África e o mundo árabe são testemunhas altamente ilustrativas neste sentido. Curiosamente, com exceção do problema curdo no Iraque, o cenário árabe encontra-se à margem da crise dos etnicismos desatados. A razão disso, seguramente, pode encontrar-se na resposta internacional contra o Iraque após o desconhecimento das fronteiras kuwaitianas, por parte de Saddan Hussein. O problema ali é outro: o Fundamentalismo, o qual tem em comum com o fenômeno étnico a busca por uma parcela própria do universo, que permita viver de acordo com as raízes islâmicas. Na África, ao contrário, os problemas étnicos têm proliferado livremente.

Ruanda e Borundi constituem casos extremos do potencial de violência, que o tema étnico leva consigo. Entre 1993 e final de 1995, mais de 100 mil pessoas morreram no Borundi, como resultado dos massacres gerados pelo ódio étnico. Em Ruanda, oitocentas mil pessoas feneceram depois do assassinato do Presidente da República, em abril de 1994. Em ambos os casos, os enfrentamentos entre os grupos Tutsi e Hutu, comuns a ambos os países, têm sido a causa das matanças. Já se fala no desaparecimento das fronteiras artificiais de ambos os

Estados para criar uma Tutsilândia e uma Hutulândia que permitam a integração destas etnias em dois Estados homogêneos. Na Libéria, uma sangrenta guerra civil enfrenta diversas facções que se assentam em grupamentos étnicos definidos. Verifica-se que no continente africano a identidade étnica transformou-se em fonte de constante ameaça para a subsistência dos Estados herdados da era colonial.

Poderíamos continuar enumerando exemplos de guerras civis e massacres no Hemisfério Sul, porém ocorre que também no Hemisfério Norte a sobrevivência de vários Estados encontra-se comprometida, como resultado deste mesmo fenômeno. Canadá e Bélgica são dois exemplos particularmente representativos. No primeiro deles, a secessão de Quebec constitui-se em fonte de permanente preocupação para os canadenses. Na Bélgica, coração da Europa unitária, a ancestral rivalidade entre walones e flamengos projeta-se como uma espada de Dâmocles à subsistência deste rico Estado.

A este curioso cenário poderemos acrescentar a problemática do fenômeno autonomista que envolve gauleses, escoceses, bretões, kosovares, tibetanos, corsos, catalães, bascos, etc.

O autor é Coronel-Aviador; conferencista especial da Escola Superior de Guerra, membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e Vice-Diretor do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica.

Disciplina Militar: O Piloto de Caça – Um Caso à Parte

Delano Teixeira Menezes

A noção de disciplina nos induz a criar uma correlação direta com a disciplina militar, talvez porque na caserna ela seja deliberadamente anunciada e em paralelo exista a coerção dos regulamentos e normas exaustivamente ensinados e revigorados. É no meio militar que realmente a disciplina consegue "transformar as multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas" 1, sem que escape nenhum indivíduo. Os que não se ajustam são sumariamente eliminados, não necessariamente punidos, ainda que a própria eliminação possa ser uma punição. Diferentemente, em outros lugares, os indivíduos são disciplinados por meio de um processo sutil, muitas vezes simbólico, e lento. Ainda que exista a coerção das leis (punição) e dos códigos e símbolos sociais (constrangimento), a punição não passa de uma possibilidade (da denúncia ou do flagrante), que licencia a transgressão, e o constrangimento, em muitos casos, pode ser suportado. A disciplina nesse caso é estabelecida de uma maneira desconexa, parecendo para os indivíduos muitas vezes sem objetivo definido, mesmo que ela sirva para domesticá-los e torná-los socialmente aceitos. Ainda que abriguem no seu âmago os objetivos de conformação social do indivíduo, esses objetivos não são uniformemente compreendidos e a fragmentação do entendimento mantém uma tensão latente entre as pessoas. Além disso, a supervisão, o vigiar, não é contínuo. Portanto, é possível classificar os indivíduos como mais ou menos disciplinados. Há a possibilidade de relativização.

No outro extremo está a disciplina militar – a punição não tarda porque a vigilância é permanente. Portanto, ou o indivíduo é disciplinado ou não é. O poder da instituição e do ascendente hierárquico sobre o indivíduo está sempre presente por meio de símbolos e sinais

¹ FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Petrópolis: Editora Vozes, 26. ed., 2002. p.127.

que existem com a finalidade principal de não deixar com que a disciplina seja esquecida. Os corpos são treinados à exaustão, até que os movimentos e as reações sejam incorporados pelo indivíduo e se tornem pavlovianamente reflexos. O treinamento busca criar uma relação instintiva do corpo do militar com o objeto que este irá manipular, que pode ser uma arma, um veículo, ou um instrumento que seja parte de um conjunto bélico, com o objetivo de torná-lo o mais eficiente possível, isto é, extrair do tempo em que ele aplica sua arma, por exemplo, cada vez mais instantes disponíveis para serem aplicados imediatamente em outra situação.

O domínio do corpo do militar foi evoluindo com o aumento da complexidade e da precisão das armas e a necessidade, cada vez menor, de haver o contato físico com o inimigo: a "codificação instrumental do corpo", como Foucault define muito bem quando analisa o sentido dos movimentos da arma que os soldados executavam, obedecendo a uma ordem específica e da postura do corpo que eram obrigados a manter, no século XVIII. Mas, naquela época, esta "ordem unida" tinha um sentido imediato, porque as linhas de carabineiros, nas grandes colunas, tinham de obedecer à voz de comando para o tiro, de maneira bastante coordenada, a fim de atingir a máxima eficiência da pressão de fogo sobre o inimigo. Ainda que Napoleão tenha introduzido as táticas de movimento, o soldado era empregado como parte de uma massa de soldados que permaneciam agrupados durante toda a batalha. Nesse caso, cada soldado era parte efetiva de uma "máquina" ou de um conjunto de soldados que se moviam em grupos definidos. Mas, o tipo de treinamento a que se refere Foucault é executado ainda hoje tãosomente como uma forma simbólica de demonstração de obediência, não sendo mais parte de uma "manobra" de combate. Mesmo nas tropas menos qualificadas, a sofisticação tecnológica exige de cada soldado um elevado grau de preparo técnico e bastante autonomia em muitas ações de combate, que no século XVIII seriam inimagináveis.

De qualquer forma, o treinamento para disciplinar o militar visa prepará-lo para situações de extremo perigo, pois se apresenta a ele a possibilidade da morte. E essa é uma persuasão muito forte, que o faz entender que as chances de sobrevivência estão na disciplina e na sujeição dele ao conjunto. Mas a disciplina nesses casos é como um cabo que une o indivíduo a seu superior hierárquico: quanto mais ele

se aproxima de situações em que poderá morrer, mais esse cabo vai se esgarçando e o seu instinto inato de sobrevivência poderá rompê-lo. E é aí que entram outros componentes no processo disciplinador do militar moderno e que fazem parte de toda uma construção intelectual e subjetiva. São-lhe incutidos valores simbólicos de amor à pátria e aos ideais da sociedade que defende, entre outros.

A modernidade criou, também, uma diversidade maior nos tipos de combatentes. O aumento do alcance das armas permite eliminar o inimigo sem sequer vê-lo, ou mais ainda, sem ser ameaçado por ele. Isso como que banalizou o ato de matar e passou a exigir outro tipo de disciplina, isto é, quando aquela luz piscar, ou aparecer esse ou aquele sinal no monitor, você aperta esse botão. A disciplina desse indivíduo não necessariamente precisa começar por uma codificação do corpo e, sim, muito mais, por uma disciplina intelectual, ainda que ele, como no passado, faça parte de um conjunto. Por outro lado, esse indivíduo tem um preparo intelectual maior e, portanto, uma maior capacidade de discernimento, o que faz com que as ordens sejam precedidas de uma melhor elaboração. Ele sabe qual a importância da sua posição no conjunto. Portanto, aí, a disciplina se desloca do corpo para a mente, e o tipo de treinamento se torna mais complexo e demorado.

Dentre a grande diversidade de combatentes hoje, vale a pena nos determos em um especificamente e analisarmos como se processa a disciplina no seu interior e no ambiente em que opera e vive. O piloto de caça talvez seja o militar que mais representa o conjunto corpomáquina e produza as mais complexas relações de poder entre todos que o cercam, como veremos.

Uma base de aviação de caça é o ambiente onde o piloto vive e se prepara para o combate. Ela funciona como uma imensa coletividade, na qual algumas centenas de pessoas que estão permanentemente engajadas no trabalho possibilitam aos poucos pilotos de caça decolar para a sua missão. Nessa coletividade existe uma distinção marcada por símbolos (emblemas e distintivos) entre os que trabalham na área de vôo e os que participam de outras atividades de apoio não diretamente correlacionadas com a atividade aérea. Esta distinção não é regulamentada, mas faz parte de um código que funciona como um sistema defensivo específico destinado a proteger aquele grupo espe-

cífico de pilotos de discussões importunas e que poderiam questionar alguns valores que sustentam o orgulho deles. Esse "modus vivendi" não é um efeito colateral do trabalho, mas uma verdadeira necessidade para manter um moral feito de orgulho, de insolência e de agressividade elevados. Cada uma dessas características é, como veremos mais adiante, moldada por um tipo de disciplina indispensável para enfrentar as condições adversas que o trabalho imporá ao piloto.

O piloto de caça tem uma relação tensa com o seu trabalho e não gosta muito de falar de si e sobre ele com estranhos à sua profissão. O equilíbrio psicológico, cultuado individualmente ou com os demais componentes da profissão a respeito das suas experiências de vôo, é muito custoso e precisa ser protegido de conversas ou discussões que versem sobre as questões de segurança e de acidentes. Eles imaginam que as experiências tão intensas que vivem não podem ser compreendidas pelos de "fora". Esta atitude estabelece um tipo de relação de poder com os demais aviadores, porque é respaldada pelos superiores e porque represa conhecimentos tão específicos que só aguçam a curiosidade dos que são de caça. Como "eu sei e vivo alguma coisa que você não sabe e nunca viverá". Esse hermetismo passa também pelo fato de que normalmente a chance de ser selecionado para a caça só ocorre uma vez na vida profissional, que é no início da carreira do aviador, ou seja, quem é, o é; quem não é nunca mais poderá sê-lo. Essa norma "estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade que permite qualificar, classificar e punir" 2. Ela destaca os pilotos de caça do grupo dos demais pilotos, classifica-os como os melhores e como que estabelece uma punição, uma exclusão àqueles que desejavam e não conseguiram essa qualificação. Ao mesmo tempo, estabelece sobre os escolhidos uma "visibilidade por meio da qual eles são diferenciados" 3. Mas, exatamente como diz Foucault, essa classificação não visa punir, não visa nem à expiação, nem mesmo à repressão. Na verdade, ela visa "diferenciar os indivíduos em relação uns aos outros e em função dessa regra de conjunto — que se deve fazer funcionar como base mínima, como média a respeitar ou como o ótimo de que se deve chegar perto" 4.

² Idem, p. 154

³ Idem, p. 154

⁴ Idem, p. 152

O grupo de pilotos de caça cria à sua volta como que uma redoma para proteger seu modo de funcionamento, como já mencionado, particularmente porque até uma conversa deslocada poderia traduzirse, sem meditação, em um acidente durante os vôos seguintes.

Num avião de caça, encontra-se reunida uma quantidade impressionante de exigências relativas ao ambiente. O espaço de que o piloto dispõe, reduzido ao mínimo, deixa-lhe apenas o lugar para que se sente desconfortavelmente sobre um assento duro, cuja rigidez é exigida para minimizar danos ao seu corpo no caso de uma ejeção. Amarrado por múltiplos cintos que lhe imobilizam o peito e as coxas, o capacete é bastante justo para que não se solte em caso de ejeção, o nariz e a boca são cobertos com uma máscara ligada por tubos às reservas de oxigênio, luvas (para protegê-lo do frio ou de algum incêndio) diminuem o tato. Às vezes o vôo exige que seja empregada uma grande força física para comandar o manche que fica extremamente rígido em certas posições do avião. As variações de temperatura, assim como as mudanças de pressão, podem ser consideradas difíceis de suportar e podem expor o piloto a riscos de aeroembolismo, hiperbarismo, hipóxia e até a desmaios. As acelerações positivas e negativas podem atingir nove vezes a força da gravidade, o que ocasiona desordens no sistema cardiovascular, na pressão arterial, nos ligamentos suspensos das vísceras, na perda da visão etc. As vibrações de baixa freqüência, as trepidações da aeronave, são muito penosas e o capacete não é muito útil para eliminar totalmente os ruídos que às vezes são muito intensos. As condições de iluminação mudam com a meteorologia, com a hora do vôo e durante um mesmo vôo em função da altitude, enquanto ofuscação e penumbra alternam-se, o que torna particularmente fastidiosa a leitura dos instrumentos, pois não há proteção contra a incidência dos raios solares. A cabine está sujeita a ser invadida por gases queimados, tóxicos ou vapores. Há, enfim, riscos de explosão e de queimadura. Pela maneira como atua sobre o indivíduo a nacele de um avião de caça é "de uma arquitetura que não é mais feita simplesmente para ser vista (fausto dos palácios), ou para vigiar o espaço exterior (geometria das fortalezas), mas para permitir um controle interior, articulado e detalhado – para tornar visíveis os que nela se encontram; mais geralmente a de uma arquitetura que seria um operador para a transformação dos indivíduos: agir sobre aqueles que abriga, dar domínio sobre seu

comportamento, modificá-los". ⁵ De fato, esse lugar transforma quem nele entra. Um piloto bem treinado quando entra na nacele de um avião de caça tem a sensação de "vesti-lo", e a capacidade que tem de dominar todo aquele complexo e fazer com que as (em torno de) 40, 50 mil libras de empuxo o arremessem a uma velocidade duas vezes maior que a do som fazem com que ele seja tomado por um poder indescritível. Esse domínio da máquina é a síntese do complexo treinamento que quase o exauriu e da capacidade que teve de se submeter ao processo disciplinar exigido. É a sensação de domar um animal "xucro".

Apesar das dores de ouvido, apesar das perturbações neurovegetativas, apesar das náuseas, das dores abdominais, dos suores, das cefaléias, das perturbações visuais, das dificuldades respiratórias nas grandes acelerações, das perturbações da pressão arterial, do desconforto da nacele – portanto, apesar de todos esses prejuízos, o piloto tem de conservar intactas todas as suas faculdades psicossensoriais e a sua vigilância para interpretar o painel de instrumentos, as telas do radar, os sinais luminosos, os controles de alarme, as informações visuais e sonoras. Além disso, ele tem de vigiar o espaço exterior e manter comunicação com os seus alas e o controle de terra.

A exata apreciação destas enormes exigências de trabalho só é possível para aqueles que já tiveram a experiência de voar um avião de caça e conhecem o tipo de disciplina que deve ser imposta a si mesmo. Esta autodisciplina, ainda que na maior parte do tempo não possa ser visível, incide em todo o comportamento do piloto em outras situações. Mesmo que mantenha uma aparente irreverência, o piloto de caça é muito disciplinado, os demais pilotos sabem que a atividade que ele exerce necessita de uma rígida autodisciplina e, por isso, ela "impõe aos que se submetem um princípio de visibilidade obrigatória" 6. Além disso, o piloto de caça, pelo que faz, é sempre objeto de observação em qualquer lugar e "é o fato de ser visto sem cessar, de sempre poder ser visto, que o mantém sujeito" 7 à disciplina. Talvez pelo hábito de estar constantemente se

⁵ Idem, p. 144

⁶ Idem, р. 156

⁷ Idem, p. 156

autodisciplinando (de dentro para fora) o piloto é rigoroso no cumprimento da disciplina militar (de fora para dentro). Ao passo que a indisciplina de vôo, ainda que também gere uma punição disciplinar, é, muitas vezes, tolerada pela hierarquia, porque está ligada mais ao arrojo e à agressividade do piloto do que aos pétreos princípios militares; o piloto aceita com mais docilidade a punição por alguma indisciplina militar do que por alguma indisciplina de vôo. Talvez porque, no segundo caso, ele julgue que está havendo uma interferência na sua capacidade de decisão, ou as suas habilidades estão sendo questionadas. Nesse caso existe uma tensão no ato de punir: primeiro, pelo fato de a punição fazer parte de outro regime de verdades (os regulamentos disciplinares que servem para punir um general ou um soldado e nada têm a ver com o vôo) e ele se sente duplamente punido, porque, se a punição foi necessária, ele se colocou, ou a terceiros, em uma situação de alto risco e a sua própria autocrítica já o puniu; e, segundo, o efeito exemplar da punição não estará assegurado, porque os demais pilotos sabem que no vôo de caça sempre deve existir certa dose de indisciplina, a qual está ligada ao arrojo que todos cultuam e, também, porque sabem que as suas indisciplinas, na maior parte das vezes, não têm outras testemunhas a não ser eles mesmos. O desejado efeito educativo da punição, nesse caso, funciona, de fato, nas "conversas de alojamento", em que um piloto passa para os outros as experiências que teve e que não deram certo ou até mesmo as catástrofes que aconteceram onde faleceram alguns companheiros.

A integração homem-máquina exige a perfeição. "Estamos inteiramente longe daquelas formas de sujeição que só pediam ao corpo sinais ou produtos, formas de expressão ou o resultado de um trabalho". A menor falha neste mecanismo complexo pode, em uma fração de segundo, significar a morte. Se o altímetro der uma indicação errada; se o horizonte artificial desviar lentamente; se aparecer um vazamento de óleo; se o piloto se deixar levar por um instante de distração; se sua vigilância for neutralizada por um segundo por causa de uma aceleração mal tolerada; se ele hesitar para executar algum procedimento no momento de um incidente; se ele se perturbar com uma ordem mal enunciada

⁸ Idem, p. 131

pelo líder da formação; se estiver um pouco "tenso" em razão de algum acontecimento familiar... qualquer um destes fatos poderá puni-lo com a morte. Ele está sozinho, enclausurado naquele ambiente apertado e desconfortável, sem ninguém para auxiliá-lo ou para alertá-lo para algum procedimento mal executado. Ele vive como se qualquer coisa se tornasse "penalizável nas frações mais tênues da conduta, e de dar uma função punitiva aos elementos aparentemente indiferentes do aparelho disciplinar: levando ao extremo, que tudo possa servir para punir a mínima coisa; que cada indivíduo se encontre preso numa universalidade punível-punidora". 9

Desta proximidade permanente com a morte, da interdição das falhas materiais, físicas ou psíquicas emerge uma ansiedade que somente tem equivalente na dimensão fora do comum dos riscos que comporta uma missão aérea de caça. Diferentemente de outras atividades, na Aviação de Caça, os pilotos e o comando concordam geralmente em melhorar constantemente a relação saúde-trabalho. Um piloto de caça custa muito caro, pela sua formação (custo operacional do avião, da base que o apóia, do combustível utilizado na instrução, das vestimentas, da permanente vigilância médica etc. enfim, de toda uma logística que cerca a realização dos vôos de instrução), de maneira que sua própria vida é objeto de todas as atenções. Além disso, cada avião de caça equivale a uma fortuna e para assegurar o seu retorno à base é preciso que o piloto esteja com muito boa saúde. A operacionalização da Aviação de Caça depende das performances dos pilotos e de uma excepcional adaptação homem-máquina. E isso é alcançado por um tipo especial de disciplina, uma vez que é praticamente impossível apresentar em terra, ao piloto em instrução, todas as situações que irá encontrar em vôo. O piloto aprende a forma geral de proceder e ele mesmo codifica o seu corpo, estabelecendo formas particulares de reagir a cada nova situação que se lhe apresente em vôo. Ele codifica o seu corpo para cada tipo de avião de caça que voe, porque cada avião exige movimentos e reações diferentes. Depois de todo um exaustivo curso de preparação para o vôo, o piloto não poderá decolar se não passar no "teste dos olhos vendados", ou seja, ser capaz de colocar a mão, sem hesitação, em cada instrumento, alavanca, botão ou interruptor do avião

⁹ Idem, p. 131

que usará sem vê-los e, ele deve demonstrar que o seu corpo está perfeitamente codificado e integrado à máquina. Ele não será vigiado por ninguém durante o vôo e a punição para a maioria dos seus erros poderá ser a morte. Aqui a punição não é somente uma possibilidade como nos códigos sociais; ela está sempre presente. Ainda que o piloto minimize ao máximo os seus próprios erros, sempre existirá a possibilidade de o avião falhar ou, em caso de combate aéreo, de ser abatido pelo inimigo.

Toda a atividade do piloto no solo, nos momentos que precedem um vôo, visa dar-lhe os meios não somente de limitar ao máximo os acasos, mas, também, de corrigir as eventuais anomalias que poderiam acontecer: aprender a usar os instrumentos e as novas aparelhagens, verificar os procedimentos correspondentes a cada incidente potencial, recitar e repetir as sucessivas etapas de cada procedimento, preparar minuciosamente cada missão, levar em consideração as informações meteorológicas, treinar em simuladores etc. As atividades no solo, além de seu valor técnico, real e concreto, desempenham um papel fundamental do ponto de vista psíquico, no sentido de manter o equilíbrio e a estabilidade da personalidade do piloto. A preparação técnica para a missão é também uma preparação psicológica e a internalização de uma disciplina que permita o piloto enfrentar o imprevisto, o acidente, todas as situações que o projetam à proximidade da morte. Ela representa um papel considerável na disciplina aplicada para lutar contra a ansiedade e o medo.

A perfeita adaptação da relação homem-máquina e a boa qualidade da relação saúde-trabalho são resultado, mais do que tudo, da rigorosa seleção que somente retém os indivíduos, física e psicossensorialmente, escolhidos a dedo. Não mais que 25% de uma turma de aviadores da Academia da Força Aérea são escolhidos e, desses, somente 75%, em média, resistem até ao final dos treinamentos. A seleção médica é bem feita e particularmente eficaz. A interdição momentânea de voar, que às vezes se torna definitiva, é determinada assim que uma pequena anomalia física aparece. A seleção segundo este aspecto continua até ao fim da carreira, enquanto o piloto estiver em atividade. Assim como existem registros permanentes de seu desempenho nos cursos teóricos, nas provas de emergência e de simuladores, no desempenho das atividades físico-desportivas, nos

treinamentos de tiro-aéreo, enfim, quase tudo que um piloto de caça faz é registrado, porque esse "poder de escrita é constituído como uma peça essencial nas engrenagens da disciplina". ¹⁰

Entretanto, apesar desse rigor, ainda é grande a incidência de acidentes na Aviação de Caça atribuídos ao "fator humano". Esses acidentes parecem ser úteis para manter a agressividade e o gosto pelo risco dos pilotos de caça. Cria uma atitude mista de rigor e loucura. Rigor disciplinar em conhecer precisamente todos os procedimentos e normas inerentes ao vôo e loucura de sempre procurar o risco. Tudo é centrado na agressividade, no sucesso a qualquer preço, na coragem, na ação, na proeza, no heroísmo etc. O fim justifica os meios. A adaptação a esse conjunto de coisas e ao ambiente representa, de certa maneira, a adesão do piloto não apenas às condições de trabalho propriamente ditas, mas também aos valores morais e à "ideologia" da caça, isto é, a tudo o que foi definido como sistema defensivo produzido coletivamente pelo grupo de pilotos de caça. Neste nível, as competências físicas, intelectuais e técnicas não estão mais em jogo. O que conta é precisamente a qualidade das relações com os camaradas, a adesão aos valores existentes, a participação também na sua elaboração coletiva e ao seu reforço.

A satisfação que sentem no trabalho que executam ameniza os desvios e tem duas origens: a primeira é que os pilotos de caça pensam formar uma elite e tomam para si os objetivos da Aviação em geral e os da caça, em particular. Eles encarnam a síntese da coragem individual e da competência técnica. O elitismo é admirado, cultivado, e os pilotos de caça têm um profundo desprezo por todo o resto da Humanidade, miseravelmente reduzida ao seu estado terrestre. A admiração de que eles são objeto e o orgulho inigualável, em relação às outras profissões, são fundados exatamente na confrontação com o perigo constante da profissão. Admiração, orgulho, arrojo e domínio da angústia estão indissoluvelmente associados.

A segunda é que as tarefas são de uma complexidade incomum e exigem uma constante realimentação do interesse e da motivação.

¹⁰ Idem, p. 157

Efetivamente eles necessitam de uma perfeita associação de todas as qualidades intelectuais, psicológicas e físicas. Realmente poucas profissões realizam tal unidade teórico-prática, e poucas situações exigem tantas capacidades de um só indivíduo simultaneamente. A valorização do corpo e da mente pela situação de trabalho é um exemplo da síntese trabalho intelectual-trabalho manual.

A motivação ocupa um lugar especial na profissão de piloto de caça e é objeto de especial atenção por parte dos mais experientes, que permanentemente estão orientando os menos experientes. Primeiramente, em nível de seleção, em que os critérios de escolha dos candidatos que irão fazer o curso de caça são a particular atenção ao gosto pelo vôo e à naturalidade com que realizam os primeiros vôos. Em seguida, durante a formação, é concedido um valor especial ao desejo de voar, à procura de missões perigosas, à "agressividade" do aluno-piloto. Hesitações, desânimo, queda de motivação são minuciosamente observados, prevenidos e levados em consideração. Enfim, durante toda a vida do piloto de caça, basta que ele não queira voar para ser automaticamente dispensado. Se seu desejo abater-se durante alguns dias ou algumas semanas, se ele não tiver mais vontade de voar, o desligamento não tardará. Nesta profissão, estar motivado a todo instante significa estar consciente da disciplina e do domínio de seu corpo, sem o qual o afrontamento com o perigo corre o risco de transformar-se em catástrofe.

A importância atribuída à motivação ao trabalho do piloto de caça está diretamente relacionada ao perigo que existe no afrouxamento da disciplina mental e corporal que lhe é exigida. A Aviação de Caça mostra que um medo de uma intensidade considerável pode ser perfeitamente tolerado, contanto que ele seja contrabalanceado pelo jogo do sistema motivação-disciplina.

O desejo de voar condensa as aspirações de poder, de ultrapassagem e de libertação em relação aos limites do homem: livrar-se do peso, das limitações de distância e velocidade. Voar sozinho é uma situação muito estimada pelos pilotos de caça, o que se opõe à divisão do trabalho presente nas equipes de vários homens dos aviões de transporte. Voar sozinho é o supremo prazer em que o piloto deixa-se levar pelo gozo narcísico. Em alguns instantes especiais, é uma verdadeira fonte de um sentimento de bem-estar, de vitória, de superação e de exaltação. Entretanto os que não conseguem conciliar esse estado com a realidade, os mais fogosos, fracassam no vôo.

Portanto, a profissão de piloto de caça exige simultaneamente um bom controle da realidade e profundas raízes no campo do conhecimento e da disciplina científica e técnica. Todas estas disciplinas são ensinadas no solo, num ambiente bastante hierarquizado e militarizado. Ao lado da formação técnica, a formação militar ocupa um lugar importante. A formação no solo relativamente longa e repetitiva continua durante toda a carreira e está estreitamente ligada à vida militar. Esta correlação cria a moderação necessária à "angústia de superar limites" e é assegurada pelo reforço das necessidades da realidade da ordem militar, da disciplina e das proibições que ela impõe. O piloto de caça vive nestes dois mundos disciplinares, um em que "a individualização é máxima do lado em que a soberania é exercida". 11 Quanto mais o piloto de caça é detentor de poder ou de privilégio, tanto mais é marcado, como indivíduo, por rituais como o seu grito de guerra ou representações plásticas como os emblemas que os diferenciam dos outros pilotos. A "mística da caça" é a genealogia que situa o piloto dentro de um conjunto de pares; a realização de proezas aéreas que manifestam a sua superioridade diante dos outros aviadores, cujos aviões não permitem realizálas, e que são "imortalizadas" em relatos; as cerimônias que marca, por sua ordenação; as relações de poder; os troféus que recebe para marcar as suas habilidades como piloto de combate; a particular descontração que diferencia as suas festas; enfim, "tudo isso constitui outros procedimentos de uma individualização 'ascendente'": 12 E, no outro, o do vôo mais técnico e específico da atividade, que exerce um "regime disciplinar onde a individualização, ao contrário, é 'descendente'" 13, onde o poder é mais anônimo e mais funcional e provem "por fiscalização mais que por cerimônias ou por rituais, por observações mais que por relatos comemorativos, por medidas comparativas que têm a 'norma' como referência, e não por genealogia que dão os ancestrais como pontos de referência; por 'desvio' mais que por proezas".14

Em resumo, o piloto de caça vive em dois ambientes, um em que há "mecanismos histórico-rituais" que formam a sua individualidade e no

¹¹ Idem, p. 160

¹² Idem, p. 160

¹³ Idem, p. 160

¹⁴ Idem, p. 161

outro onde existem 'mecanismos científico-disciplinares', em que o normal tomou o lugar do ancestral, e a medida o lugar do status, substituindo assim a individualidade do homem memorável pela do homem calculável". ¹⁵

De fato, essa constante vida de avaliação pelo sistema e por si próprio em que vive o piloto de caça funciona, como diz Foucault, como uma fixação ao mesmo tempo ritual e "científica" das diferenças individuais, como aposição de cada um à sua própria singularidade, numa modalidade de poder em que cada um recebe como "status" a sua própria individualidade e, ao mesmo tempo, está ligado às normas, às medidas, aos desvios, às avaliações que o caracterizam e fazem dele um caso à parte.

O autor é Brigadeiro-do-Ar e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará.

1.

¹⁵ Idem, p. 161

Questões Desafiantes no Rumo da História do Ocidente

Nilton Freixinho

"A História é um rio, a margem é o tempo"

Propósito do Artigo

O presente artigo visa provocar o leitor a refletir sobre três questões que poderão mudar os rumos da configuração política do planeta, nos próximos decênios:

- A "União Européia" sobreviverá?
- O poder planetário dos EUA dará lugar a um mundo multipolar?
- A instituição da "União das Nações Sul-Americanas" não passará de um devaneio?

Aqui não se trata de um exercício de futurologia. Não. O propósito do artigo é levar o leitor a recordar, considerar e ponderar as etapas sucessivas que o Mundo Ocidental percorreu nestes últimos dois mil anos, até atingir o patamar das três questões mencionadas.

Ao leitor caberá a tarefa de buscar uma resposta para elas, à luz do percurso já feito.

Os Últimos Dois Mil Anos – Etapas Percorridas Pelo Ocidente, em Termos de História

1. Há consenso, entre os historiadores, de que o verdadeiro ponto de partida da História do Ocidente situa-se no Império Romano. Os integrantes do Império tinham consciência de viver no mundo então conhecido, isto é, os povos da bacia do Mediterrâneo, e, no continente, desde o Reno até aos Urais, ao norte do Danúbio, a existência de tribos bárbaras germânicas, de natureza diversificada, quanto ao idioma, tribos que representavam para o Império real ameaça levando-o a estabe-

lecer segurança impeditiva ao longo da fronteira terrestre, no Danúbio e no Reno, e, aditivamente, nas Ilhas Britânicas, ao longo do Muro de Adriano, contra os bárbaros pictus. Vagamente, os romanos sabiam da existência do Império Persa o que se confirmou posteriormente com a tentativa do Império Romano de expandir-se no Oriente Médio.

- **2.** Ademais, os romanos tinham conhecimento da existência anterior da civilização grego-ateniense e da civilização egípcia, no Rio Nilo, tendo sido influenciados pelas respectivas culturas e, destarte, em grande parte incorporadas ao Ocidente.
- **3.** Em um dado momento, no século IV, por efeito "carambola", derivado do expansionismo dos hunos, para o oeste dos Urais, as tribos germânicas são "empurradas" para o sul do Danúbio e dos Alpes, e para oeste do Reno, invadindo o espaço territorial do Império Romano, cujo sistema de segurança impeditiva não logrou êxito em detê-los. É o período das grandes invasões bárbaras, conhecidas como "volkerwanderung".
- **4.** A esta altura da movimentação da História do Ocidente, uma nova força começa a ocupar o palco: **o Cristianismo**. De início, em termos religiosos, em substituição ao paganismo. E, progressivamente, em termos políticos, com estrutura de verdadeiro Estado. Esta nova força o Cristianismo é também incorporada aos bárbaros germânicos invasores, embora sob a forma de heresia o arianismo. Assim, o Cristianismo passa a exercer o papel de amálgama não só no interior do Império Romano, mas também entre o Império e os invasores germânicos.
- **5.** Durante cem anos o Império Romano viveu permanentemente em estado de guerra, travando sucessivas batalhas, com suas legiões, para aniquilar as invasões das tribos germânicas. Não teve sucesso. Os vitoriosos são os bárbaros germânicos da "volkerwanderung". No ano de 475, a parte ocidental do Império é varrida definitivamente do mapa da Europa. Quanto à parte do oriente do Império Romano, esta sobreviveu, após o ano 475, por cerca de mil anos transmudada em Império Bizantino, cristão, grego-ortodoxo, exercendo, neste período, o decisivo papel de escudo protetor da Europa Ocidental.

- 6. Após o ano 475 o espaço geográfico antes ocupado pelo Império Romano do Ocidente passa a ser estruturado politicamente pelos chamados REINOS BÁRBAROS - visigodos, ostrogodos, vândalos e outros. Todos esses reinos tiveram vida efêmera, não mais que duzentos anos. Simplesmente desapareceram do cenário, sem deixar raízes de espécie alguma. Então, ocorrem, no Ocidente, fatos que marcarão sua História nos séculos seguintes. De um lado, a "volkerwanderung" retardatária da tribo germânica dos FRANCOS, que invadiram o norte da Gália, logo aderindo ao Cristianismo, cujos descendentes passarão a exercer liderança na ocupação ao norte dos Pirineus, por séculos a fio, dando origem à França. Enquanto isso ocorre no continente, nas Ilhas Britânicas, outros retardatários bárbaros germânicos – os Anglo-Saxões – ali se instalam, cujos descendentes marcarão a História da Inglaterra. De todas as tribos bárbaras germânicas que participaram das invasões do Império Romano, somente os Francos e os Anglo-Saxões deixaram raízes na História do Ocidente. As que permaneceram a leste do Reno deram origem à Alemanha. Em suma, raízes dos germanos no Ocidente.
- 7. No ano de 800, com a coroação de Carlos Magno, pelo Papa Leão III, em Roma, com o título de "Rex Francoron et Langobardorum", ocorre a primeira tentativa de unificação política da Europa, que, geograficamente, estendia-se dos Pirineus e do nordeste da Espanha até ao Elba. Teve curta duração cerca de quinze anos pois com o falecimento de Carlos Magno, em 814, o "Imperium Christianum" foi dividido, territorialmente, entre seus três filhos. Posteriormente, outras tentativas sem êxito, procuraram levar a efeito a unificação política da Europa, entre as quais convém citar a de Napoleão com o Exército Francês, no século XIX e a de Hitler, com o Exército do 3º Reich, entre 1939-1940. Nesse ínterim tem lugar a cognominada GUERRA CIVIL, entre as nações européias, em busca da hegemonia no continente. Mil anos!
- **8.** No século XV ocorre a expansão dos países europeus atlânticos, tirando partido dos avanços tecnológicos da navegação a vela, através dos Grandes Oceanos, dando origem aos IMPÉRIOS COLONIAIS, da Espanha, de Portugal, da França, da Inglaterra e da Holanda. Tais impérios lograram durar cerca de três séculos. Todavia, no século

XIX, ocorre a rebelião generalizada dos povos da América e da Ásia. O mundo conhecido estrutura-se em estados-nações. A Revolução Francesa e a Independência dos EUA, em fins do século XVIII, detonaram o processo.

9. No século XX, com o término da GUERRA FRIA, no confronto entre o poderio planetário dos EUA e o da URSS, e a conseqüente vitória dos norte-americanos e o desmembramento da URSS, tem lugar a unificação política e econômica da Europa, surgindo a UNIÃO EUROPÉIA, em processo de consolidação ao alvorecer do século XXI, desde as Ilhas Britânicas até aos Urais.

CENÁRIO DOMINANTE DO OCIDENTE, SÉCULO XXI

É neste complexo contexto de sucessivas etapas, nos últimos dois mil anos, que o Ocidente está vivendo o patamar no qual a UNIÃO EUROPÉIA busca sua consolidação, os ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA têm dificuldade em manter o comando monopolar do poder planetário e as NAÇÕES SUL-AMERICANAS empenham-se em buscar a respectiva união política e econômica.

O LEITOR COM A PALAVRA

Cabe ao leitor a tarefa de inferir as perspectivas quanto a essas três questões, à luz do caminho já percorrido pelo Ocidente.

O autor é Coronel do Exército e Presidente da Comissão Técnico-Científica da Sociedade Brasileira de Geografia.

A Logística de Transportes da Zona Franca de Manaus

Telmo Roberto Machry

Introdução

Mais de 4.000 km e 14 dias de viagem é o tempo que separam Manaus de São Paulo e Rio de Janeiro. Quando se analisa o Pólo Industrial da Zona Franca de Manaus sob o ponto de vista dos clássicos conceitos da Logística Empresarial, tem-se a impressão que contraria a lógica e até o bom senso das pessoas. A sua localização está longe, não apenas das fontes de matéria-prima, como também dos principais centros consumidores, que se encontram na Região Sul e Sudeste do Brasil. Por outro lado, trata-se da base de sustentação econômica da Amazônia Ocidental, uma bem sucedida estratégia governamental de desenvolvimento regional.

A Zona Franca de Manaus (ZFM), criada em 1967, como parte da política do Governo de Castello Branco, que tinha como lema "integrar para não entregar", é um modelo de desenvolvimento implantado com os objetivos de viabilizar uma base econômica na Amazônia, promover uma melhor integração produtiva e social dessa região ao País e garantir a soberania nacional sobre suas fronteiras. O modelo leva à região de sua abrangência (estados do Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima e as cidades de Macapá e Santana, no Amapá) o desenvolvimento econômico aliado à preservação ambiental, buscando proporcionar melhor qualidade de vida às populações locais.

A viabilidade dessa política de desenvolvimento foi possível graças aos acordos formalizados entre o Governo Federal, o Governo do Estado do Amazonas e a Prefeitura Municipal de Manaus, em que cada entidade ofereceu uma parcela de contribuição ao conjunto dos incentivos para os projetos da ZFM.

O Pólo Industrial

O Pólo Industrial de Manaus (PIM), juntamente com o pólo comercial e o pólo agropecuário, compõem os alicerces da Zona Franca. O comercial teve a sua fase de maior ascensão na década de 80, quando o Brasil adotava o regime de economia fechada; o agropecuário abriga projetos voltados para as atividades de produção de alimentos, agroindústria, piscicultura, turismo, beneficiamento de madeira, entre outras; e o pólo industrial, atualmente com mais de 500 indústrias de alta tecnologia, que geram mais de meio milhão de empregos, diretos e indiretos, está desenvolvendo uma cultura empresarial em um local onde praticamente inexistia atividade industrial.

Para atrair investimentos foram criados incentivos nos impostos indiretos que impactavam os custos das empresas, como a isenção do imposto de importação na entrada de mercadorias de procedência estrangeira, destinadas ao consumo interno e reexportação; isenção do imposto de exportação para produtos fabricados na ZFM; isenção do imposto sobre produtos industrializados e vantagens relativas ao ICMS, entre outros. Além disso, são oferecidos incentivos municipais, como isenção, por 10 anos, das taxas de IPTU, de serviços de limpeza, de conservação pública e de licenciamento para funcionamento.

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) oferece ainda outras vantagens em infra-estrutura. No PIM, o investidor recebe o terreno por um preço simbólico, com captação e tratamento de água, sistema viário urbanizado, rede de abastecimento de água, rede de telecomunicações, rede de esgoto sanitário e drenagem pluvial.

Todos os incentivos têm como objetivo compensar as desvantagens de localização da ZFM e a pouca relevância do mercado local.

Para ampliar suas ações como órgão regional de desenvolvimento, a SUFRAMA oferece, também, um estudo das potencialidades regionais, identificando as oportunidades de negócios economicamente viáveis. As atividades identificadas são recomendadas aos investidores locais, nacionais e internacionais, interessados em desenvolver negócios na região, juntamente com as orientações e as informações sobre a atividade pretendida. Portanto, para fazer parte do Parque Industrial de Manaus é preciso enquadrar-se no perfil de negócio projetado pelo modelo.

Crescimento Constante

O Pólo Industrial de Manaus é caracterizado pela alta densidade tecnológica. As indústrias produzem itens de elevado valor unitário, que absorvem com rapidez as mudanças na tecnologia de produção, aspecto relevante para assegurar a especialização, o aumento da escala de produção e a elevação dos níveis de produtividade e competitividade.

A maior parte das indústrias do pólo é de transnacionais que adotam métodos modernos de gestão e inovações tecnológicas. Já são 508 empresas instaladas, resultando em um faturamento de R\$ 49,5 milhões, em 2007, e na geração de mais de 100 mil empregos diretos e 450 mil indiretos, somente na cidade de Manaus, além de outros 60 mil nos demais estados da região.

Tabela 1 – Principais itens produzidos no PIM

ANO 2007		
PRODUTO	UNIDADES PRODUZIDAS	FATURAMENTO (R\$)
Televisores em cores	10.300.439	4.001.134.157,00
Televisores com tela de plasma	191.374	55.109.755,00
Televisores com tela de LCD	802.798	1.822.541.114,00
Cinescópio para televisor	7.430.993	736.680.714,00
Cinescópio para monito- res de vídeo	913.244	580.230.343,00
Auto-rádio e reprodutores de áudio	387.755	822.994.738,00
Telefone celular	17.675.670	3.198.604.702,00
Forno de microondas	2.719.721	590.741.043,00
Câmera fotográfica digital	1.093.163	402.522.275,00
Motocicletas (motonetas e ciclomotores)	1.879.832	10.063.432.060,00
Bicicletas	1.141.979	220.913.664,00

Fonte: SUFRAMA

Na Tabela 1 estão listados os principais itens produzidos, acompanhados dos respectivos volumes e valores de faturamento.

A indústria de eletroeletrônicos (fabricantes de TVs, DVDs, aparelhos de som, celulares etc.) é responsável por 34,58% do faturamento industrial de Manaus. Em seguida, estão as empresas de bens de informática com 22,26% do faturamento. E, em terceiro lugar, estão classificadas as empresas do *cluster* de motocicletas, com 16,81% do faturamento.

Os produtos listados representam apenas 45% da produção global do PIM, que necessita ser colocada, em condições de competitividade, nos centros consumidores localizados a mais de 4.000 km. Para tanto, é condição primordial ser altamente eficiente na gestão da logística.

Fluxo da produção do PIM



O Papel da Logística

O produto, ao sair da fábrica, já tem um valor intrínseco a ele agregado, porém esse valor está incompleto para o consumidor final. Para que o produto possa ser usufruído na sua plenitude é necessário que seja colocado ao alcance do consumidor. O papel da Logística é colocar as mercadorias no local certo, no momento adequado, mantendo os padrões de qualidade e competitividade.

Nas últimas décadas, a evolução tecnológica e o papel agressivo do marketing empresarial alteraram os padrões da demanda. A grande variedade de produtos oferecida aos consumidores tornou a manutenção de estoques muito dispendiosa e arriscada. Um computador portátil, por exemplo, pode ter dezenas de opções de configurações e cores diferentes.

O moderno gerenciamento da Logística empresarial deve estar atento para a redução dos custos globais do produto. Reduzir despesas na produção é uma tarefa muito difícil nas modernas plantas industriais, pois todos trabalham nessa direção há muito tempo e não há mais gordura para ser queimada. Portanto, é nos custos incorporados ao produto, a partir do momento que sai da fábrica até chegar ao consumidor final, que se deve trabalhar para tornar a produção do PIM competitiva nos centros consumidores nacionais. Caso contrário, os subsídios em impostos concedidos não compensarão os custos decorrentes das rodovias em mau estado de conservação, portos ineficientes, falta de ferrovias etc.

No Pólo Industrial de Manaus, a manutenção de estoques e os transportes são as atividades que apresentam maior peso na composição do preço final dos produtos. Quanto maior o estoque, maior é o custo de manutenção e maior o capital imobilizado. O desafio da Logística de transportes da Zona Franca de Manaus é reduzir os níveis de estoque das fábricas, dos centros distribuidores e o tempo de trânsito das mercadorias, a fim de reduzir o impacto dos custos dessas atividades no preço dos produtos para os consumidores.

Os Corredores de Transporte

Atualmente são utilizados três corredores principais de transporte para o escoamento da produção industrial do PIM. Corredores de transportes são sistemas integrados, em que vias, veículos, redes de armazéns, terminais e instalações portuárias possibilitam transbordos, estocagem e o transporte de grandes volumes de carga, de modo racional e a custos menores, mediante operações coordenadas.

O corredor aéreo é a alternativa mais rápida para ligar Manaus aos centros consumidores de São Paulo e Rio de Janeiro, cujas distâncias por aerovia são, respectivamente, 2.700 e 2.850 km. As principais vantagens são a rapidez e a segurança. As desvantagens estão na pouca capacidade de carga das aeronaves e o no preço elevado dos fretes.

Assim mesmo, as estatísticas da INFRAERO apontam um aumento significativo no volume de cargas movimentadas no aeroporto de Manaus. Enquanto o volume total de carga movimentada na rede de aeroportos administrados pela empresa aumentou apenas 9% no período de 2003 a 2007, no Aeroporto manauense houve um aumento de 65%, no mesmo período, como mostra a Tabela 2.

Tabela 2 – Volumes de carga aérea

ANO	VOLUME TOTAL DA CARGA MOVIMENTADA NOS AEROPORTOS DA INFRAERO	VOLUME DA CARGA MOVIMENTADA NO AEROPORTO DE MANAUS
2003	1.214.613 t	108.791 t
2004	1.358.517 t	135.337 t
2005	1.360.139 t	139.958 t
2006	1.229.679 t	147.240 t
2007	1.318.614 t	166.399 t

Fonte: INFRAERO

O aumento da tonelagem de carga transportada na modalidade aérea indica uma evolução bastante positiva no comércio de mercadorias de alto valor agregado.

O corredor aéreo aproveita, também, a vantagem dos aeroportos estarem localizados mais próximos dos centros de produção e de consumo, característica que possibilita adotar procedimentos *just in time* na gestão de estoques, resultando em economia do capital envolvido com as mercadorias em trânsito.

O corredor rodo/fluvial há décadas se mantém como a principal via utilizada para ligar Manaus com a maioria dos destinos nacionais. A distância até São Paulo, por essa rota, é de 1.713 km, navegando pelo Rio Amazonas até Belém, e mais 3.000 km, atravessando a região central do País por rodovia, totalizando 4.713 km. O tempo médio gasto para vencer essa distância é de 14 dias de trânsito.

O percurso aquaviário desse corredor oferece as vantagens do transporte fluvial, que proporciona maior capacidade de carga com menor custo de frete, embora tenha a desvantagem de ser uma modalidade que consome muito tempo no trânsito das mercadorias. O segmento rodoviário aproveita a vantagem de ser mais rápido e possibilitar o transporte porta a porta. Contudo, o transporte rodoviário não é uma boa alternativa para distâncias superiores a 500 km, pois se torna economicamente desfavorável.

O corredor fluvial/marítimo/rodoviário tem na cabotagem a principal modalidade de transporte e já responde por 40% do volume da carga movimentada de Manaus para o Sudeste. As mercadorias são acondicionadas em contêineres e embarcadas em navios de cabotagem que navegam até a foz do Rio Amazonas, continuando a navegação pelo Oceano Atlântico até ao Porto de Santos, onde os contêineres são transbordados para caminhões que seguem até aos consumidores da região de São Paulo e Rio de Janeiro. Nessa rota, os navios que saem de Manaus percorrem uma distância de 5.900 km. Considerando um percurso rodoviário a partir daí, o tempo médio de trânsito das mercadorias fica em 22 dias. Além disso, como as linhas regulares de cabotagem são muito escassas, deve-se considerar o tempo de espera aguardando embarque.

Corredores de transporte



Novas Tendências da Logística de Transportes

Estima-se que o aumento da oferta de transporte provoque um crescimento ainda maior na opção fluvial/marítima/rodoviária com a entrada em operação de novos navios, a melhoria da qualidade dos serviços portuários e o estabelecimento de linhas regulares mais freqüentes, aumentando a capacidade da oferta de transporte e a redução do *lead time ¹*. Isso deverá atrair mais clientes para essa opção, principalmente os usuários do corredor rodo/fluvial.

O aumento da oferta de linhas regulares é importante para a redução do *lead time*, porque, embora o tempo de trânsito seja o mesmo, a freqüência maior de navios reduz o tempo de espera para embarcar as mercadorias, proporcionando também a redução de estoques nos centros distribuidores.

¹ Lead time: é o tempo total do transporte desde a colocação do pedido até à entrega do produto ao consumidor final.

Os investimentos do Governo em infra-estrutura, decorrentes do Programa de Aceleramento do Crescimento (PAC), deverá favorecer a oferta de uma alternativa rodoviária ligando Manaus ao Sul e Sudeste do País. A conclusão da rodovia BR-319, que liga a capital manauense a Porto Velho, cujas obras estão em andamento, reduzirá a distância entre Manaus e São Paulo para 3.956 km e, conseqüentemente, o tempo de trânsito, porém continuará sendo uma alternativa dispendiosa.

Outra opção é a adoção da mais recente tática de flexibilização que a Logística empresarial começa a adotar para satisfazer a demanda dos consumidores. Trata-se do *postponement* (postergação), que visa diminuir os prazos e as incertezas ao longo da cadeia de suprimento. O fundamento do *postponement* é deixar para fazer depois o que poderia ser feito antes. O fabricante produz os componentes, porém deixa a montagem final para ser executada no último instante, conforme a demanda dos consumidores. Algumas empresas asiáticas e européias já adotam esse procedimento, fazendo a montagem dos produtos, que não exigem maquinário, em pleno deslocamento por navios ou trens.

Cada vez mais essa prática vem sendo adotada. Não raro, a configuração final do produto é feita após o pedido do cliente. Trata-se do último estágio evolutivo da Logística empresarial: a utopia do estoque zero. É possível que, em um futuro próximo, se tenham linhas de montagem de alguns produtos nos próprios navios de cabotagem do corredor fluvial/marítimo ligando Manaus a Santos ou ao Rio de Janeiro.

Conclusão

A política do Governo Federal, que resultou na decisão estratégica de implantar uma zona de livre comércio na capital manauense, com o objetivo de promover a integração da Região Amazônica, deu início a um modelo de desenvolvimento econômico que possibilitou não apenas a participação da Região na economia nacional, como também, a sua introdução no mercado mundial.

O êxito do Pólo Industrial está gerando um aumento superior a 10% no volume de mercadorias movimentadas anualmente para fora

de Manaus. Contudo, as alternativas de transporte disponíveis para deslocar os produtos até aos principais centros de distribuição anulam grande parte dos incentivos e dos benefícios concedidos, que não alcançam o consumidor, porque os altos custos dos fretes têm participação muito grande no preço final das mercadorias.

O valor do frete praticado no corredor aéreo somente é viável para mercadorias de alto valor agregado. Por sua vez, o corredor rodo/fluvial, que é o mais utilizado, apresenta uma parte rodoviária de 3.000 km que o torna antieconômico. A modalidade mais indicada para essa distância é o transporte fluvial/marítimo, porque pratica valores de fretes mais baixos. Contudo, ainda é pouco utilizada, por apresentar a desvantagem dos prazos de entrega maiores.

O que falta, atualmente, é maior efetividade na política de incentivo ao uso da navegação de cabotagem, começando por uma melhoria na qualidade dos serviços portuários, para proporcionar a garantia da entrega das mercadorias nos prazos contratados.

O crescimento do volume de mercadorias movimentadas pelo comércio interno em percursos longos justifica um aumento na oferta de linhas regulares ao longo da costa brasileira. Melhorando a qualidade desse serviço, calcula-se que, pelo menos, 10% do volume de carga movimentada por rodovias devem migrar para essa modalidade de transporte.

O autor é Coronel-Aviador e Mestre em Engenharia de Transportes pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Nossa Maior Vulnerabilidade: O Ensino Fundamental Oficial

João Soares Nunes

No final de 2007, um jornal carioca publicou uma série de reportagens sobre a situação precária a que chegou o sistema educacional no Brasil, baseadas em dados estatísticos confiáveis. Infelizmente, o que foi publicado não chega a ser novidade para quem, como eu, desde o Curso Primário, na década de 30, vem sendo testemunha, e algumas vezes vítima, das marchas e contramarchas da administração do nosso ensino.

Em 1934, a Constituição Brasileira recém-aprovada oficializou a ortografia oficial adotada no País desde 1891. Só que em 1891 não havia ortografia oficial! Por essa razão a Academia Brasileira de Letras repeliu o dispositivo constitucional, continuando a obedecer ao Acordo de 1931 com a Academia de Ciências de Lisboa. Disso resultou que as crianças aprendiam em casa a escrever "pharmacia" e na escola, "farmácia"... Portanto, já nos anos de 30 os escritos e os falares do brasileiro não recomendavam o caminhar do ensino no Brasil. Tanto isso é verdade que, na introdução do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, de A. Tenório de Albuquerque, que já obedece ao Acordo Ortográfico de 1943, consta a seguinte citação:

"Desde o alvorecer da língua portuguesa houve sempre a maior anarquia na maneira de grafar as palavras. Nos Lusíadas, Camões chegou a escrever a mesma palavra de quatro maneiras: então, antam, antão e entam."

Essa observação nos transporta a outro fato histórico, que é a fuga da Corte de Portugal em 1808, ou como querem críticos benevolentes, a transferência de sede do Reinado português para o Brasil Colônia.

Alguns estudiosos já escreveram que a nossa História somente começa a partir daquele ano, ressalvando a saga do Padre espanhol José de Anchieta, que, respeitosamente, todos veneramos, e o sacrifício de Tiradentes e seus seguidores na tentativa precoce de Independência. No decorrer dos três séculos, desde Cabral, quando se configurava a

estagnação de Portugal, depois do pioneirismo na arte da navegação, se desenrolava a gigantesca e vitoriosa campanha dos espanhóis para a conquista das Américas, com inacreditável descida pela Costa do Pacífico! Não foram meras "entradas e bandeiras".

Em suas lutas eles enfrentaram toda a sorte de obstáculos e, como se não bastasse, encontraram a oposição das civilizações asteca, maia e inca, quando pontificaram heróis nacionais como Américo Vespúcio, Vicente Pinzon, os irmãos Pizarro e muitos outros.

Já do nosso lado, as origens, mesclando-se indígenas, portugue-ses e negros – não confundir com o chamado tripé Europeu-Indígena-Negro – parecem não estar dando muito certo, principalmente, se considerarmos aqueles três séculos perdidos e o atraso não recuperado. Apesar de tudo, a ocupação do imenso vazio, sem enfrentarmos, é uma herança que precisamos valorizar em que pese, possivelmente, ter como resultado, um produto ainda inacabado, com a marca da "indole pacífica do povo brasileiro". Enfim, os resultados dos "testes de qualidade" estão nas estatísticas que acompanham as reportagens que citei.

O leitor certamente já conhece os números que transcrevo a seguir. Nosso País ocupa o 72º lugar entre aqueles de economias mais competitivas, atrás do Chile (26º), do México (52º) e da Colômbia (69º), esta última enfrentando o fantasma das FARC e o clima equatorial que assola a Amazônia. No quesito mão-de-obra, 30% dos jovens brasileiros entre 18 e 25 anos não têm qualificação profissional e oito milhões não conseguiram concluir o Ensino Fundamental.

Em 2006, no Exame de Ciências para alunos com 15 anos de idade, realizado pelo Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), o Brasil está entre os dez últimos, tendo obtido 390 pontos e o Qatar, fechando a lista, com 349 pontos! No exame de Matemática, do mesmo Programa, ficamos com o 54º lugar, atrás do México (48º) e da Argentina (52º). E, no quesito Interpretação de Textos, o Brasil ficou em 49º lugar.

Ainda em 2006, no Exame Nacional de Desenvolvimento dos Estudantes (ENADE), 14 universidades particulares foram reprovadas por nove anos consecutivos e continuaram funcionando, a metade delas no Rio de Janeiro. Alega-se que não há como melhorá-las, pois não se encontram professores qualificados disponíveis!

No concurso de 2005, para admissão de professores no Quadro do Estado do Rio, entre 14 mil candidatos, nenhum tirou nota 10, e 52% foram reprovados. Agora, pasmem os estudiosos de técnicas de avaliação: havia 844 vagas, o nível de corte era cinco e foram convocados 3.840 aprovados, dos quais 14% haviam obtido grau entre 5 e 6!

Já em abril de 2008, fechando o ciclo de reportagens sobre ensino, o mesmo jornal publicou os dados apurados pelo Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), que avaliou as escolas. No Rio de Janeiro, entre as 100 escolas com menor grau, 99 são estaduais...

Considerando a anarquia que vem reinando na educação e na cultura, a discutível qualidade do indivíduo me parece o principal ingrediente. Em 2007, na Secretaria de Educação do Rio de Janeiro, foi apurado que, dos certificados de comprovação de estado de carência exigidos para os alunos que pleiteavam a concessão de bolsas de estudo (Bolsa Educação), 98% eram falsificados com a participação ou conivência de parlamentares da Assembléia Legislativa do Estado. No mesmo ano, em avaliação realizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que reflete os níveis de educação e saúde das populações, deixa o Brasil em 70º lugar. Este número fala por si.

Até ao dia em que as aptidões (ou inaptidões) venham a ser detectadas por meio de pesquisas genéticas a partir de uma base bioquímica, como sugere artigo publicado em Boletim Periódico do Colégio Brasileiro de Genealogia, a boa ou má qualidade do indivíduo ainda vem sendo medida pela aplicação de testes e exames de proficiência na atividade considerada, com resultados que nem sempre são confirmados na prática. Em nosso País, um diploma não é uma "radiografia" dos conhecimentos do portador, já que, dependendo da fonte, pode estar contaminado pelo paternalismo, pela corrupção e pela "vola", componentes tradicionais de uma contracultura que prolifera e não é combatida.

O drama da precariedade da instrução e da educação se agrava na medida em que as massas vêm assumindo o poder pelo voto. O Governo anterior, nas mãos de um sociólogo e professor universitário, apesar de reeleito fracassou, levando com ele um partido político novo que parecia ter surgido para preencher um vazio; agora, esse vazio parece perdurar. O poder está com as massas, que não têm consciência

das limitações da ignorância. Penso que, enquanto o voto permanecer obrigatório, o eleitorado brasileiro não conduzirá mais nenhum "doutor" à Presidência da República. Positivamente, ainda não somos um povo aguerrido. Somos de índole pacífica!

O atual Presidente está desprezando, em seus discursos populistas, os mais aculturados, e esses não se defendem. Por outro lado, as massas se sentem estimuladas na justa ambição de ascensão econômica e social, queimando as etapas do estudo e do conhecimento.

É sabido que as migrações internas desordenadas vêm provocando o "enchimento" da cidade grande por gente que saiu da lavoura de subsistência munida de uma identidade, um certificado de isenção do Serviço Militar e um título de eleitor. Certamente são analfabetos, ou semi; enfim, cidadãos pela metade, que logo caem no mercado do subemprego. É gente que não tem noção do que significa um título de doutor, da trilha que o doutor já percorreu. É gente que sequer sabe manejar uma vassoura de varrer pó, a favor do vento, coisa que na sua terra homem não faz, é coisa de mulher. Alguns não exercitaram, ou até mesmo, não possuem coordenação motora, não conseguem operar uma chave em cruz para soltar a roda de um automóvel. E agora, na cidade grande, caminhando pelas calçadas, utilizando o transporte coletivo, freqüentando os logradouros públicos, já são maioria, mas não lhes ensinaram o que é urbanidade.

O mais lamentável, porém, é que dentro dessa massa migrante há inteligências privilegiadas em estado bruto, que somente excepcionalmente encontrarão alguém que as lapide, pois o estado se revela incapaz para fazê-lo, principalmente nas origens. Com o crescimento populacional fora de controle, não há estrutura de cidade grande que corrija essa injustiça.

A campanha pelo controle da natalidade encetada nos anos 80 cometeu o grave engano de não priorizar as massas. As palestras proferidas em organizações seletivas, tais como os Rotary Clubes regionais, atingiram apenas audiências esclarecidas, público de minoria. A população despreparada, sob influência religiosa, não foi conscientizada nem materialmente amparada. O resultado não foi o planejado: hoje, há menos ricos e a conseqüente concentração da riqueza. Os pobres continuaram a se multiplicar, crescendo a pobreza, e surgindo um fato

novo, divulgado na imprensa sem qualquer conotação com preconceitos, que é o nosso País já ser de maioria negra.

As soluções para os problemas apontados vêm sendo apregoadas, mas caem no lugar-comum. Melhores escolas, professores remunerados condignamente, saúde para a infância, e muitas outras, parecem inviáveis num País do tamanho do nosso, com a população em crescimento ainda acelerado. Não há tempo nem dinheiro a perder com alfabetização de adultos nem com programas como o Projeto Rondon. Penso que os investimentos em educação e cultura deveriam ser feitos para a coleta de resultados, no mínimo, no final deste século XXI.

Atualmente, no âmbito civil, onde é grande a procura por profissionais de alto nível, pontificam instituições privadas, conhecidas como "caçadores de talentos", ou "head hunters", onde executivos recrutados no mercado de trabalho são selecionados e aos quais já estão garantidos cargos com elevada remuneração. Hoje, me pergunto por que, ao invés de se procurar apenas talentos "quarentões", não procuram cabeças privilegiadas desde o Ensino Fundamental?

Eu me pergunto, também, por que insistir na alfabetização pelo método do "b+a=ba", quando até a televisão já nos ensina que a mente humana não lê de letra em letra e sim cada palavra como "um todo", levando-nos a concluir que o ensino da leitura será mais rápido se começar pela imagem da palavra e seu significado, e não pela combinação de letras?

Levando minha especulação sobre o tema a tangenciar o psicossocial, ressalta o fato de que a criança que se torna adolescente repetindo o ano escolar seguidamente é nociva dentro de uma classe de mais novos, às vezes, até quatro ou mais anos e do sexo oposto. Não compreendo por que ainda se admite reunir, na mesma sala de aula, crianças talentosas e sadias com alunos refratários ao aprendizado, estes tomando tempo dos professores e retardando o progresso dos mais capazes. E a maioridade aos 16 anos? Por que não associá-la à conclusão da fase do Ensino Fundamental, na certeza de que a instrução traz maturidades e a ignorância não. E o analfabeto votando e sendo candidato a cargo eletivo quando, necessariamente, dependerá de alfabetizados? E, finalmente, quem terá credenciais para desencadear a campanha nacional contra a "vola"? Se for aceito que as propostas para a melhoria do ensino no Brasil se têm revelado ineficazes, e que a situação atual faz vislumbrar futuro desanimador, parece-nos ter chegado o momento de uma reforma radical, começando pela busca de indivíduos de melhor qualidade. Acreditando nisso, insisto na idéia da imperiosa necessidade de se classificarem os alunos, primeiro pelas suas manifestações de inteligência, desde o ensino fundamental, e, também, ao longo de todos os processos de avaliação dos méritos, ficando em segundo lugar a tradicional avaliação da capacidade do aluno decorar resposta para questionário de múltipla escolha. Infelizmente, não há mais condições para se constituírem as "temidas" bancas examinadoras do Colégio Pedro II do tempo de nossos pais.

Enfim, é uma tarefa para os estudiosos mais credenciados, profissionais do ensino imunes à política partidária. Será uma "Guerra dos 100 anos", carecendo de excelentes combatentes na Linha de Contato: o magistério do Ensino Fundamental, quem sabe, formado em Institutos Federais, pelo menos, um em cada estado, recebendo remuneração como recebem os alunos das Escolas Militares no primeiro degrau do respectivo plano de carreira.

O autor é Tenente-Brigadeiro-do-Ar.

COLEÇÃO AERONÁUTICA DO INCAER

SÉRIE

HISTÓRIA GERAL DA AERONÁUTICA BRASILEIRA

- VOL. 1 Dos Primórdios até 1920.
- VOL. 2 De 1921 às Vésperas da Criação do Ministério da Aeronáutica.
- VOL. 3 Da Criação do Ministério da Aeronáutica ao Final da Segunda Guerra Mundial.
- VOL. 4 Janeiro de 1946 a Janeiro de 1956 Após o Término da Segunda Guerra Mundial até a Posse do Dr. Juscelino Kubitschek como Presidente da República.

SÉRIE

HISTÓRIA SETORIAL DA AERONÁUTICA BRASILEIRA

- 1 Santos-Dumont e a Conquista do Ar Aluízio Napoleão
- 2 Santos-Dumont and the Conquest of the Air Aluízio Napoleão
- 3 Senta a Pua! Rui Moreira Lima
- 4 Santos-Dumont História e Iconografia Fernando Hippólyto da Costa
- 5 Com a 1ª ELO na Itália Fausto Vasques Villanova
- 6 Força Aérea Brasileira 1941-1961 Como eu a vi J. E. Magalhães Motta
- 7 A Última Guerra Romântica Memórias de um Piloto de Patrulha Ivo Gastaldoni (ESGOTADO)
- 8 Asas ao Vento Newton Braga
- 9 Os Bombardeiros A-20 no Brasil Gustavo Wetsch
- 10 História do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica Flávio José Martins
- 11 Ministros da Aeronáutica 1941-1985 João Vieira de Sousa
- 12 P-47 B4 O Avião do Dorneles J. E. Magalhães Motta
- 13 Os Primeiros Anos do 1º/14 GAy Marion de Oliveira Peixoto
- 14 Alberto Santos-Dumont Oscar Fernández Brital (ESGOTADO)
- 15 Translado de Aeronaves Militares J. E. Magalhães Motta
- 16 Lockheed PV-1 "Ventura" J. E. Magalhães Motta
- 17 O Esquadrão Pelicano em Cumbica 2º/10º GAv Adéele Migon
- 18 Base Aérea do Recife Primórdios e Envolvimento na 2ª Guerra Mundial -Fernando Hippólyto da Costa
- 19 Gaviões de Penacho Lysias Rodrigues
- 20 CESSNA AT-17 J. E. Magalhães Motta
- 21 A Pata-Choca José de Carvalho
- 22 Os Primórdios da Atividade Espacial na Aeronáutica Ivan Janvrot Miranda
- 23 Aviação Embarcada José de Carvalho

SÉRIE

ARTE MILITAR E PODER AEROESPACIAL

- 1 A Vitória pela Força Aérea A. P. Seversky
- 2 O Domínio do Ar Giulio Douhet
- 3 A Evolução do Poder Aéreo Murillo Santos
- 4 Aeroportos e Desenvolvimento Adyr da Silva (ESGOTADO)
- 5 O Caminho da Profissionalização das Forças Armadas Murillo Santos
- 6 A Psicologia e um novo Conceito de Guerra Nelson de Abreu O' de Almeida
- 7 Emprego Estratégico do Poder Aéreo J. E. Magalhães Motta
- 8 Da Estratégia O Patamar do Triunfo Ivan Zanoni Hausen

SÉRIE

CULTURA GERAL E TEMAS DO INTERESSE DA AERONÁUTICA

- 1 A Linha, de Mermoz, Guillaumet, Saint-Exupéry e dos seus companheiros de Epopéia - Jean-Gérard Fleury
- 2 Memórias de um Piloto de Linha Coriolano Luiz Tenan
- 3 Ases ou Loucos? Geraldo Guimarães Guerra
- 4 De Vôos e de Sonhos Marina Frazão
- 5 Anesia Augusto Lima Neto
- 6 Aviação de Outrora Coriolano Luiz Tenan
- 7 O Vermelhinho O Pequeno Avião que Desbravou o Brasil -Ricardo Nicoll
- 8 Eu vi, vivi ou me contaram Carlos P. Aché Assumpção
- 9 Síntese Cronológica da Aeronáutica Brasileira (1685-1941) Fernando Hippólyto da Costa
- 10 O Roteiro do Tocantins Lysias A. Rodrigues
- 11 Crônicas... no Topo João Soares Nunes
- 12 Piloto de Jato L. S. Pinto e Geraldo Souza Pinto
- 13 Vôos da Alma Ivan Reis Guimarães
- 14 Voando com o Destino Ronald Eduardo Jaeckel

Pedidos ao:

INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA

Praça Marechal Âncora, 15-A, Centro - Rio de Janeiro - RJ Cep: 20021-200 - Tel: (21) 2101-4966 / 2101-6125

Internet: www.incaer.aer.mil.br e-mail: incaer@maerj.gov.br